

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Cap Com FERNANDO AUGUSTO DE PAIVA RODRIGUES

**ANÁLISE DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA À LUZ DOS PRINCÍPIOS DE
GUERRA DA ATUAL DOCTRINA MILITAR TERRESTRE BRASILEIRA**

Rio de Janeiro

2019

ESCOLA DE APREFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Cap Com FERNANDO AUGUSTO DE PAIVA RODRIGUES

**ANÁLISE DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA À LUZ DOS PRINCÍPIOS DE
GUERRA DA ATUAL DOCTRINA MILITAR TERRESTRE BRASILEIRA**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais,
como requisito parcial para a obtenção do
Grau de Mestre em Ciências Militares com
ênfase em Gestão Operacional.

Orientador: Tenente Coronel Sérgio Luiz
Augusto de Andrade

Rio de Janeiro

2019

Cap Com FERNANDO AUGUSTO DE PAIVA RODRIGUES

**ANÁLISE DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA À LUZ DOS PRINCÍPIOS DE
GUERRA DA ATUAL DOCTRINA MILITAR TERRESTRE BRASILEIRA**

Dissertação de mestrado apresentada à
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
como requisito parcial para a obtenção do
Grau de Mestre em Ciências Militares com
ênfase em Gestão Operacional.

Aprovado em de de 2019.

Banca Examinadora

LUIZ CARLOS ENES DE OLIVEIRA – Cel
Doutor em Ciências Militares
Presidente/EsAO

ANDRÉ CEZAR SIQUEIRA – Cel
Doutor em Ciências Militares
1º Membro/EsAO

SÉRGIO LUIZ AUGUSTO DE ANDRADE – Ten Cel
Doutor em Matemática
2º membro/EsAO

À Izabela, minha esposa, pela compreensão, amor e suporte em todos os momentos; e a meus pais e irmãos, pela base familiar e pelos exemplos de vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de infinito amor e norte a ser buscado a todo instante, pelo dom da vida e pela minha saúde.

Ao TC Andrade, pelas orientações precisas e oportunas, sempre disposto a me mostrar, do alto de sua experiência, o caminho para o sucesso nesta pesquisa.

À minha esposa, pelo apoio e pela torcida desde o CAO/1º Ano para o sucesso e aprovação do meu Projeto de Pesquisa e desta Dissertação de Mestrado.

A meu pai, primeiro incentivador do meu interesse pela história militar, particularmente pela Revolução Farroupilha; e à minha mãe, exemplo de dedicação e serenidade.

Aos Coronéis Bento e Durland (este, meu antigo orientador dos tempos de TCC da AMAN), pelo vasto conhecimento histórico a mim transmitido.

Aos oficiais das cadeiras de Geopolítica e de História Militar da AMAN; bem como aos oficiais da SPAD/AMAN, pelas sugestões muito oportunas que apresentaram.

Aos seguintes oficiais, que em algum momento prestaram valioso apoio para o andamento deste trabalho: TC Cordeiro, Maj Fabio Pereira, Maj Paiva Rodrigues (meu irmão), Cap Nardi, Cap Gustavo Castro, Cap De Moraes, Cap Fagundes, Ten Ferreira Neto, dentre outros.

Aos diversos amigos, colegas e companheiros que, de alguma maneira, contribuíram para o sucesso desta pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho, baseado amplamente no estudo da história militar brasileira associada à análise doutrinária da atual Doutrina Militar Terrestre (DMT) brasileira, busca colher aprendizados advindos da atuação dos rebeldes e dos legalistas na Revolução Farroupilha.

Objetivou-se corroborar o correto emprego dos princípios de guerra como fator de aproximação com a vitória nos campos de batalha.

Trata-se de um estudo histórico amparado em pesquisa bibliográfica e documental, com o intuito de fornecer o máximo de credibilidade acerca do assunto estudado. Além disso, a presente pesquisa pode ser classificada como básica (ou pura), qualitativa e descritiva. Quanto ao método de abordagem, utilizou-se o indutivo e quanto ao método de procedimento, valeu-se do histórico.

Os resultados obtidos envolvem a análise interpretativa de como os princípios de guerra da atual DMT brasileira foram observados (ou não observados) ao longo da Revolução Farroupilha, por ambos os lados contendores, e de que forma isso contribuiu (ou deixou de contribuir) para a aproximação com a vitória.

Palavras-chave: Revolução Farroupilha. Princípios de Guerra. DMT.

ABSTRACT

This work, based largely on the study of Brazilian military history associated with the doctrinal analysis of the current Brazilian Army Military Doctrine (AMD), seeks to gather learning from the actions of the rebels and legalists in the Farroupilha Revolution.

The objective was to corroborate the correct use of the principles of war as a factor of approximation with victory on the battlefields.

This is a historical study based on bibliographical and documentary research, in order to provide maximum credibility on the subject studied. In addition, the present research can be classified as basic (or pure), qualitative and descriptive. As for the method of approach, the inductive was used and as for the method of procedure, it was worth the history.

The obtained results involve the interpretive analysis of how the war principles of the current Brazilian AMD were observed (or not observed) throughout the Farroupilha Revolution by both contending sides, and how it contributed (or failed to contribute) to the approach to victory.

Keywords: Farroupilha Revolution. War Principles. AMD.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução dos princípios de guerra na visão de diferentes chefes militares (por data).....33

Quadro 2 – Evolução dos princípios de guerra (por local).....34

LISTA DE ABREVIATURAS

AHE	Assistência Humanitária Estrangeira
AHEX	Arquivo Histórico do Exército
AHIMTB	Academia de História Militar Terrestre do Brasil
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
BDEx	Biblioteca Digital do Exército
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDoutEx	Centro de Doutrina do Exército
CEPHIMEx	Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército
CFC	Comando da Força Conjunta
COTer	Comando de Operações Terrestres
DM	Dissertação de Mestrado
DMD	Doutrina Militar de Defesa
DMT	Doutrina Militar Terrestre
DOAMEPI	Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura
EB	Exército Brasileiro
ECEME	Escola de Comando e Estado Maior do Exército
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
ESG	Escola Superior de Guerra
FAS	<i>Fuerzas Armadas</i>
FHA	<i>Foreign Humanitarian Assistance</i>
GN	Guarda Nacional
IESEP	Instituição de Ensino Superior, Extensão e Pesquisa
IHGRGS	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
JFC	<i>Joint Force Command</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMA	14
1.1.1 Antecedentes do problema	14
1.1.2 Formulação do problema	16
1.2 OBJETIVO	17
1.2.1 Objetivo geral	17
1.2.2 Objetivos específicos	18
1.3 QUESTÕES DE ESTUDO	18
1.4 JUSTIFICATIVA	19
2 METODOLOGIA	21
2.1 OBJETO FORMAL DE ESTUDO	21
2.1.1 Alcances e limites	22
2.2 FONTES DE PESQUISA	23
2.3 DELINEAMENTO DE PESQUISA	24
2.3.1 Procedimentos para a revisão da literatura	25
2.3.1.1 Fontes de busca.....	25
2.3.1.2 Estratégia de busca para as bases de dados eletrônicos	26
2.3.1.3 Critérios de inclusão.....	27
2.3.1.4 Critérios de exclusão.....	27
2.3.2 Procedimentos metodológicos	28
2.3.3 Instrumentos	28
2.3.4 Análise dos dados	28
3 REVISÃO DE LITERATURA	30
3.1 PRINCÍPIOS DE GUERRA	30
3.1.1 Generalidades	30
3.1.1.1 Conceitos Básicos.....	30
3.1.1.1.1 Doutrina	30
3.1.1.1.2 Definição de princípios de guerra	32

3.1.1.2 Princípios de guerra das Forças Armadas estadunidenses.....	35
3.1.1.2.1 Objetivo (Objective).....	36
3.1.1.2.2 Ofensiva (Offensive).....	36
3.1.1.2.3 Massa (Mass).....	36
3.1.1.2.4 Manobra (Maneuver).....	36
3.1.1.2.5 Economia de força (Economy of force).....	36
3.1.1.2.6 Unidade de comando (Unity of command)	37
3.1.1.2.7 Segurança (Security).....	37
3.1.1.2.8 Surpresa (Surprise)	37
3.1.1.2.9 Simplicidade (Simplicity).....	37
3.1.1.2.10 Contenção (Restraint)	37
3.1.1.2.11 Perseverança (Perseverance)	37
3.1.1.2.12 Legitimidade (Legitimacy).....	38
3.1.1.3 Princípios de guerra do Exército espanhol	38
3.1.1.3.1 Objetivo (Objetivo).....	38
3.1.1.3.2 Legitimidade (Legitimidad)	38
3.1.1.3.3 Flexibilidade (Flexibilidad)	39
3.1.1.3.4 Surpresa (Sorpresa).....	39
3.1.1.3.5 Segurança (Seguridad)	39
3.1.1.3.6 Simplicidade (Sencillez)	39
3.1.1.3.7 Iniciativa (Iniciativa)	39
3.1.1.3.8 Unidade de esforço (Unidad de esfuerzo)	40
3.1.1.3.9 Economia de meio (Economía de medios)	40
3.1.1.3.10 Continuidade (Continuidad)	40
3.1.1.4 Princípios de guerra do Exército Brasileiro	40
3.1.1.4.1 Objetivo	41
3.1.1.4.2 Ofensiva	41
3.1.1.4.3 Simplicidade	42
3.1.1.4.4 Surpresa	42
3.1.1.4.5 Segurança.....	42
3.1.1.4.6 Economia de forças ou de meios	43
3.1.1.4.7 Massa	43
3.1.1.4.8 Manobra	44

3.1.1.4.9 Moral	44
3.1.1.4.10 Exploração	45
3.1.1.4.11 Prontidão	45
3.1.1.4.12 Unidade de comando	46
3.1.1.4.13 Legitimidade	46
3.2 CONTEXTO HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO À REV. FARROUPILHA	47
3.2.1 No mundo	47
3.2.2 Na América Latina	49
3.2.3 No Brasil	50
3.3 PRINCIPAIS REVOLTAS DURANTE A REGÊNCIA E O SEGUNDO REINADO .	52
3.3.1 Balaiada	53
3.3.2 Revoluções Liberais de São Paulo e Minas Gerais	55
3.3.2.1 Revolução Liberal de São Paulo	56
3.3.2.2. Revolução Liberal de Minas Gerais	57
3.3.3 Revolução Farroupilha	58
3.4 A REVOLUÇÃO FARROUPILHA.....	63
3.4.1 Antecedentes e causas imediatas	64
3.4.1.1 No campo político.....	66
3.4.1.2 No campo social.....	66
3.4.1.3 No campo econômico.....	67
3.4.2 Desenvolvimento	68
3.4.2.1 1ª Fase: Vitória da Revolução Farroupilha (20/09/1835 – 15/01/1836).....	68
3.4.2.1.1 1835	69
3.4.2.2 2ª Fase: A República Rio Grandense (15/01/1836 – 28/03/1837)	71
3.4.2.2.1 1836	71
3.4.2.3 3ª Fase: Retorno da República, vinda do Uruguai (28/03/1837–18/07/1839)	77
3.4.2.3.1 1837	77
3.4.2.3.2 1838	78
3.4.2.3.3 1839	79
3.4.2.4 4ª Fase: Declínio da República Rio Grandense (18/07/1839 – 12/1842)	80
3.4.2.4.1 1839	80
3.4.2.4.2 1840	82
3.4.2.4.3 1841	84

3.4.2.5 5ª Fase: A pacificação do Rio Grande por Caxias (05/11/1842–01/03/1845)	84
3.4.2.5.1 1842	84
3.4.2.5.2 1843	85
3.4.2.5.3 1844	90
3.4.2.5.4 1845	94
3.4.3 Consequências	97
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	99
4.1 ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DE GUERRA	99
4.1.1 Objetivo	99
4.1.2 Ofensiva	100
4.1.3 Simplicidade	101
4.1.4 Surpresa	102
4.1.5 Segurança	103
4.1.6 Economia de forças ou de meios	104
4.1.7 Massa	105
4.1.8 Manobra	106
4.1.9 Moral	107
4.1.10 Exploração	109
4.1.11 Prontidão	110
4.1.12 Unidade de comando	112
4.1.13 Legitimidade	113
5 CONCLUSÃO	116
APÊNDICE A - TABELA RESUMO DA (IN)OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DE GUERRA DA ATUAL DMT BRASILEIRA NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA.....	122

1 INTRODUÇÃO

Devido ao enorme aprendizado advindo do estudo da História, cresce de importância a observação de fatos do passado para buscarmos a compreensão de episódios do presente e até mesmo projetarmos nosso futuro.

A História Militar, por sua vez, não sendo apenas o estudo das batalhas, mas abrangendo outras áreas do conhecimento humano (como Política, Relações Internacionais, Direito, Administração, Liderança, etc.), nos é de grande valia para o entendimento das operações militares que já ocorreram, abrangendo ainda a observação doutrinária de determinada força, servindo de ferramenta para o planejamento das operações atuais e futuras.

O estudo da doutrina de um Estado acaba por abranger, também, sua doutrina militar. Esta, por sua vez, engloba os princípios de guerra que esse Estado julga serem merecedores de maior atenção em caso de emprego, mirando a vitória.

A doutrina militar, bem como os princípios de guerra que a compõem, evolui com o passar dos tempos, bem como pode diferir de um país para o outro, ou mesmo de uma tropa para outra no âmbito do mesmo Estado.

Na história militar brasileira podemos destacar diversos episódios em que se nota a observância (ou mesmo a inobservância, geralmente não intencional) de vários princípios de guerra. Um desses períodos foi o chamado “Brasil Império”. Nessa época, até mesmo devido ao contexto mundial, latino americano e nacional, eclodiram algumas revoltas internas, repletas de motivações sociais, políticas e econômicas. Dentre as principais, destacamos, como forma de exemplificar, as ocorridas durante a Regência e/ou o Segundo Reinado que foram pacificadas por Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias¹ (1803-1880): a Balaiada (1838-

¹ O maior símbolo do exército brasileiro nasceu no Rio de Janeiro, em 1803, batizado como Luís Alves de Lima e Silva, e desde jovem seguiu a carreira militar. Na Balaiada, revolta ocorrida no Maranhão em 1841, sua vitória lhe valeu promoção a general e o título de barão de Caxias. Designado presidente e comandante das Armas da Província de São Pedro, no final de 1842 assumiu as operações contra os farrapos. Além de obter a paz, ficou no poder até 1846. Ainda teve um segundo mandato como presidente em 1851. Por sua atuação na Guerra do Paraguai, recebeu o título de duque de Caxias. Morreu em 1880 (URBIM, 2004, anexo).

1841), as Revoluções Liberais de São Paulo e Minas Gerais de 1842 e a Revolução Farroupilha (1835-1845).

Esta última, também chamada de Guerra dos Farrapos, foi a maior (em duração e quiçá em importância) revolta interna da história do Brasil, iniciando em 1835 e sendo pacificada somente em 1845.

Tamanho é o vulto da Revolução Farroupilha na historiografia brasileira, e particularmente na história e na cultura do povo gaúcho, que até hoje se comemora no Rio Grande do Sul a “Semana Farroupilha”, marcada pelo dia 20 de setembro, data de início desse importante episódio.

No intuito de fornecer um melhor entendimento desta seção, a introdução foi fracionada em: problema, objetivos, questões de estudo e justificativas.

1.1 PROBLEMA

Com o intuito de facilitar a compreensão do leitor, relacionaremos, a partir deste momento, os princípios de guerra com a Revolução Farroupilha.

1.1.1 Antecedentes do problema

Conforme a história militar vai se desenvolvendo e perante o surgimento de novas tecnologias, mudanças sociais, transformações culturais, descobertas científicas e tecnológicas, etc., também a doutrina militar de determinado país ou tropa precisa evoluir, a fim de atender às novas demandas que vão surgindo.

Com a evolução dos armamentos, por exemplo, o ser humano substituiu o emprego do arco e flecha e das catapultas pelo das armas de fogo, possuidoras de maior alcance e letalidade.

A atual realidade da história militar contempla o emprego de aviões *stealth*², de bombas atômicas e bombas de hidrogênio, de mísseis intercontinentais, de porta

² Tecnologia capaz de tornar “invisíveis” veículos militares, tais como aviões, navios, etc. Funciona devido à forma geométrica, ao material de que é feito e à tinta que a lataria do veículo recebe. Essas alterações são responsáveis pela dissipação ou redirecionamento das ondas eletromagnéticas recebidas de radares inimigos. Dessa forma os radares não recebem seus pulsos eletromagnéticos como retorno e são incapazes de detectar o veículo adaptado.

aviões, de meios cibernéticos, de drones militarizados dotados de inteligência artificial, etc. Todos esses meios, aliados aos diversos aspectos já citados anteriormente, obrigaram as forças armadas das diversas nações do globo a modernizarem suas formas de conduzir a guerra. Isso foi feito com a alteração de preceitos doutrinários, que resultam na atualização de manuais já existentes ou mesmo na redação de novos. É neste ponto que nos deparamos com a evolução dos princípios de guerra.

Existe uma enorme e óbvia diferença entre o planejamento, por exemplo, de uma emboscada (valendo-se do princípio de guerra da surpresa) de milênios atrás com o planejamento da mesma atividade atualmente, apesar da essência de atacar o inimigo em local/momento inesperado seja mantida. Naquela ocasião, o inimigo a ser vencido combatia com armas de arremesso e não se preocupava sobremaneira com a camuflagem individual. Atualmente, o inimigo reconhece o itinerário antes de percorrê-lo, progride de forma mais apropriada, se preocupa com a camuflagem individual e porta um armamento de extremada cadência, precisão e letalidade. Isso sem entrarmos no mérito do apoio de fogo, dos meios de comunicações empregados, do apoio de engenharia, etc.

Toda essa diferença na doutrina militar a ser aplicada resulta, também, numa evolução dos princípios de guerra, quer seja em sua quantidade, quer seja em suas formas de adoção.

Torna-se seguro, então, afirmar que o estudo da história militar contribui sobremaneira para a compreensão da importância e da empregabilidade da doutrina militar, aqui representada pelos princípios de guerra que engloba e pela forma que os adota.

Particularmente no caso da doutrina militar do EB, nota-se uma enorme evolução em nossa forma de combater. Percebemos essa evolução desde as chamadas “Guerras Brasileiras”, compreendendo as técnicas de combate empregadas por João Fernandes Vieira (1613-1681), Matias de Albuquerque (1580-1647), Filipe Camarão (aproximadamente 1590-1648), Henrique Dias (aproximadamente 1610-1662), Antônio Dias Cardoso³ (aproximadamente 1610-

³ Personagens de vulto da história do Brasil e da gênese do Exército Brasileiro. Foram os responsáveis pela expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro. Representam a diversidade e a

1670), entre outros, na expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro, passando pelas técnicas, táticas e procedimentos adotados por Caxias na pacificação das províncias durante a Regência (1831-1840) e o Segundo Reinado (1840-1889), passando também pela campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), finalmente podemos chegar ao moderno emprego de tropas no Haiti, nos complexos do Alemão e da Maré e mesmo da Intervenção Militar na Área da Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro em 2018.

Trazendo a discussão para o lado humano, aproximando-nos do pedagógico, cabe destacar que em se tratando de aprendizado de conceitos, como o são os princípios de guerra, torna-se mais compreensível retratá-los de forma concreta, em forma de observação de seus empregos em fatos históricos concretos, fugindo da conceituação meramente abstrata.

1.1.2 Formulação do problema

Devido à descentralização do poder imperial com a assinatura da Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, também chamada “Ato Adicional”, diversas províncias buscaram maior autonomia em relação ao poder central. Era época de ocorrer no Brasil, nas devidas proporções, o que havia ocorrido na América Espanhola nas primeiras décadas do século XIX. Essa descentralização de poder, bem como a recorrente disputa entre liberais e conservadores, podem ser entendidas como causas remotas das revoltas internas brasileiras (CARVALHO, J., 2012, p. 87).

O Ato Adicional, na visão de Santos J. R. e Santos J. C. (1989, p. 53), foi uma busca pelo equilíbrio dos liberais no âmbito nacional, pois acabou por criar assembleias legislativas provinciais, por tornar o Rio de Janeiro (na época, capital do Império) um município neutro e por tornar uma a antiga regência trina; caracterizando-se, na visão dos liberais, como um primeiro passo para a almejada Federação.

miscigenação do povo brasileiro, pois dentre eles podemos notar a existência de negros, brancos e índios.

Nessa época de disputa entre liberais e conservadores, notamos os seguintes episódios de luta interna: a Balaiada trouxe desordem à província do Maranhão; os liberais de São Paulo e Minas Gerais pegaram em armas a fim de contestar o poder do Partido Conservador no Rio de Janeiro e os Farrroupilhas chegaram a proclamar duas Repúblicas no território nacional, ferindo a soberania e ameaçando a integridade territorial brasileira.

Particularmente na Revolução Farrroupilha, podemos notar que muitos foram os “altos e baixos”. Em diversos momentos os farrapos venceram batalhas que lhes aumentaram o moral e a vontade de combater. Em outros, as tropas imperiais obtiveram importantes vitórias, provando a valentia e o aprimoramento de seus homens na luta pela integridade nacional; particularmente sob o comando de Caxias.

Isso, porém, não caracteriza uma luta sem equívocos, por vezes estratégicos, por vezes táticos. Houve, também, episódios em que as tropas revoltosas, ou mesmo as imperiais, deixaram de observar a aplicação de um ou outro princípio de guerra (sob a ótica da nossa atual DMT brasileira) que comprometeu, no todo ou ao menos em parte, o sucesso daquela tropa em determinado momento (de batalha ou não).

Do exposto, cabe questionar: que aprendizados podemos colher, à luz dos princípios de guerra da atual DMT brasileira, das ações das tropas legalistas e dos farrapos na Revolução Farrroupilha?

1.2 OBJETIVO

O presente trabalho busca analisar, à luz dos princípios de guerra da atual DMT brasileira, a atuação das tropas legalistas e dos Farrapos na Revolução Farrroupilha a fim de ratificar o correto emprego desses já consagrados princípios.

1.2.1 Objetivo geral

O presente trabalho se propôs a analisar os principais eventos da Revolução Farrroupilha, estudando-os à luz dos princípios de guerra da atual DMT brasileira, a fim de corroborar o correto emprego de cada um deles como fator de aproximação

com a vitória nos campos de batalha.

Essa corroboração da aplicação dos princípios de guerra, eminentemente teóricos, se mostra oportuna ao analisarmos um episódio histórico, pois os torna tangíveis, facilitando a compreensão do leitor acerca do tema.

1.2.2 Objetivos específicos

No intuito de alcançar esse objetivo geral, formularam-se os objetivos específicos abaixo, a serem atingidos a fim de permitir o encadeamento lógico do raciocínio apresentado:

- Identificar os princípios de guerra empregados atualmente nos EUA e na Espanha, a fim de compará-los com os princípios de guerra da atual DMT brasileira, do EB, comprovando a diferença doutrinária entre eles;

- Descrever o contexto histórico contemporâneo à Revolução Farroupilha, no mundo, na América Latina e no Brasil, que catalisou a eclosão de diversas revoltas no período da Regência e do Segundo Reinado brasileiros;

- Apontar as principais revoltas internas ocorridas durante a Regência e o Segundo Reinado brasileiros, identificando suas causas (sociais, políticas e econômicas), seus desenvolvimentos e seus respectivos desfechos, a fim de melhor compreender suas similaridades e diferenças quando comparadas com a Revolução Farroupilha; e

- Reconhecer os antecedentes, o desenvolvimento dos principais eventos e o desfecho da Revolução Farroupilha, dando maior enfoque aos episódios em que percebemos a observância (ou mesmo inobservância) de princípios de guerra da atual DMT brasileira, por ambos os lados contendores.

1.3 QUESTÕES DE ESTUDO

Por se tratar de um trabalho que tem por característica ser indagativo sobre determinado assunto, cujo objetivo é descritivo em relação a determinado processo ou evento (NEVES; DOMINGUES, 2007, p. 53), trabalhamos com questões de estudo, definidas por Rodrigues (2006, p. 110) como sendo um lapso no conhecimento que se pretende elucidar, ao invés de hipóteses.

O presente Projeto de Pesquisa apresenta as seguintes questões de estudo:

- Quais são os princípios de guerra da atual DMT brasileira?;
- Qual era o contexto histórico mundial, latino americano e nacional, da época da Regência e do Segundo Reinado, que serviu de catalisador para diversas revoltas internas?;
- Quais foram as causas (sociais, políticas e econômicas), os desenvolvimentos e os desfechos da Balaiada e das Revoluções Liberais de São Paulo e Minas Gerais?;
- Quais foram os antecedentes, o desenvolvimento dos principais eventos e o desfecho da Revolução Farroupilha?; e
- Quais foram os princípios de guerra da atual DMT brasileira observados e/ou não observados pelos farrapos e pelos imperiais durante a Revolução Farroupilha?

1.4 JUSTIFICATIVA

Há aproximadamente 500 anos, Maquiavel (1997) já declarava que se deve estudar a História e aprender sobre a ação dos grandes homens, ver como se portaram nas guerras, examinando as causas de suas vitórias, a fim de imitá-las, e de suas derrotas, a fim de evitá-las.

Forjaz (2005, p. 9) afirma que o estudo da História de determinado país

[...] é imprescindível para amalgamar a nacionalidade desta Nação; de um Exército serve para verificar erros e acertos do passado, para, seguindo os passos dados e corrigindo equívoco, podermos, com segurança, buscar o futuro sem medo de errar (FORJAZ, 2005, p. 9).

De acordo com a Portaria Nº 1.507, de 15 de Dezembro de 2014 (BRASIL, 2014b, p. 25), que "Aprova o Plano Estratégico do Exército 2016-2019, integrante da Sistemática de Planejamento Estratégico do Exército e dá outras providências", o Exército Brasileiro (EB) tem como Objetivo Estratégico de número 11 "Fortalecer os valores, os deveres e a ética militar", como Estratégia de número 11.1 o "Desenvolvimento de programas de preservação e divulgação da cultura Institucional" e como Ação Estratégica de número 11.1.1 "Incentivar a pesquisa sobre a História Militar e a exploração dos sítios históricos".

Além disso, percebemos a importância do estudo da História Militar, particularmente a brasileira, ao consultarmos a Portaria Nº 255-EME, de 4 de Julho de 2016 (BRASIL, 2016, p. 1), que “Aprova a Diretriz para a Implantação do Projeto Raízes, Valores e Tradições do Exército Brasileiro” e que tem como um de seus objetivos “Fortalecer e disseminar os hábitos, atitudes e condutas tradicionalmente praticadas nos Estabelecimentos de Ensino do Exército de Caxias, voltados para o aprendizado da história da Força, o culto aos seus heróis e o desenvolvimento das virtudes castrenses, consolidados ao longo da carreira”.

Justifica-se o estudo deste tema histórico devido ao fato de ele nos permitir corroborar os aprendizados doutrinários referentes à correta observância dos princípios de guerra da atual DMT brasileira como fator de aproximação com a vitória nos campos de batalha.

Murray e Sinnreich (2017, p. 15) enfatizam que mesmo a guerra sendo a mais exigente e consequencial empreitada humana, chega a ser espantoso o quão superficialmente ela tenda a ser estudada por quem a pratica. Nesse contexto cresce de importância o estudo da doutrina de determinado Estado, uma vez que aquela possui íntima relação com a forma como este conduz a guerra.

Justifica-se, também, a presente pesquisa, ao notarmos que mesmo após insistente busca nos mais diversos meios, a abordagem desta temática, sob uma ótica simultaneamente histórico-militar e doutrinária, mostrou-se pouco explorada, apesar de sua evidente relevância e interdependência.

Por fim, buscamos dar maior concreticidade aos princípios de guerra, relatando suas aplicações em episódios históricos em que de fato foram observados, fugindo de uma abordagem teórica e demasiadamente abstrata, objetivando a facilitação da compreensão do tema por parte do leitor.

2 METODOLOGIA

No tocante aos aspectos metodológicos, o estudo realizado foi de cunho histórico, baseado na pesquisa bibliográfica e documental.

A metodologia da presente pesquisa foi dividida em: objeto formal de estudo, fontes de pesquisa e delineamento de pesquisa.

2.1 OBJETO FORMAL DE ESTUDO

A presente pesquisa buscou analisar, à luz dos princípios de guerra da atual DMT brasileira, a atuação das tropas legalistas e rebeldes, com o intuito de ratificar o correto emprego desses já consagrados princípios. Para tanto, e visando tornar mais concreto um estudo eminentemente teórico, visando facilitar a compreensão do leitor, analisamos um importante episódio da historiografia militar brasileira: a Revolução Farroupilha, episódio em que diversos desses princípios foram empregados ou até mesmo negligenciados por um ou outro lado contendor, em uma época em que aqueles não eram sequer alvo de estudos formais pelo EB.

Os princípios de guerra foram dimensionados de acordo com BRASIL (2014a, p. 5-3 – 5-6), sendo eles: Objetivo (“Dirija cada operação militar para um objetivo claramente definido, decisivo e tangível”), Ofensiva (“Pela ofensiva conquiste, mantenha e explore a iniciativa das ações”), Simplicidade (“Prepare planos claros e descomplicados e ordens concisas para garantir seu completo entendimento”), Surpresa (“Atinja o inimigo num tempo, local ou maneira para os quais ele esteja despreparado”), Segurança (“Nunca permita que o inimigo obtenha uma vantagem inesperada”), Economia de forças ou de meios (“Empregue todo o poder de combate disponível, de maneira mais eficaz possível, destine o mínimo indispensável de poder de combate para as ações secundárias”), Massa (“Emasse um poder de combate esmagador no momento e local decisivos”), Manobra (“Coloque o inimigo numa posição desvantajosa, pela aplicação flexível do poder de combate”), Moral (“O contínuo aprimoramento e a manutenção de um moral elevado são essenciais ao sucesso na guerra”), Exploração (“A exploração permite tirar vantagem de oportunidades e, conseqüentemente, empregar as forças em toda extensão de sua capacidade, obtendo efeitos desejados que possam facilitar a consecução do

propósito final”), Prontidão (“Com a prontidão, as forças estão providas dos meios essenciais e organizadas para operações de combate. Isso envolve o preparo antes das hostilidades e, continuamente, no decorrer da guerra”), Unidade de comando (“Para cada operação, a obtenção da unidade de comando e unidade de esforços é condição essencial para o êxito”) e Legitimidade (“A legitimidade para o emprego das forças deve ser constantemente buscada”).

A Revolução Farroupilha, por sua vez, foi dimensionada em Campo Político (insatisfações e competições existentes, principalmente, entre liberais e conservadores à época, que buscavam maior proximidade com o poder central), tendo como principais formas de levantamento a busca em arquivos históricos, em Pesavento (1985, p. 39), em Callage (1935, p. 31), dentre outros autores; em Campo Social (divergências culturais entre grupos de pessoas que acabavam por fazer com que os habitantes de determinada área do território brasileiro se sentissem mais ou menos alinhados com o sentimento de nacionalidade brasileira), contando com a busca em arquivos históricos, em Pesavento (1985, p. 38) e em outros autores como formas de levantamento; e, por fim, em Campo Econômico (conjunto de medidas administrativas do poder central e/ou provincial que geravam maior ou menor lucro para determinada província do império), que tiveram como formas de levantamento a busca em arquivos históricos, em Donato (2001, p. 117), em Pesavento (1985, p. 38), dentre outros autores.

2.1.1 Alcances e limites

Este estudo pretendeu ratificar o correto emprego dos já consagrados princípios de guerra partindo-se de uma análise da atuação das tropas contendoras da Revolução Farroupilha. Por outro lado, o presente trabalho não se propôs, em nenhum momento, a censurar as decisões e/ou ações de antigos chefes militares, farrapos ou imperiais. Sabe-se que o observador do fato histórico, com o benefício de viver numa época à frente dos eventos estudados, e de posse de dados mais consolidados, não se deve deixar levar pela ótica que leva em conta juízos de valor acerca de determinados fatos ou personalidades do passado.

A presente pesquisa não se propôs, da mesma forma, a conferir maior ou menor credibilidade a determinado(s) princípio(s) de guerra, principalmente evitando

influenciar o leitor a optar por um ou por outro, como sendo mais ou menos importante. Destaca-se que o presente estudo buscou, apenas, baseado em experiências do passado, fornecer embasamento teórico para estudiosos do assunto.

Por fim, a presente pesquisa possuiu como limite o fato de nem todos os pormenores dos combates estarem documentados em fontes confiáveis. Não se sabe, ao certo, e com a precisão demandada por uma pesquisa científica, de que forma determinadas ações se desenvolveram no campo de batalha, particularmente no nível tático. Diante dessa imprecisão, e na impossibilidade de apontarmos, em determinados momentos, qual(is) princípio(s) de guerra foi(ram) observado(s), direcionamos nosso estudo para os eventos de maior vulto, precisão documental e credibilidade bibliográfica.

2.2 FONTES DE PESQUISA

A presente pesquisa caracterizou-se por ser um trabalho de revisão de literatura e pesquisa documental. Além disso, trata-se de uma pesquisa aplicada e qualitativa (CRESWELL, 2007, p. 186-187), inserida nas Ciências Militares, com ênfase na História Militar e no estudo da atual DMT brasileira. Os dados qualitativos fazem referência à interpretação dos fatos históricos abordados neste trabalho, caracterizados por não serem numéricos, e sim de maior abstração, como o estudo do contexto político que catalisou a Revolução Farroupilha, por exemplo.

Valendo-nos da atual DMT brasileira foi possível analisarmos quais princípios de guerra foram observados e quais não o foram, de cada lado do conflito, a fim de corroborarmos o correto emprego de cada um deles, relacionando-os à obtenção da vitória nos episódios de maior relevância da Revolução Farroupilha.

A pesquisa desprezou, intencionalmente, fatos históricos da Revolução Farroupilha que sejam de menor vulto, que pouco acrescentem ao estudo que aqui se propõe, quer seja por não impactarem diretamente no desenrolar dos eventos da Revolução Farroupilha, quer sejam por não serem citados apropriadamente na literatura e/ou nas documentações consultadas.

Destacamos, ainda, que a presente pesquisa buscou não se apegar a partidos, valores e/ou causas daquele tempo, uma vez que somente quem viveu

naquela época, com a doutrina militar vigente naquele período histórico, saberia dizer com maior precisão o que levou determinado ator a tomar ou deixar de tomar determinada atitude ou decisão. Como estudo científico que é, esta pesquisa buscou caracterizar-se pela isenção e analiticidade, visando apenas a coleta de aprendizados advindos do estudo de fatos históricos valiosos para a historiografia militar brasileira.

No intuito de complementar os ensinamentos colhidos por meio da revisão bibliográfica, foram buscados documentos históricos em arquivos e museus, tudo com a finalidade de analisar fontes primárias, de inquestionável credibilidade, e melhor compreender os fenômenos relacionados à pesquisa que se desenvolveu.

2.3 DELINEAMENTO DE PESQUISA

A presente pesquisa pode ser classificada quanto: à sua natureza; à sua abordagem; aos seus objetivos; e aos procedimentos técnicos adotados, conforme o discriminado a seguir.

Em se tratando de sua classificação quanto à natureza, a presente pesquisa é classificada como sendo básica (ou pura), de acordo com Rodrigues (2006, p. 36), pois busca produzir novos conhecimentos, que serão úteis para o avanço da ciência, porém que não apresentem aplicabilidade prática prevista num primeiro momento; além de envolver verdades e interesses universais.

Já quanto à sua abordagem, o presente estudo pode ser definido como sendo uma pesquisa qualitativa, pois trata o vínculo existente entre o mundo objetivo e o sujeito como algo imensurável em números, não requerendo o emprego de ferramentas estatísticas, mas sim a interpretação de fenômenos e atribuição de significados (BATISTA; LEONI, 2018, p. 23; RODRIGUES, 2006, p. 36).

Quanto aos seus objetivos, a presente pesquisa pode ser classificada como sendo descritiva, pois busca descrever as características de um fenômeno específico, sendo empregada com a finalidade de ampliar os conhecimentos sobre as características de um problema (BATISTA; LEONI, 2018, p. 24; RODRIGUES, 2006, p. 37).

Finalmente, quanto aos procedimentos técnicos adotados, a presente pesquisa se mostra simultaneamente bibliográfica, pois se valeu de material já

publicado, como livros, artigos, etc., permitindo ao pesquisador o conhecimento de fatos do passado (BATISTA; LEONI, 2018, p. 24-25; RODRIGUES, 2006, p. 37-38); e documental, pois foi elaborada, também, a partir de materiais depositados em arquivos, museus, etc.; sendo proclamações, ordens, correspondências pessoais, entre outras fontes primárias (BATISTA; LEONI, 2018, p. 24-25; RODRIGUES, 2006, p. 37-38).

Quanto aos métodos de pesquisa, este estudo pode ser dividido quanto à sua abordagem e quanto ao seu procedimento, de acordo com Rodrigues (2006, p. 71).

Quanto ao método de abordagem, a pesquisa valeu-se do indutivo, pois se propôs a definir generalizações advindas da apreciação de casos particulares, ou seja, de entender como sendo de aplicação geral o aprendizado doutrinário advindo do estudo de um episódio isolado, porém devidamente embasado e crível (RODRIGUES, 2006, p. 29-30).

Por fim, quanto ao método de procedimentos, adotamos o histórico, pois ele se origina no estudo dos conhecimentos e processos do passado, buscando associá-los ao presente (RODRIGUES, 2006, p. 32).

2.3.1 Procedimentos para a revisão da literatura

Segundo Gil (2002, p. 45), a pesquisa bibliográfica tem a vantagem de permitir ao pesquisador explorar uma gama de episódios mais ampla do que em uma pesquisa feita diretamente; sendo indispensável em estudos históricos, pois em muitas ocasiões não há outra forma de conhecer os eventos já passados.

A pesquisa documental, por sua vez, apresenta algumas vantagens, tais como: relevante credibilidade, sendo fonte rica de dados; baixo custo para consulta e inexigibilidade de contato com os sujeitos da pesquisa (GIL, 2002, p. 46).

Neste estudo, a revisão da literatura seguiu os seguintes padrões, a fim de atingirmos uma correta definição de termos, bem como a estruturação de um modelo teórico de análise que viabilizasse a solução do problema de pesquisa:

2.3.1.1 Fontes de busca

- Artigos científicos das bases de dados da Biblioteca Digital do Exército (BDEx), na qual se encontram publicações de diversas Instituições de Ensino Superior, Extensão e Pesquisa (IESEP) do Exército Brasileiro;

- Artigos científicos publicados em Revistas Científicas de reconhecido valor no meio acadêmico, como: “Revista Estudos Históricos”, “Revista História Unisinos”, “Revista Brasileira de Ciências Sociais”, “Revista Brasileira de História”, “*The Hispanic American Historical Review*”, entre outras;

- Artigos científicos publicados em Revistas Científicas de reconhecido valor no meio militar, como: “Revista do Exército Brasileiro”, do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx), “Revista da Escola Superior de Guerra”, da Escola Superior de Guerra (ESG), “Doutrina Militar Terrestre em Revista”, do Centro de Doutrina do Exército, do Comando de Operações Terrestres (CDoutEx/COTer), “Coleção Meira Mattos”, da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), “*Military Review*”, entre outras;

- Pesquisa documental nos sítios do Arquivo Nacional (AN), do Arquivo Histórico do Exército (AHEx) (com visita ao acervo), do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), do Arquivo Histórico do Museu Imperial, da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) e das Bibliotecas da AMAN, da EsAO e da ECEME;

- Obras literárias acerca do tema, escritas por autores considerados referência nacional ou que a sejam, ao menos, no meio militar;

- Trabalhos do Sistema de Monografias e Teses do Exército Brasileiro; e

- Portal SCIELO, site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), consulta da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), dentre outros.

2.3.1.2 Estratégia de busca para as bases de dados eletrônicos

A busca ocorreu priorizando-se os seguintes termos: “Princípios de Guerra”, “Doutrina”, “Doutrina Militar”, “Doutrina Militar Terrestre”, “Regência”, “Segundo Império”, “Segundo Reinado”, “Revoltas Internas”, “Balaiada”, “Revoluções Liberais de 1842”, “Revolução Liberal de São Paulo”, “Revolução Liberal de Minas Gerais”,

“Revoluções Liberais de São Paulo e Minas Gerais”, “Revolução Farroupilha”, “Guerra dos Farrapos”, “Caxias”, entre outros.

Após a supracitada busca, foi feita a revisão bibliográfica dos resultados considerados de maior interesse para a pesquisa, dando especial atenção às referências que foram utilizadas pelos diversos autores, no intuito de encontrar fontes não localizadas anteriormente por meio da pesquisa eletrônica.

Buscou-se, ainda, mesmo em meios virtuais, o acesso a fontes primárias, disponibilizado pelas instituições que as detêm fisicamente e vêm a digitalizá-las e disponibilizar na rede mundial de computadores para consulta à distância.

Nesse sentido, buscamos pelos termos “Ordens do Dia de Caxias”, “Diários de Campanha de Caxias”, “Ofícios do Barão de Caxias”, “Manifestos de Bento Gonçalves”, “Proclamações de Davi Canabarro”, “Ato Adicional”, “Paz de Ponche Verde”, etc.

A seguir apresentam-se os critérios de inclusão e exclusão das fontes bibliográficas e documentais.

2.3.1.3 Critérios de inclusão

- Estudos doutrinários publicados em português, inglês ou espanhol acerca dos princípios de guerra;
- Material histórico publicado dentro da temática de interesse, principalmente acerca da Revolução Farroupilha;
- Documento histórico de qualquer época, que aborde assunto de interesse para a pesquisa;
- Estudos qualitativos que descrevam as causas, os desdobramentos e os desfechos da Balaiada, das Revoluções Liberais de São Paulo e Minas Gerais e da Revolução Farroupilha.

2.3.1.4 Critérios de exclusão

- Estudos doutrinários que fujam ao interesse do pretendido neste estudo.
- Estudos que fujam à realidade dos fatos, quer seja por apresentarem cunho político-partidário, quer seja por mostrarem cunho ideológico.

2.3.2 Procedimentos metodológicos

Como medidas iniciais, no tocante aos procedimentos metodológicos, coube-nos efetivar uma abrangente busca por obras literárias referentes às técnicas doutrinárias e históricas aqui citadas. Essa medida se prolongou por todo o período da pesquisa.

Num segundo momento, comparamos o conteúdo de diversas fontes bibliográficas acerca de um mesmo evento, a fim de nos direcionar ao correto entendimento consensual acerca da historiografia da Revolução Farroupilha, descartando, dessa forma, obras tendenciosas.

Num terceiro momento, diante do surgimento de fatos históricos de elevada importância, porém de menor precisão e/ou maior controvérsia, buscamos dar-lhes maior aprofundamento. Isso se deu por meio da consulta a fontes primárias, indubitavelmente confiáveis e contextualizadas, de instituições de elevada credibilidade no cenário nacional.

Finalmente, munidos dessa compreensão, pudemos interpretar as ações militares ocorridas nos principais episódios da Revolução Farroupilha, possibilitando-nos identificar os princípios de guerra observados por ambos os lados do conflito.

2.3.3 Instrumentos

Valemo-nos dos seguintes instrumentos na investigação científica do presente estudo: interpretação das diversas bibliografias sobre o tema e análise documental, particularmente no tocante à consulta de fontes primárias, por se tratar de um estudo histórico, na busca por maior credibilidade, a fim de melhor amparar nossas futuras conclusões.

2.3.4 Análise dos dados

A fim de realizarmos uma correta análise dos dados, foram comparadas as ideias apresentadas pelos autores das obras consultadas e a análise subjetiva da documentação primária obtida, priorizando-se esta sobre aquelas.

Os dados coletados foram confrontados, principalmente no tocante à heurística e à hermenêutica⁴, com os documentos históricos consultados.

Os resultados foram apresentados como texto descritivo, tendo como objetivo principal analisar os principais eventos da Revolução Farroupilha à luz dos princípios de guerra da atual DMT brasileira. Isso foi feito a fim de verificar quais deles foram mais ou menos observados por ambas as partes do conflito, no intuito de corroborar o correto emprego de cada um desses princípios como facilitador da obtenção da vitória nos campos de batalha, como já destacado.

⁴ A heurística e a hermenêutica, num contexto de estudo da História, buscam a comprovação da autenticidade de determinado documento.

A heurística busca comprovar a supracitada autenticidade partindo da observação dos elementos externos que constituem o material estudado. Avalia assinaturas documentais, fonte tipográfica utilizada, caligrafia do suposto autor, material do papel, etc. É também chamada “crítica externa do documento”.

A hermenêutica, por sua vez, busca uma verossimilhança entre o conteúdo do documento estudado e a realidade da época em que foi produzido. É também chamada “crítica interna do documento”.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Perante a problemática exposta, torna-se necessária a pesquisa bibliográfica e documental no intuito de, após a apropriada análise e constituição de resultados, chegarmos a um posicionamento conclusivo acerca da observância dos princípios de guerra durante a Revolução Farroupilha.

3.1 PRINCÍPIOS DE GUERRA

Neste momento passaremos ao estudo de um importante fator do estudo, relacionado à parte doutrinária deste trabalho: os princípios de guerra. Para tanto, faz-se necessário ambientar o leitor quanto às generalidades que envolvem este tópico.

3.1.1 Generalidades

O estudo dos princípios de guerra, por si só, de forma isolada e descontextualizada, mostra-se ineficaz devido ao fato do leitor não ter como visualizar, de forma didática, qual seria sua empregabilidade. Para tanto abordaremos alguns conceitos básicos a fim de facilitarmos o correto entendimento dos tópicos seguintes, particularmente dos princípios de guerra.

3.1.1.1 Conceitos Básicos

Faz-se necessário compreender o que vem a ser “Doutrina”, “Doutrina Militar” e mesmo “Doutrina Militar Terrestre” para o correto entendimento dos princípios de guerra e suas aplicabilidades.

3.1.1.1.1 Doutrina

De acordo com Brasil (2007, p. 11), “doutrina” é a representação de uma exposição integrada e harmônica de entendimentos e de ideias acerca de um assunto específico. A finalidade da doutrina é ordenar linhas de pensamentos e

orientar ações, sendo classificada como explícita ou implícita; sendo aquela quando formalizada em documentos (manuais, por exemplo) e esta quando praticadas de acordo com tradições e costumes (BRASIL, 2007, p. 11).

Na visão de Brasil (2014a, p. 1-1), “doutrina” vem a ser, em seu significado mais abrangente, a reunião de princípios, conceitos, normas e procedimentos, baseados principalmente na experiência. Brasil (2014a, p. 1-1), alinhado com Brasil (2007, p. 11), reafirma que a doutrina tem por finalidade o estabelecimento de linhas de pensamentos e a orientação de ações, expostos de forma integrada e harmônica.

Brasil (2007, p. 12; 2014a, p. 1-1) nos mostra que a DMT compreende “o conjunto harmônico de ideias e de entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das FA”. Em suas visões, as doutrinas militares englobariam, então, a administração, a organização e o funcionamento das instituições militares. Destaca-se, neste momento, que cada país adota uma Doutrina Militar de acordo com suas peculiaridades. Daremos como exemplo as Forças Armadas espanholas (FAS):

La doctrina militar, o doctrina para las operaciones, establece los principios directores que rigen la actuación operativa de las Fuerzas Armadas españolas, proporcionando además un marco de referencia común para la actuación específica de los ejércitos, una guía para la conducción de las operaciones militares y un marco de pensamiento para dar soluciones a los problemas operativos. Es de obligado cumplimiento aunque requiere juicio en su aplicación⁵ (ESPANHA, 2018, p. 74).

A Doutrina Militar de Defesa (DMD), parte da Doutrina Militar Brasileira que abarca as normas gerais da organização, do preparo e do emprego das FA, quando empenhadas em atividades relacionadas com a defesa do País, formulada nos níveis político e estratégico, se condiciona às particularidades de cada Estado e deve ser idealizada, elaborada e desenvolvida de forma autóctone. Seus assuntos relacionam-se diretamente com a garantia da soberania e da integridade territorial e patrimonial do país, e ainda com o respeito aos interesses nacionais. Quando abordam aspectos de natureza administrativa, logística e operacional valem-se da

5 “A doutrina militar, ou doutrina para as operações, estabelece os princípios diretores que regem a atuação operativa das Forças Armadas espanholas, proporcionando também um marco de referência comum para a atuação específica dos exércitos, um guia para a condução das operações militares e um marco de pensamento para dar soluções aos problemas operativos. É de cumprimento obrigatório embora exija julgamento em sua aplicação” (tradução do autor).

ciência e da técnica. Nesse particular, doutrinas de diferentes países podem ser intercambiáveis, sem prejuízo de sua eficácia (BRASIL, 2007, p. 12; 2014a, p. 1-1 - 1-2).

A Doutrina Militar de Defesa brasileira aborda os fundamentos doutrinários, que visam ao emprego de forças militares na defesa da Pátria e em outras missões previstas na Constituição Federal, nas leis complementares e em outros diplomas legais. As concepções para a organização e o preparo das FA não constituem objeto desta publicação, tendo em vista que esses fundamentos são estabelecidos pelos respectivos Comandos de Força. Dessa forma, esta publicação deve ser complementada por documentos operacionais que contenham conceitos, normas e procedimentos. A DMD tem o propósito adicional de prover entendimentos comuns às FA, propiciando condições para um eficaz emprego combinado (BRASIL, 2007, p. 12).

Em se tratando de Exército Brasileiro (EB), versaremos agora sobre a Doutrina Militar Terrestre (DMT), que Brasil (2014a, p. 1-2) caracteriza como:

[...] o conjunto de valores, fundamentos, conceitos, concepções, táticas, técnicas, normas e procedimentos da F Ter, estabelecido com a finalidade de orientar a Força no preparo de seus meios, considerando o modo de emprego mais provável, em operações terrestres e conjuntas. A DMT estabelece um enquadramento comum para ser empregado por seus quadros como referência na solução de problemas militares (BRASIL, 2014a, p. 1-2).

Ainda de acordo com Brasil (2014a, p. 1-2), a DMT “contempla o emprego dos elementos da F Ter como componente das FA, que constituem elemento essencial da Defesa e importante instrumento da ação do Estado”.

3.1.1.1.2 Definição de princípios de guerra

Tzu (1993, p. 20) já esboçava, desde os primórdios dos estudos da arte da guerra, normas que mais tarde viriam a se concretizar como princípios da guerra. Como exemplo, o renomado autor determina que devemos sempre fazer o inimigo acreditar que estamos num local no qual não estamos verdadeiramente; que nossas tropas não possuem o efetivo que de fato possuem; etc.

Além de Sun Tzu, o Barão de Jomini também teve grande importância no estudo dos princípios de guerra. Como exemplo do que viria a se desenvolver como o princípio da legitimidade, Jomini (1947, p. 49), profundo estudioso da logística em campanha, já valorizava o peso do interesse público sobre as guerras.

“Para o cumprimento da sua destinação constitucional e das atribuições subsidiárias, as FA utilizam estratégias militares e princípios de guerra como fundamentos para o seu emprego” (BRASIL, 2007, p. 35).

Os Princípios de Guerra são preceitos filosóficos decorrentes de estudos de campanhas militares ao longo da história e apresentam variações no espaço e no tempo. São pontos de referência que orientam e subsidiam os chefes militares no planejamento e na condução da guerra sem, no entanto, condicionar suas decisões. O comandante, ao planejar e executar uma campanha ou operação, leva em consideração o que preconizam os princípios, interpretando-os e aplicando-os criteriosamente em face da situação-problema, decidindo quais devem evidenciar, em detrimento de outros. (BRASIL, 2014a, p. 5-1)

Murray e Sinnreich (2017, p. 29), num contexto de estudo da história militar, afirmam que as guerras do passado fornecem um banco de dados único, no qual militares aprendem a conduzir sua profissão. Destacam, ainda, que esse estudo reflete no aprendizado de como fazer, e ainda mais relevante, de como não fazer.

Com o passar dos tempos, a humanidade vem desenvolvendo e aperfeiçoando conceitos que possam ter algum impacto no seu dia a dia e/ou na forma como encaram a realidade. Com os princípios de guerra isso também acontece:

Personalidade/ Instituição	Ano	Princípios de Guerra
Sun Tzu	350 a.C.	Objetivo, ofensiva ou iniciativa, surpresa, unidade, engano, adaptabilidade, meio ambiente, segurança, mobilidade, concentração e coordenação.
Napoleão	1822	Objetivo, ofensiva, massa, movimento, concentração, surpresa e segurança.
Clausewitz	1830	Objetivo, ofensiva, concentração, economia de forças, mobilidade e surpresa.
Escola de Comando e Estado Maior dos Estados Unidos	1936	Ofensiva, concentração, economia, mobilidade, surpresa, segurança e cooperação.
Stalin	1945	Objetivo, estabilidade da retaguarda, moral,

		armamento, organização, qualidade y quantidade, surpresa.
Mao Tsé Tung	1967	Objetivo, concentração, aniquilamento, mobilidade, ofensiva, surpresa, ataque, autonomia, unidade e moral.
Montgomery	1968	Surpresa, concentração do esforço, cooperação entre armas, controle, simplicidade, velocidade de ação e iniciativa.

Quadro 1 – Evolução dos princípios de guerra na visão de diferentes chefes militares (por data).

Fonte: Adaptado de <http://virtual.esup.edu.pe/bitstream/ESUP/157/8/Cap.%203.pdf>. Acessado em 04 de setembro de 2018.

Além da diferença de visão entre estudiosos, notamos que cada Estado também pode possuir sua própria Doutrina Militar, o que reflete na adoção de certos princípios de guerra em detrimento de outros, como podemos perceber a seguir:

Estados Unidos	Grã Bretanha e Austrália	França	China
Objetivo	Seleção e manutenção do alvo	-	Seleção e manutenção do alvo
Ofensiva	Ação ofensiva	-	Ação ofensiva
Massa	Concentração de força	Concentração de esforço	Concentração de força
Economia de força	Economia de força	-	-
Manobra	Flexibilidade	-	Iniciativa e flexibilidade
Unidade de comando	Cooperação	-	Coordenação
Segurança	Segurança	-	Segurança
Surpresa	Surpresa	Surpresa	Surpresa
Simplicidade	-	-	-
-	Manutenção do moral	Liberdade de ação	Moral, mobilidade, mobilização política

			e liberdade de ação
--	--	--	---------------------

Quadro 2 – Evolução dos princípios de guerra (por local)

Fonte: Adaptado de http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/pub1/appendix_d.pdf. Acessado em 04 de setembro de 2018.

A fim de melhor ilustrar essa diferenciação, passaremos a estudar, a partir deste momento, os princípios de guerra das Forças Armadas estadunidenses (*Armed Forces of the United States*) e do Exército Espanhol (*Ejército de Tierra*).

3.1.1.2 Princípios de guerra das Forças Armadas estadunidenses

Os Estados Unidos da América seguem uma Doutrina Militar baseada nas Operações Conjuntas, tendo em vista que, como membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), costuma atuar com o apoio de seus aliados.

The principles of joint operations are formed around the traditional principles of war. Three additional principles — restraint, perseverance, and legitimacy — are relevant to how the Armed Forces of the United States use combat power across the range of military operations. These three, added to the original nine, comprise 12 principles of joint operations. The principles do not apply equally in all joint operations. Most principles, if not all, are relevant in combat. Some principles, such as offensive, maneuver, and surprise, may not apply in some crisis response operations like FHA [foreign humanitarian assistance]. However, principles such as unity of command, objective, and legitimacy are important in all operations⁶ (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017, p. A-1).

Os princípios de guerra prescritos para as Operações Conjuntas dos Estados Unidos da América são, então: objetivo (*objective*), ofensiva (*offensive*), massa (*mass*), manobra (*maneuver*), economia de força (*economy of force*), unidade de comando (*unity of command*), segurança (*security*), surpresa (*surprise*), simplicidade

⁶ “Os princípios das operações conjuntas são formados em torno dos princípios de guerra tradicionais. Três princípios adicionais – contenção, perseverança e legitimidade – são relevantes para como as Forças Armadas dos Estados Unidos usam poder de combate através do alcance de operações militares. Esses três, adicionados aos nove originais, compreendem 12 princípios das operações conjuntas. Os princípios não se aplicam igualmente em todas as operações conjuntas. A maioria dos princípios, se não todos, são relevantes em combate. Alguns princípios, como ofensiva, manobra e surpresa, podem não serem aplicados em algumas operações de resposta a crise como Assistência Humanitária Estrangeira (AHE). Contudo, princípios como unidade de comando, objetivo e legitimidade são importantes em todas as operações” (tradução do autor).

(*simplicity*), contenção (*restraint*), perseverança (*perseverance*) e legitimidade (*legitimacy*).

3.1.1.2.1 *Objetivo (Objective)*

Esse princípio de guerra é relativo à definição de uma meta a ser atingida (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017, p. A-1).

3.1.1.2.2 *Ofensiva (Offensive)*

O princípio da ofensiva tem estrita relação com a postura a ser seguida pelas tropas, ou seja, que busquem uma atitude que lhes permita manter-se sempre à frente das decisões do inimigo, ou seja, possuidores da iniciativa (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017, p. A-1 - A-2).

3.1.1.2.3 *Massa (Mass)*

A massa, como princípio de guerra, deve ser buscada com o foco de concentrar o máximo de poder de combate sobre determinado ponto de defesa do inimigo (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017, p. A-2).

3.1.1.2.4 *Manobra (Maneuver)*

Ao movimento que busca fornecer vantagens às tropas sobre as tropas inimigas denomina-se princípio da manobra (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017, p. A-2).

3.1.1.2.5 *Economia de força (Economy of force)*

O princípio da economia de força rege que os meios devem ser planejados e empregados de forma a permitir um máximo de foco no ponto correto do inimigo, permanecendo num segundo plano, e com meios mínimos, as ações secundárias (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017, p. A-2).

3.1.1.2.6 Unidade de comando (Unity of command)

Faz referência ao comando de uma tropa ser designado a apenas uma pessoa, que assume para si toda a responsabilidade por seu pessoal e material (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017, p. A-2 - A-3).

3.1.1.2.7 Segurança (Security)

O princípio da segurança faz referência à postura a ser tomada de forma a prevenir que nossa tropa seja surpreendida ou perca a iniciativa devido a ações do inimigo (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017, p. A-3).

3.1.1.2.8 Surpresa (Surprise)

A surpresa, como princípio de guerra, busca atuar nas potenciais fragilidades do inimigo, em local e/ou momento no qual ele não espera (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017, p. A-3).

3.1.1.2.9 Simplicidade (Simplicity)

É referente ao fácil entendimento, por parte da tropa, que os planejamentos e ordens do comandante devem ter. Busca descomplicar a compreensão das missões a serem cumpridas (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017, p. A-3).

3.1.1.2.10 Contenção (Restraint)

Tem como premissa evitar o uso desnecessário de pessoal ou de material, tendo em mente que esse meio economizado pode vir a ser necessário mais adiante, ou por outras tropas amigas, otimizando a ação ofensiva no combate (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017, p. A-3 - A-4).

3.1.1.2.11 Perseverança (Perseverance)

Faz referência ao entusiasmo que a tropa deve possuir para se manter firme na busca pelo atingimento dos objetivos (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017, p. A-4).

3.1.1.2.12 Legitimidade (*Legitimacy*)

Esse princípio tem justa ligação com a demanda atual de que as operações e as ações militares possuam amparo legal, de forma que não incida em fatores censuráveis por organismos internacionais, por populações e opiniões públicas (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017, p. A-4).

3.1.1.3 Princípios de guerra do Exército espanhol

O Exército Espanhol nomeia como “*principios operativos*” os princípios de guerra aqui estudados.

Son conceptos específicos que rigen la actuación de las fuerzas terrestres en las operaciones en todo el espectro del conflicto. Todos están impregnados por los principios fundamentales y pertenecen al plano de la búsqueda real de soluciones⁷ (ESPANHA, 2011, p. 3-2).

3.1.1.3.1 Objetivo (*Objetivo*)

Similar ao princípio estadunidense, estabelece que as operações militares devem possuir um foco específico, de forma a não permitir desvios de cerne (ESPANHA, 2011, p. 3-3).

3.1.1.3.2 Legitimidade (*Legitimidad*)

Faz referência à atuação conforme o estabelecido em normas nacionais e internacionais, atenta a repercussões negativas que porventura possam advir de

⁷ “São conceitos específicos que regem as ações das forças terrestres nas operações em todo o espectro do conflito. Todos estão impregnados pelos princípios fundamentais e pertencem ao plano da busca real de soluções” (tradução do autor).

organismos internacionais ou populações direta ou indiretamente envolvidas (ESPANHA, 2011, p. 3-3).

3.1.1.3.3 Flexibilidade (Flexibilidad)

Faz referência à característica que o comandante deve buscar possuir de admitir evoluções em seu planejamento e nas ordens emitidas, de acordo com as demandas que forem surgindo com o andamento das operações militares (ESPANHA, 2011, p. 3-3).

3.1.1.3.4 Surpresa (Sorpres)

Tem estrita ligação com a atuação num ponto, local e momento aonde o inimigo não espera (ESPANHA, 2011, p. 3-4).

3.1.1.3.5 Segurança (Seguridad)

Visa garantir que nossas tropas não sofram danos em situações de perigo ou mesmo de normalidade, colaborando para a redução do número de baixas. Evita a atuação surpresa do inimigo (ESPANHA, 2011, p. 3-4).

3.1.1.3.6 Simplicidade (Sencillez)

Tem ligação com a forma de emitir planos e ordens de forma a serem compreensíveis e não gerem dúvidas a nenhum comandado (ESPANHA, 2011, p. 3-4).

3.1.1.3.7 Iniciativa (Iniciativa)

Faz referência à premissa de não se aguardar ordens definindo o que deve ser feito a todo instante. Até mesmo por características de combate, o comandante deve assumir para si decisões que não puderam ser planejadas com antecedência,

ou mesmo que foram planejadas e acabaram por tomar novos rumos (ESPANHA, 2011, p. 3-4).

3.1.1.3.8 Unidade de esforço (Unidad de esfuerzo)

É referente à atuação concentrada num mesmo foco, aglutinando homens e meios suficientes para tanto (ESPANHA, 2011, p. 3-4 - 3-5).

3.1.1.3.9 Economia de meio (Economía de medios)

Faz conexão com a distribuição judiciosa de meios e materiais de forma que as missões prioritárias sejam mais bem atendidas do que aquelas secundárias, tendo sempre em mente que os recursos podem se tornar escassos de um momento para o outro (ESPANHA, 2011, p. 3-5).

3.1.1.3.10 Continuidade (Continuidad)

Tem referência com a característica que a tropa deve possuir de se manter em atuação na busca pelo sucesso, sendo ininterrupta em seu aproveitamento (ESPANHA, 2011, p. 3-5).

3.1.1.4 Princípios de guerra do Exército Brasileiro

Os princípios de guerra acompanharam a evolução da Doutrina Militar brasileira por serem parte imprescindível dela. Historicamente, já serviram de modelo a Doutrina Militar francesa e a Doutrina Militar estadunidense.

Esses princípios de Guerra foram sendo moldados baseados em experiências de guerras anteriores (sejam brasileiras, sejam aprendizados colhidos de outros povos) até alcançarem a forma que possuem hoje.

Ao Ministério da Defesa coube discriminar quais seriam os princípios de guerra que deveriam ser observados pelas três Forças Armadas, Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira.

No cumprimento de sua destinação constitucional, a F Ter, valendo-se dos elementos do poder de combate terrestre (Liderança, Informações e as seis Funções de Combate – Comando e Controle, Movimento e Manobra, Inteligência, Fogos, Logística e Proteção), aplica os princípios de guerra, utiliza táticas, técnicas e procedimentos operativos e participa das estratégias de emprego das FA brasileiras como fundamentos para o seu preparo e emprego (doutrinários) (BRASIL, 2014a, p. 5-1).

A F Ter pode aplicar os seguintes princípios de guerra: objetivo, ofensiva, simplicidade, surpresa, segurança, economia de forças ou de meios, massa, manobra, moral, exploração, prontidão, unidade de comando e legitimidade.

3.1.1.4.1 Objetivo

O princípio de guerra “objetivo” faz referência à definição de objetivos perfeitamente determinados e tangíveis. Essa definição objetiva proporcionar as devidas consequências pretendidas por nossas forças.

Brasil (2014a, p. 5-3) afirma, ainda, que uma vez definido nosso objetivo, devemos nele persistir, sem deixá-lo fugir de nosso foco.

“Dirija cada operação militar para um objetivo claramente definido, decisivo e tangível” (BRASIL, 2014a, p. 5-3).

3.1.1.4.2 Ofensiva

O princípio da “ofensiva” pressupõe que adotaremos uma postura de possuidores da iniciativa perante o inimigo, buscando uma conduta belicosa, de forma a determinarmos a arte da guerra, impondo-lhe nossa vontade.

De acordo com Brasil (2014a, p. 5-3), a ação ofensiva apresenta-se como um pré requisito para a obtenção de efeitos resolutivos, bem como para a manutenção de nossa liberdade de ação. Possui íntima ligação com o fortalecimento do espírito de corpo e com a motivação do combatente.

“Pela ofensiva conquiste, mantenha e explore a iniciativa das ações” (BRASIL, 2014a, p. 5-3).

3.1.1.4.3 Simplicidade

A “simplicidade”, princípio de guerra a ser buscado sempre que possível, é preconizada pelo planejamento adequado da preparação, emissão e execução de ordens e planos, de forma que sejam inequívocos. Esse esforço tem por finalidade reduzir a possibilidade de duplas interpretações nos textos preparados e/ou nas ordens emanadas, podendo esse equívoco ser causador de grande perda para nossas tropas, direta ou indiretamente.

Deve-se atentar para que a simplicidade seja alcançada, sem, porém, ocasionar uma diminuição da precisão e da flexibilidade necessárias à ação de nossa tropa.

“Prepare planos claros e descomplicados e ordens concisas para garantir seu completo entendimento” (BRASIL, 2014a, p. 5-3).

3.1.1.4.4 Surpresa

Consiste no emprego de força onde o oponente, em um contexto de tempo e espaço, não esteja preparado ou só perceba a situação quando já não pode apresentar uma reação eficiente. O comandante que obtém o efeito da surpresa poderá alterar a seu favor, de forma decisiva, a correlação das forças em combate. Deverá ser buscada nos níveis estratégico, operacional e tático. Manifesta-se pela originalidade, audácia nas ações, sigilo, inovação tecnológica e, sobretudo, pela velocidade de execução das ações e dissimulação de intenções.

“Atinja o inimigo num tempo, local ou maneira para os quais ele esteja despreparado” (BRASIL, 2014a, p. 5-3).

3.1.1.4.5 Segurança

De acordo com Brasil (2014a, p. 5-3), o princípio da segurança define que busquemos as medidas indispensáveis à liberdade de ação e à manutenção do poder de combate essencial ao emprego eficiente de nossa tropa.

Objetiva prevenir a interferência inimiga sobre nossas operações, salvaguardando pontos de maior fragilidade e criticidade de nossas tropas e/ou meios.

“Nunca permita que o inimigo obtenha uma vantagem inesperada” (BRASIL, 2014a, p. 5-4).

3.1.1.4.6 Economia de forças ou de meios

A “Economia de forças ou de meios” preconiza que devemos economizar no emprego das forças e meios, a fim de focar nossos esforços para pontos decisivos, uma vez que devemos raciocinar com um árduo reacompanhamento de homens e com uma dificultosa cauda logística.

“Empregue todo o poder de combate disponível, de maneira mais eficaz possível, destine o mínimo indispensável de poder de combate para as ações secundárias” (BRASIL, 2014a, p. 5-4).

3.1.1.4.7 Massa

O princípio da “massa” define que as nossas tropas devem ser empregadas de maneira concentrada, ou seja, a fim de terem a possibilidade de comprometer o mesmo ponto específico das defesas inimigas. Dessa forma, agindo com qualidade e com êxito, teremos melhores condições de atuar na hora e no local apropriados, de forma a buscarmos nossos objetivos caracterizados pela sustentação de nossas ações.

Brasil (2014a, p. 5-4) estabelece que “a aplicação desse princípio permite que forças, numericamente inferiores, obtenham superioridade decisiva no momento e local crítico”.

Preconiza-se, ainda, em Brasil (2014a, p. 5-4) que o uso de armas mais tecnológicas, possuidoras de maior letalidade e seletividade auxiliam na concentração dos esforços no mesmo ponto das defesas inimigas, colaborando sobremaneira para a obtenção do princípio da massa. O mesmo vale para o emprego de vetores aéreos e da Guerra Eletrônica, que possibilitam a compensação de eventuais deficiências de efetivo. Brasil (2014a, p. 5-4) define essa característica

como a obtenção da massa de efeitos, sem que, necessariamente, tenhamos que empregar a massa de forças; estando esta última mais ligada ao quantitativo de homens.

“Emasse um poder de combate esmagador no momento e local decisivos” (BRASIL, 2014a, p. 5-4).

3.1.1.4.8 Manobra

O princípio da manobra, intimamente ligado ao movimento das tropas e às condições do terreno, é caracterizado pela possibilidade de utilizarmos a dinâmica de movimentos de nossas tropas no intuito de impor ao inimigo uma desvantagem significativa.

Como definido por Brasil (2014a, p. 5-4), esse princípio nos possibilita o atingimento dos resultados de forma menos custosa, tanto em homens como em material.

O emprego adequado da manobra de nossas tropas contribui para a obtenção da superioridade, bem como para que possamos aproveitar o êxito alcançado. Preserva, ainda, a liberdade de ação, bem como reduz nossas vulnerabilidades. A manobra objetiva desgastar a coesão do inimigo, valendo-se de variadas ações pontuais e inesperadas (BRASIL, 2014a, p. 5-14).

A manobra está intimamente relacionada à presteza no movimento das tropas, influenciando pesadamente na manutenção da continuidade da pressão sobre o inimigo (BRASIL, 2014a, p. 5-14).

“Coloque o inimigo numa posição desvantajosa, pela aplicação flexível do poder de combate” (BRASIL, 2014a, p. 5-4).

3.1.1.4.9 Moral

A vontade de combater de nossas tropas deve ser uma preocupação constante por parte dos comandantes. Dessa forma, é imprescindível que lhes sejam ofertados meios e recursos para que essa vontade desperte ou se mantenha, no caso de já ser existente, mesmo sob as mais pesadas adversidades. A esse

estado de espírito damos o nome de “moral”, podendo ser individual ou de uma tropa, em conjunto.

Diversos aspectos impactam no moral dos homens, tais como sua formação militar, a liderança exercida por seus comandantes, os meios que dispõem para combater, as conquistas alcançadas, etc. Além desses, outros aspectos de menor valorização no dia a dia passam a crescer de vulto numa situação de combate, tais como: água potável, higienização periódica, serviço de correio, atividades de entretenimento e lazer, etc., ou seja, aquelas voltadas para o bem estar dos recursos humanos.

De acordo com Brasil (2014a, p. 5-5), “os estados de espírito individuais são intensificados e o moral torna-se um fator cumulativo que pode variar positiva ou negativamente”. Tal oscilação tem imenso peso sobre as operações militares, caracterizando fator preponderante para a obtenção de uma vitória em combate.

“O contínuo aprimoramento e a manutenção de um moral elevado são essenciais ao sucesso na guerra” (BRASIL, 2014a, p. 5-5).

3.1.1.4.10 Exploração

O princípio da “exploração” faz referência à capacidade de mantermo-nos colhendo frutos positivos dos sucessos já alcançados, uma vez que estes possibilitam a aquisição daqueles, desde que saibamos aproveitar as oportunidades.

Brasil (2014a, p. 5-5) caracteriza a exploração como sendo “a intensificação das ações ofensivas para ampliar o êxito inicial, sempre que for obtido um sucesso estratégico ou tático, ou houver evolução favorável na situação”.

Destaca-se que cabe ao comandante, valendo-se de notável experiência, decidir acerca da busca por novos sucessos, num intuito de explorar os sucessos alcançados, sem perder o foco nos objetivos já definidos, comprometendo o já citado princípio do “objetivo”.

“A exploração permite tirar vantagem de oportunidades e, conseqüentemente, empregar as forças em toda extensão de sua capacidade, obtendo efeitos desejados que possam facilitar a consecução do propósito final” (BRASIL, 2014a, p. 5-5).

3.1.1.4.11 Prontidão

Caracterizamos o princípio da “prontidão” como sendo a capacidade que uma tropa deve ter de estar em plenas condições de atuar a qualquer instante num contexto de guerra.

Brasil (2014a, p. 5-5) define esse princípio como sendo “a capacidade de pronto atendimento da Força para fazer face às situações que podem ocorrer em ambiente de combate”.

A prontidão fundamenta-se, de acordo com Brasil (2014a, p. 5-5) na Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestruturas (DOAMEPI). Esse acrônimo enumera fatores de suma importância para a geração das capacidades requeridas a uma tropa que busca possuir prontidão operativa.

“Com a prontidão, as forças estão providas dos meios essenciais e organizadas para operações de combate. Isso envolve o preparo antes das hostilidades e, continuamente, no decorrer da guerra” (BRASIL, 2014a, p. 5-5).

3.1.1.4.12 Unidade de comando

É o princípio de guerra que define que a autoridade sobre determinada tropa deve estar estritamente ligada à pessoa de uma só autoridade: o comandante.

De acordo com Brasil (2014a, p. 5-5), “a aplicação decisiva do poder de combate exige unidade de comando e possibilita a unidade de esforços, pela coordenação de todas as forças [...], de forma integrada [...]”.

Mesmo em se tratando de modernas operações interagências e/ou de operações conjuntas, deve-se sempre ter em mente que a unidade de comando não pode ser ferida, uma vez que a existência de duas ou mais autoridades, de mesmo nível hierárquico, para o mesmo subordinado compromete sobremaneira pilares básicos para o sucesso das operações, como o próprio princípio da simplicidade, por exemplo.

“Para cada operação, a obtenção da unidade de comando e unidade de esforços é condição essencial para o êxito” (BRASIL, 2014a, p. 5-5).

3.1.1.4.13 Legitimidade

O princípio da “legitimidade” faz referência à observação de “diplomas legais, mandatos e compromissos assumidos pelo Estado, [bem como] [...] o sistema de princípios e valores que alicerçam a Força” (BRASIL, 2014a, p. 5-5 - 5-6) mesmo em meio a operações militares.

Brasil (2014a, p. 5-6) estabelece que

tão importante como o aspecto formal da legitimidade do emprego dos elementos da F Ter, é a percepção que as sociedades, nacional e internacional, e população local da área de operações têm sobre o emprego da Força [...].

De acordo com Brasil (2014a, p. 5-6), os assuntos relacionados à Dimensão Humana ganham maior vulto nos dias de hoje, pois apresentam a capacidade de submeter os planejadores e decisores à questão da legitimidade. Ela envolve controlar a narrativa (percepções) e produz reflexos no nível de aceitação que as sociedades (nacional e internacional) atribuem ao argumento de que se faz necessário agir militarmente para a solução de conflitos; sendo, portanto, um importante fator que pode restringir a liberdade de ação dos comandantes em todos os níveis.

“A legitimidade para o emprego das forças deve ser constantemente buscada” (BRASIL, 2014a, p. 5-6).

3.2 CONTEXTO HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO À REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Um fato histórico pode ser melhor compreendido se observarmos até mesmo eventos anteriores ao seu início propriamente dito. A sucessão de eventos que chega a desencadear novos fatos históricos pode ser entendida como o contexto que resultou em sua origem.

Desta forma, faz-se importante compreender o que vinha acontecendo no mundo (contexto global), na América Latina (contexto regional) e no Brasil (contexto local) antes das vésperas da eclosão da Revolução Farroupilha.

3.2.1 No mundo

A Guerra de Independência dos Estados Unidos (1775-1783) ocorreu à sombra da influência de pensamentos iluministas europeus, pregando ideais de liberdade e de maior justiça social. Catalisou a libertação das 13 colônias norte americanas do domínio inglês.

Também sob influência do Iluminismo e após a eclosão da Revolução Francesa (1789-1799), o absolutismo começou a ruir. Novas classes sociais vinham crescendo de importância, como a burguesia, que não mais tolerariam o poder absoluto e hereditário centrado na figura do imperador.

De acordo com Pesavento (1985, p. 35), essa nova classe emergente, antes sediada nos burgos, agora seria a condutora de um marcante processo de transformação em todo o mundo: a abertura de mercados e a difusão de relações assalariadas de produção. A solução para esse processo de transformação estaria no Estado Liberal Contemporâneo.

Como consequência da Revolução Francesa, Napoleão Bonaparte (1769-1821) assumiu o poder e varreu os impérios europeus, anexando vastos territórios à França. Ao mesmo tempo em que isso ocorria, os ideais iluministas e burgueses se espalhavam mundo afora, até mesmo pelas rotas marítimas comerciais existentes entre a Europa e a América.

Comprovando a influência que os eventos mundiais exerceram sobre os farrapos, Donato (2001, p. 118) destaca que em Assembleia farroupilha, convocada em 1843, diversos deputados republicanos “votaram Constituição inspirada pelas Cartas da Revolução Francesa e dos Estados Unidos”.

Além dessa influência ideológica, os eventos europeus também contribuíram, até mesmo de forma mais concreta, para a mudança de rumos na própria história do Brasil como um todo, e não apenas na província do Rio Grande do Sul.

Em 1807, ao romper o Bloqueio Continental de Napoleão contra a Inglaterra, Dom João VI (1767-1826) viu-se diante de um duro dilema: permanecer em Portugal a fim de organizar suas tropas numa tentativa de frear o avanço francês sobre a Península Ibérica ou partir para sua frutífera colônia no Novo Mundo, o Brasil? Optou pela viagem à América do Sul, em 1808, fato que viria a dar novos rumos para o desenvolvimento daquela colônia.

3.2.2 Na América Latina

No final do século XVIII e início do século XIX as colônias espanholas na América eram dominadas politicamente pelos *chapetones*, em sua grande maioria espanhóis de nascença, que ocupavam cargos administrativos de grande hierarquia e prestígio.

Os *criollos*, por sua vez, descendentes dos *chapetones*, não possuíam a mesma confiança da coroa espanhola, apesar de representarem uma elite econômica local. Devido a essa desconfiança, acabavam limitados à atuação em *cabildos*.

Flores (1978, p. 69) afirma que, como consequência dos ideais liberais, já existia nas colônias espanholas da época a premissa de que o rei deveria governar com o consentimento de seus súditos, caracterizando uma troca. Estes reconheciam a autoridade monárquica enquanto aquele provia segurança social.

Em 1815, com a restauração das monarquias europeias advinda do Congresso de Viena, Fernando VII (1784-1833) acaba por assumir o trono espanhol reassumindo uma postura absolutista para com suas colônias americanas.

Também fruto do iluminismo europeu, a classe burguesa da América espanhola passou a questionar princípios fundamentais do absolutismo europeu em suas terras, como o Pacto Colonial, por exemplo. Fruto desse sentimento de revolta, apoiados pelos ingleses e estadunidenses, e também diante do questionamento da autoridade do trono na própria Metrópole espanhola, surgiram nomes de libertadores como Simón Bolívar (1783-1830) e José de San Martín (1778-1850) nas colônias espanholas da América Latina.

A partir de 1815, esses líderes, chamados “Libertadores da América”, acabariam por promover a independência dos diversos Vice Reinos que compunham a América espanhola, elevando-os à condição de Repúblicas independentes, tais como Colômbia, Peru, Venezuela, etc.

Tal contexto latino americano também contribuiria para a eclosão da Revolução Farroupilha, como nos mostra Donato (2001, p. 117): “Influências estrangeiras também figuraram na gênese do movimento [farroupilha] pelo exemplo de nações vizinhas independizadas sob regime republicano [...]”.

Já os Estados Unidos a [independência] haviam obtido, e as colônias espanholas a disputavam com esperança de bom êxito. O Brasil estimulado por exemplos de tanta magnitude, e com a consciência da própria força, era impossível que permanecesse na inação.

Atraída pelos incentivos democráticos sem o ouropel da monarquia, a parte da América emancipada havia adotado na sua organização social o governo republicano.

A gloriosa fortuna que gozavam em particular os Estados Unidos, a sua segurança, e ordem legal, indicavam aos Brasileiros a preferência daquele governo [...] (FRAGOSO, 1939, p. 24).

3.2.3 No Brasil

Com a chegada da família real à colônia, tivemos grandes avanços em território brasileiro, como a criação de bancos, universidades e hospitais. A sociedade que aqui vivia se beneficiou a tal ponto da presença de D. João VI que ela chegou até mesmo a gerar descontentamentos em Portugal, que temiam que a colônia virasse Metrópole e vice versa.

Em 1815, D. João VI elevou o Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, gerando desconfiança por parte dos portugueses. Já no início da década de 1820, com a eclosão da Revolução Liberal do Porto, D. João VI se viu obrigado a regressar à Europa a fim de manter seu trono naquele país, uma vez que Portugal vinha se descontentando com a gama de benefícios que o Brasil colônia vinha conquistando, como a Abertura dos Portos às Nações Amigas, etc. Tais concessões acabaram por prejudicar o comércio com Lisboa, resultando, na prática, no fim do chamado Pacto Colonial.

Com o regresso de D. João VI a Portugal, D. Pedro I (1798-1834), seu filho e herdeiro do trono, acabou por assumir o reinado brasileiro como príncipe regente. Apesar de nascido em Portugal, D. Pedro I deu continuidade às concessões que seu pai vinha fazendo à colônia, aumentando os descontentamentos portugueses até mesmo daqueles lusos residentes em solo brasileiro.

Em 1822, diante de grande insatisfação portuguesa, D. Pedro I recusou-se a retornar a Portugal, findando por declarar a Independência do Brasil no dia 7 de setembro.

O processo de independência do Brasil inseriu-se na crise mais ampla da desagregação do Antigo Sistema Colonial. Vencida a fase de acumulação primitiva de capitais, tudo aquilo que fora o mecanismo de sustentação do colonialismo – escravismo, monopólio – tornou-se um entrave à constituição plena do capitalismo nas economias centrais. A emergência da fábrica

moderna, o aumento da produtividade pela aplicação da ciência à tecnologia e a produção em série exigiam tanto a abertura de mercados quanto a difusão de relações assalariadas de produção. A nova classe burguesa, responsável por este processo de transformação, encontrou, a nível político, a solução no Estado Liberal Contemporâneo (monárquico ou republicano), constitucional e representativo (PESAVENTO, 1985, p. 35).

Iniciou-se, então, o Primeiro Reinado brasileiro, que se estenderia até 7 de abril de 1831, com a abdicação do trono por parte de D. Pedro I.

À independência, seguiu-se o primeiro reinado, marcado pela crise econômico-financeira herdada do período colonial (perda de mercado dos principais produtos brasileiros) e pela instabilidade política, quando a própria autonomia do país foi ameaçada pela presença de grupos portugueses favoráveis à recolonização. Ao mesmo tempo, parte da classe dominante agrária, com posicionamento político diferente daquele grupo empresário da independência, era adepta de formas de governo descentralizadas, tendencialmente republicanas (caso da Confederação do Equador de 1824⁸) (PESAVENTO, 1985, p. 36).

Ano após ano, conforme alguns eventos iam se concretizando, como a separação da província Cisplatina, a popularidade de D. Pedro I ia ruindo. Após uma série de descontentamentos brasileiros, e até mesmo devido ao fato de não ser brasileiro nato, D. Pedro I acabou por se ver obrigado a abdicar do trono em favor de D. Pedro II (1825-1891), seu filho, que na época tinha apenas 5 anos.

Os próximos anos seriam de grave convulsão social, como veremos adiante, marcados principalmente pela Balaiada, pelas Revoluções Liberais de 1842 e pela Revolução Farroupilha.

⁸ Movimento republicano separatista eclodido em PE e irradiado para províncias vizinhas: PB, RN, CE, PI. Causa atribuída: o menosprezo imperial pela vontade dos povos, patenteado com a dissolução da Assembléia Constituinte. Mas Varnhagen, Hélio Vianna e outros historiadores entendem haver sido a razão fundamental a manutenção, no governo local, de Manuel de Carvalho Pais de Andrade, presidente da Junta Governativa. Com a adesão de províncias vizinhas e a ausência da força naval, chamada ao RJ para conjurar boatos de reação portuguesa à Independência, Pais de Andrade proclamou a Confederação, separou-a do Brasil, adotou a constituição vigente na Colômbia e preparou-se para guerrear o Império. D. Pedro expediu sobre a Federação o Exército Cooperador da Boa Ordem, comandado pelo brg. Francisco de Lima e Silva. A esquadra, sob o alm. Cochrane, voltou e bloqueou o porto do Recife. Rápida campanha levou à debandada dos confederados, à fuga dos principais chefes, inclusive a do Andrade, e à execução de outros, o mais notável dos quais, frei Caneca (DONATO, 2001, p. 107-108).

Na impossibilidade da assunção do trono por parte de D. Pedro II, o Brasil passou a ser governado por uma Regência, primeiramente trina, de 1831 a 1835, e depois una, de 1835 a 1840 (FRAGOSO, 1939, p. 28-29); esta sendo consequência da assinatura do Ato Adicional de 1834.

As tensões se acumulavam, não só no Rio Grande do Sul, como também em outras regiões do país, de economia periférica, dando margem à eclosão de rebeliões provinciais, marcadas pela presença de idéias federativas e republicanas e da insatisfação das oligarquias regionais (PESAVENTO, 1985, p. 37).

D. Pedro II só viria a assumir o trono do império brasileiro em 1840, no chamado Golpe da Maioridade. Seu governo se estenderia até 1889, quando seria deposto pelo Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892), dando início à República brasileira.

3.3 PRINCIPAIS REVOLTAS DURANTE A REGÊNCIA E O SEGUNDO REINADO

Paradoxalmente com a centralização do poder nas mãos de um único regente, padre Diogo Antônio Feijó (1784-1843), o Ato Adicional de 1834, ao ajustar artigos da Constituição brasileira de 1824, também proporcionou maior poder aos Presidentes das Províncias e elevada autonomia política para as Províncias brasileiras, por meio das assembleias provinciais.

Para obter maior autonomia frente ao poder central e atender aos seus interesses, as províncias conseguiram que a Regência promulgasse o Ato Adicional [...] de Agosto de 1834. Tal ato acabou provocando intensa disputa política local, conduzindo os partidos provinciais a violentas lutas pelo poder, chegando, muitas vezes, à rebelião contra o poder central, quando não, a cogitação da secessão (FORJAZ, 2005, p. 77).

Esse paradoxo acabou por ser uma das causas remotas de muitas rebeliões que estavam por vir. Muitas vezes sob influência dos ideais republicanos advindos do processo de independência da América espanhola, os cidadãos de províncias menos assistidas pelo governo central pegaram em armas a fim de definirem os próprios rumos de suas terras.

Embora se houvessem feito concessões ao espírito liberal, reformando a constituição mediante o Ato Adicional (1834), isto é, transformando os conselhos gerais das províncias em assembleias legislativas, dissolvendo o Conselho de Estado e criando-se um só regente, a inquietação perdurava. É

óbvio que ela se fazia sentir em todo o país. A Côrte era o foco de um sismo político, cujos abalos repercutiam até em nossas raias mais afastadas (FRAGOSO, 1939, p. 29).

Diante dessa série de levantes contra o poder central, os governantes da época, até mesmo apoiados pelo Partido Liberal, decidiram antecipar a maioria de D. Pedro II, quando este ainda possuía seus 15 anos, em 1840. Tal decisão foi decorrente da convicção de que uma figura que representasse a centralização do poder poderia apaziguar os ânimos revoltosos da época.

3.3.1 Balaiada

A Balaiada foi uma rebelião ocorrida de 1838 a 1841 na província do Maranhão, tendo como principais lideranças Raimundo Gomes (“O Cara Preta”) (?-1841), Manuel Francisco dos Anjos Ferreira (“Balaio”) (1784-1840) e Cosme Bento das Chagas (“Negro Cosme”) (aproximadamente 1801-1842). Caracterizou-se por ser de cunho tipicamente popular, estando seu início relacionado às disputas entre os partidos conservador e liberal e à maior autonomia oferecida ao Presidente da província pelo Ato Adicional de 1834 (CARVALHO, J., 2012, p. 94).

De acordo com Carvalho A. (1991, p. 70), o Maranhão passava por uma situação peculiar: antigos combatentes das guerras de independência, soldados e mesmo bandidos, tinham fácil acesso a armamentos deixados pelas tropas da época, caracterizando perigosos bandos armados perambulantes pela província.

Devido às tensões já existentes, episódios de menor vulto foram estopim suficiente para a deflagração do conflito, tais como a invasão de um presídio visando a libertação de partidários liberais por parte de Raimundo Gomes; ou mesmo uma vingança pessoal do Balaio contra um Capitão que havia-lhe violentado a filha (CARVALHO, J., 2012, p. 94).

Num contexto de luta de guerra de libertação do oprimido contra o opressor, Raimundo Gomes passa a incentivar e influenciar debandadas de escravos em diversos pontos da província (CARVALHO, A., 1991, p. 71).

Em paralelo a essas ações iniciais, o Negro Cosme encabeçou uma revolta liderando aproximadamente 3 mil escravos fugidos. Devido a uma aliança existente entre essas lideranças, os balaios conseguiram mobilizar algo em torno de 11 mil

homens e tomar a cidade de Caxias⁹, a segunda maior da província do Maranhão (CARVALHO, J., 2012, p. 94).

Dançam os pretos libertos. Pinoteiam os mulatos e caborés, em passos festivos de sambas e de jongos. E começa o saque. E espuma a embriaguez. E segue-se o crime com o sacrifício da honra e da propriedade. Rouba-se. Mata-se. Enfim, a vergonha das vergonhas, na inconsciência da multidão criminosa, no sanguinolento desatino do cangaço. (CARVALHO, A., 1991, p. 73)

O governo da Regência, mesmo preocupado com a Revolução Farroupilha na província do Rio Grande do Sul, não permanece indiferente a tão grave fato e acaba por tomar uma providência: nomear o Tenente Coronel Luiz Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, para dar fim à revolta maranhense (CARVALHO, A., 1991, p. 74).

Luiz Alves passa, então, a concentrar os meios na Capital maranhense, São Luís. Reúne tropas, planeja os recursos orçamentários e levanta informações acerca dos balaios e de seus locais de resistência. Prepara-se para a ofensiva que viria a adotar em breve (CARVALHO, A., 1991, p. 76).

Após reorganizar suas tropas e seus meios, Luiz Alves parte para a libertação da cidade de Caxias, obtendo importantes sucessos iniciais.

Caxias é reconquistada após alguns focos de tiroteios e lutas corpo a corpo. As localidades vão sendo retomadas e os balaios vão sendo vencidos, não tendo outra opção senão fugir para leste, na divisa com o Piauí (CARVALHO, A., 1991, p. 77).

Após mais alguns embates, que acabaram por resultar na morte do Balaio, os revoltosos passam a se evadir dos principais pontos de combate.

Diante dessa situação, alguns revoltosos fazem pedidos de anistia às tropas legalistas. Diante dessa situação, Luiz Alves acaba por indultá-los e exige que eles passem à perseguição dos outros (CARVALHO, A., 1991, p. 78).

Com o sucesso obtido por Luiz Alves de Lima e Silva, a Balaiada começa a ser debelada. Aos poucos a ordem vai se restabelecendo no Maranhão. Em meio a isso, D. Pedro II assume o trono. Iniciar-se-ia, a partir de então, o Segundo Reinado brasileiro (CARVALHO, A., 1991, p. 79).

⁹ De acordo com Bento (2003, p. 228), Luís Alves de Lima e Silva escolheria, ao pacificar o Maranhão, ser o “Barão de Caxias” em homenagem à cidade que libertou do domínio balaio.

A assunção do trono por D. Pedro II foi, ainda, benéfica no sentido de ajudar a cessar boa parte das discordâncias entre cabanos e bentevis na república maranhense (CARVALHO, A., 1991, p. 79).

A partir desse momento, Luiz Alves passou a priorizar ações diplomáticas em nome do Imperador, oferecendo concessões aos rebeldes. Por mais 5 meses as operações continuariam, porém a Balaiada se daria por pacificada num futuro breve, com a anistia de aproximadamente 2 mil revoltosos (BENTO, 2003, p. 227).

Tendo pacificado o Maranhão, Luiz Alves de Lima e Silva foi promovido a oficial general, recebendo também o título de Barão de Caxias (BENTO, 2003, p. 228).

3.3.2 Revoluções Liberais de São Paulo e Minas Gerais

Após pacificadas as rebeliões no Norte brasileiro e com a Revolução Farroupilha ainda em curso, irrompe uma rebelião que ameaçava a monarquia recentemente recuperada pelo Golpe da Maioridade de D. Pedro II, organizada pelo Partido Liberal. Tratava-se da Revolução Liberal de 1842, que possuía lideranças distintas e autônomas, em São Paulo e em Minas Gerais (LANNING, 1999, p. 432).

Apesar de, num primeiro momento, D. Pedro II permitir uma influência liberal no governo, isso logo teve que cessar, uma vez que os conservadores o vinham convencendo da necessidade de maior centralização do poder, levando-o à aprovação de leis que reconduzisse os conservadores ao poder (BENTO; GIORGIS, 2016, p. 171).

As forças dominantes da época, divididas entre liberais e conservadores, viviam em constantes conflitos. Com a maioria de D. Pedro II, em 1840, o Partido Conservador assume o poder. A aristocracia provincial (pertencente ao Partido Liberal) não aceita (DRUMMOND, 2004, p. 121).

Tal ascensão dos conservadores é chamada por alguns historiadores de “Restauração Conservadora” e é maracada, principalmente, pela assinatura da Lei nº 105, de 12 de Maio de 1840, também chamada “Lei Interpretativa do Ato Adicional”, na qual notamos a revogação de alguns traços mais liberais.

As reações liberais às ações conservadoras não tardaram a aparecer. As províncias de São Paulo e Minas Gerais vinham se articulando para que realizassem

uma sublevação simultânea, no intuito de dificultar uma reação do governo central (BENTO; GIORGIS, 2016, p. 172).

O que se passava [...] nas Províncias de S. Paulo e Minas era apenas uma sombra da tirânia que pesava sobre as devastadas do Ceará e Paraíba. Difícil fora de acreditar-se a maneira por que eram regidas estas duas Províncias, partes integrantes de um Império Contitucional. Felizmente para o historiador, os fatos ali ocorridos estão autenticamente verificados; e aos ler, reconhecer-se-á a urgente necessidade em que se acharam colocados os que, em 1842, lançaram mãos das armas, como último recurso à opressão. A Constituição tinha desaparecido, as Leis eram mudas e não protegiam uma parte considerável dos súditos do império: membros da oposição, distintos por sua moralidade, serviços e relações caíam vítimas do bacamarte do assassino [...] (MARINHO, 1978, p. 36).

3.3.2.1 Revolução Liberal de São Paulo

Cidadãos de maior projeção no cenário político, apoiados por alguns membros da Guarda Nacional e produtores rurais, insatisfeitos com a situação que se concretizava, optaram por não se limitar à escrituração de cartas de repúdio. Pegaram, também, em armas, temendo não mais voltarem a ter influência no governo. Entre eles se encontrava o antigo regente, Diogo Antônio Feijó (FORJAZ, 2005, p. 99).

Em São Paulo a Revolução Liberal teve início em Sorocaba, em maio de 1842, quando a Câmara proclamou Tobias de Aguiar e Feijó como Presidente e Vice Presidente da província, respectivamente (BENTO, 2003, p. 234).

Tobias de Aguiar havia acabado de ser substituído, por ordem do governo central, do cargo de Presidente da província, por José da Costa Carvalho, natural da Bahia (BENTO; GIORGIS, 2016, p. 173).

Ao tomar conhecimento de que os revoltosos pretendiam atacar a capital da província, o governo tratou de nomear Caxias para impedir a deposição do Presidente (BENTO, 2003, p. 234).

Caxias partiu do Rio de Janeiro para Santos e, de lá, para a cidade de São Paulo. De lá passou à ocupação de Mogi das Cruzes e à preparação da defesa da capital (BENTO, 2003, p. 234).

Preocupou-se, ainda, em prevenir um possível apoio de reforços vindos do sul, devido ao andamento da Revolução Farroupilha, bem como de Minas e mesmo

do Rio de Janeiro. Com isso em mente, isolou os rebeldes nas localidades de Itararé, Lorena e Guaratinguetá (BENTO, 2003, p. 234).

Diante do atraso revoltoso em atacar São Paulo, Caxias partiu para a ofensiva, obrigando os rebeldes a se evadirem na direção de Campinas. Nesse contexto ocorreu o combate da Venda Grande, nesta cidade, obtendo, Caxias, importante vitória para os legalistas (BENTO, 2003, p. 234-235).

Com condições de atacar Sorocaba, Caxias o fez, prendendo o antigo regente, Diogo Antônio Feijó, e tomando ciência da fuga de Tobias de Aguiar para o Rio Grande do Sul farroupilha (BENTO, 2003, p. 235).

Era findada a Revolução em São Paulo. Caxias partiria, a partir daquele momento, para a pacificação de Minas Gerais.

3.3.2.2. Revolução Liberal de Minas Gerais

Três dias após a vitória dos legalistas em Venda Grande, na província de São Paulo, estourava a revolta em Barbacena (BENTO, 2003, p. 235). O contexto era muito similar ao já visto em São Paulo, possuindo forte caráter político. Marinho (1978, p. 53) afirma que a província de Minas Gerais vinha sofrendo com a influência do partido conservador nos negócios do Brasil.

Marinho (1978, p. 225) afirma que

os acontecimentos da província de Minas estão por tal forma ligados com os da de São Paulo, que o aparecimento de um movimento deu existência ao outro; e a derrota dos paulistas ocasionou a dos mineiros [...].

A Câmara de Barbacena aclamou como Presidente da província de Minas Gerais o Coronel José Feliciano, autorizando-o a dar início a uma série de medidas administrativas. Algumas cidades mineiras aderiram ao movimento (BENTO, 2003, p. 235).

A cidade de Ouro Preto, então capital da província de Minas Gerais, se manteve legal, sob a liderança do Presidente Bernardo Veiga, que derrotou os liberais em Mendanha e Presídio. Esse fato, somado à derrota dos rebeldes paulistas, foi de grande estímulo para uma reação à revolução levada a cabo por José Feliciano (BENTO, 2003, p. 235).

Na cidade mineira de Queluz os rebeldes prepararam suas defesas. Além disso, designaram São João del Rei como sua capital. A partir daí voltaram seus olhos para a conquista de Ouro Preto, empregando tropas rebeldes instaladas em Baependi, São João del Rei e Barbacena. Essas tropas se reuniram em Cataguases antes de concretizarem a ofensiva sobre Ouro Preto (BENTO, 2003, p. 236).

Caxias chegou a Ouro Preto antes que a ofensiva rebelde tivesse início, influenciando pesadamente para que o ataque fosse abortado e Queluz evacuada, graças à fama que já trazia consigo por ter pacificado o Maranhão e São Paulo (BENTO, 2003, p. 236).

Diante dessa evolução, os revoltosos optaram por tomar a cidade de Sabará, o que foi conseguido com certa facilidade. Diante dessa conquista, tentaram negociar uma rendição em posição vantajosa, que não foi aceita (BENTO, 2003, p. 236).

Por fim, desenvolveu-se o combate de Santa Luzia, posição serrana na qual os rebeldes se haviam instalado. Com certa dificuldade, as tropas legalistas saíram vitoriosas, findando a rebelião iniciada em Barbacena (BENTO, 2003, p. 236).

Spalding (1963, p. 209) nos mostra que as Revoluções Liberais de 1842, particularmente a de São Paulo, entusiasmaram sobremaneira a ação dos farrapos.

O próximo objetivo de Caxias seria a pacificação da Revolução Farroupilha, que já vinha desgastando o Rio Grande do Sul há 7 anos.

3.3.3 Revolução Farroupilha

“No Rio Grande do Sul, em 1835, eclodiu a Revolução Farroupilha, que durante dez anos enfrentou o governo central” (PESAVENTO, 1985, p. 37).

Marcou-se o período da Regência pelas perturbações: impasses partidários, e resistência decisiva aos que ambicionavam a volta de D. Pedro I. Esse clima se estendeu ao Rio Grande do Sul, onde o espírito independente, altivo e patriótico do gaúcho não admitia novas submissões, mesmo indiretas aos lusitanos (SOUZA, 2017, p. 54).

A província do Rio Grande do Sul encontrava-se em grave estado de revolta devido às altas taxações do charque gaúcho, que prejudicavam sua competitividade em outros mercados, causando uma forte insatisfação de influentes estancieiros da região.

Forjaz (2005, p. 116) afirma que as principais causas da eclosão da Revolução Farroupilha foram “a insensibilidade da Regência no trato dos problemas econômicos da Província [...] do Rio Grande do Sul e a intolerância do governo local com os nacionais, legislando, na maioria das vezes, em benefício dos portugueses”.

“Não tinham eles [gaúchos] condições de competir em situação de igualdade com o charque platino, produzido com mão-de-obra assalariada, mais eficiente e produtiva que o caro braço escravo usado nas estâncias gaúchas” (SOUZA, 2017, p. 55).

Somava-se a isso uma série de divergências, ou mera falta de identificação, políticas e sociais que os gaúchos tinham com o governo central.

Agravando ainda mais o quadro, o Rio Grande do Sul era vizinho de países como a Argentina e Uruguai, que recentemente haviam conquistado suas independências e passado à condição de Repúblicas latino americanas.

Influenciados pela proximidade de outras nações sul-americanas sob aquela forma de governo [república], o partido farroupilha ou republicano foi sorver ali as idéias básicas que informaram a revolução a qual quase põe em cheque a integridade e segurança do Império. O Rio Grande do Sul era o refúgio de idéias revolucionárias trazidas pelos exilados da Revolução Italiana (SOUZA, 2017, p. 55).

Callage (1935, p. 67) afirma que “muita inverdade tem se escrito sobre a revolução dos farrapos, a fim de fazer crer aos que desconhecem a sua história, que ela fora feita com o fim exclusivo do Rio Grande se desmembrar do Brasil”.

Nenhum dos seus chefes possuíam [sic] esse intento. São claros e positivos os documentos nesse sentido. Nem mesmo Netto pensava em separação. A proclamação da República [Rio Grandense] foi uma obra de entusiasmo do momento, em virtude da sua paixão política, sem controle. Ela veio, simplesmente, como um sinal de protesto às injustiças que sofria do governo imperial.

Depois, sim, como era natural, tomou forma, mas com a finalidade de levá-la a todos os recantos da nacionalidade, a fim de transformar o regime que dirigia o país (CALLAGE, 1935, p. 67).

A Revolução Farroupilha teve como principais lideranças Bento Gonçalves¹⁰, Antônio Netto¹¹, David Canabarro¹², Giuseppe Garibaldi¹³, entre outros.

¹⁰ Considerado o protótipo do herói gaúcho, Bento Gonçalves da Silva nasceu no atual município de Triunfo, em 23 de setembro de 1788. Filho de estancieiro, criou-se no campo e virou militar ainda jovem. Participou das campanhas contra os espanhóis (1811 e 1812) e a Argentina (1827).

De acordo com Souza (2017, p. 55), a Revolução era composta por pobres esfarrapados que constituíam a maior parte das tropas rebeldes, embora fossem lideradas pelos estancieiros, possuidores de maior renda.

Em 20 de Setembro de 1835, ainda sem evidente caráter separatista, a Revolução se iniciou, tendo como marco inicial o combate da Ponte da Azenha, na capital Porto Alegre. Os farroupilhas, comandados por Onofre Pires e Silva Jardim, acompanhados de tropa de 200 cavaleiros (RODRIGUES, C., 1996, p. 10), se dirigiram à capital com o intuito de depor o Presidente da província de então, Antônio Rodrigues Fernandes Braga. Diante do sucesso farroupilha nesse primeiro momento, Bento Gonçalves se dirigiu a Porto Alegre e assumiu um papel de governo provincial. O sucesso em Porto Alegre seria efêmero, pois não tardou para que as tropas imperiais a reconquistassem.

Após esses meses iniciais, ocorreu no arroio Seival, próximo à cidade de Bagé, um combate entre as tropas farroupilhas de Netto e tropas legalistas. Após

Comandou a Revolução Farroupilha, sendo eleito presidente da República Rio-grandense quando ainda estava preso. Com o fim da revolução, voltou para a sua estância no Cristal, onde tentaria recompor sua vida e se recuperar financeiramente. Mas morreu de pleurisia, dois anos depois (URBIM, 2004, anexo).

¹¹ Nascido no distrito de Povo Novo, entre Pelotas e Rio Grande, Antônio de Souza Netto era uma das principais lideranças farrapas. Após comandar a vitória na batalha do Seival, proclamou a República Rio-grandense, no dia 11 de setembro de 1836. Descrito como alto e bem apessoado, era estancieiro, comerciante de gado e criador de cavalos. Valente e exímio cavaleiro, nas batalhas avançava sempre à frente da tropa. Declarada a paz, descontente, foi morar no Uruguai. Morreu, aos 63 anos, depois de ser ferido na Guerra do Paraguai (URBIM, 2004, anexo).

¹² Davi José Martins nasceu em Taquari, em 1796. O sobrenome Canabarro só foi adotado em 1836. Lutou nas guerras contra o Uruguai e a Argentina, ao lado de Bento Gonçalves. Comandou o exército farroupilha que invadiu Laguna, capital da efêmera República Catarinense. Era o principal chefe farrapo quando houve o acordo de paz em Ponche Verde. Morreu, cuidando da estância em Santana do Livramento, em 1867 (URBIM, 2004, anexo).

¹³ O rebelde italiano conheceu Bento Gonçalves em 1837, no Rio de Janeiro, quando nasceu o apoio de exilados italianos à rebelião na Província de São Pedro. Ao *Herói dos Dois Mundos*, como ficou conhecido, coube o desafio de construir barcos e atacar as embarcações a serviço do Império. Garibaldi ainda iria para o Uruguai, onde se casou com Anita Garibaldi. Voltou à Itália para atuar na luta pela unificação do país. Morreu em 1882, aos 75 anos (URBIM, 2004, anexo).

dura batalha, sagraram-se vitoriosos os Farroupilhas, que, liderados por Netto, conduziram a proclamação da República Rio Grandense. Daquele momento em diante a pretensão dos farroupilhas era não mais ser parte do império brasileiro, e sim definir seus próprios rumos.

Em outubro de 1836 tomou forma a batalha da ilha do Fanfa, situada no rio Jacuí. Nesse combate ocorreu uma derrota dos farrapos e a captura de Bento Gonçalves e Onofre Pires pelos imperiais, sendo aprisionados no Rio de Janeiro.

Nessa fase da Revolução, a República Rio Grandense parecia estar destinada a ruir, apresentando sérias dificuldades no âmbito militar e tendo sua principal liderança sob poder dos legalistas. Porém algo inusitado ocorreu de forma a recuperar o ânimo dos farrapos: Bento Manuel¹⁴, valoroso general gaúcho que vinha combatendo pelos imperiais, agora passaria para a causa farroupilha.

Reagrupados em Piratini, os revoltosos, agora mais preparados, puderam se organizar para retomar as ações ofensivas da revolução. Nesse contexto, decidiram retomar a capital, Porto Alegre, sitiando-a.

A cidade de Porto Alegre, após brava resistência, permaneceu sob controle imperial por todo o restante da revolução. Tal fato, futuramente, seria reconhecido por D. Pedro II, que a designaria como “leal e valorosa”.

Com a fuga da prisão, Bento Gonçalves pode retornar ao Rio Grande do Sul e, de fato, ocupar o cargo de Presidente da República Rio Grandense.

Em 1838 ocorreu o combate do Rio Pardo, no qual tropas farrapas lideradas por Netto, Davi Canabarro e Bento Manuel derrotaram as tropas imperiais de Elzeário.

Na incessante busca por um porto a fim de facilitar a logística de guerra, os farrapos decidiram estender a luta para o norte, mirando a conquista da cidade catarinense de Laguna, o que foi concretizado após árduo deslocamento de

¹⁴ Nasceu em Sorocaba (São Paulo) e veio [sic] para o Rio Grande do Sul aos cinco anos de idade, no final do século 18. Depois, foi peão de estância, comprou e vendeu gado. Bento Manoel tornou-se militar reconhecido por suas táticas de batalhas e se destacou nas guerras de fronteira contra o Uruguai e a Argentina. Durante a Revolução Farroupilha, teve uma atuação polêmica, ora lutando pelos farrapos, ora pelos imperiais. Morreu em Porto Alegre, aos 72 anos, como marechal-de-exército reformado do Império (URBIM, 2004, anexo).

Garibaldi com o emprego de lanchões¹⁵, os quais chegaram a se deslocar por trechos de solo, até poderem flutuar nas águas do Atlântico. Dessa campanha, surge a República Juliana, proclamada em solo catarinense.

De acordo com Mariz (2005, p. 207), a tropa naval farroupilha foi bem recebida em Santa Catarina, possibilitando a conquista de Laguna seguida da adesão de revolucionários catarinenses. Neste contexto se deu a origem da República Juliana, confederada com a República Rio Grandense.

Ainda no Rio Grande do Sul ocorreram as batalhas de Taquari e São José do Norte. A primeira, sem vencedores bem definidos, enquanto a segunda teve como lado vitorioso o das tropas imperiais.

Em novembro de 1842 ocorreu a nomeação de Caxias para os cargos simultâneos de Presidente da Província do Rio Grande do Sul e Comandante das Armas na luta contra os farrapos.

Num primeiro momento Caxias passou à reorganização das tropas e dos meios de combate, para só após dar continuidade às operações militares propriamente ditas.

De fevereiro de 1843 a fevereiro de 1845, Caxias empreendeu uma campanha inédita nos pampas, incumbindo a força legal de não apenas neutralizar a força inimiga, mas também restabelecer a lei e a ordem no interior conturbado, perseguindo os rebeldes e ocupando as cidades e vilas, restituindo a autoridade dos poderes públicos e estimulando a retomada das atividades econômicas. Dificultou a passagem dos rebeldes através da fronteira com os países vizinhos (LANNING, 1999, p. 433).

Após a chegada de Caxias, e tendo novamente Bento Manuel do lado imperial, o combate de maior repercussão, que preparou o caminho para a “Paz de Ponche Verde”, foi a Batalha de Porongos, devido à pesada derrota sofrida pelos revoltosos.

A Batalha de Porongos foi caracterizada por uma trágica surpresa das tropas imperiais sobre um acampamento farrapo liderado por Davi Canabarro. Sem condições de organizar suas defesas, os farrapos (representados em grande número pelos lanceiros negros) foram dizimados, reduzindo sobremaneira a vontade

¹⁵ Embarcações rústicas e adaptadas (sobre rodas provisórias) empregadas pelos farrapos liderados por Garibaldi para atingirem (após extenso deslocamento por terra) o Oceano Atlântico e, após isso, a cidade de Laguna, em Santa Catarina.

de combater do povo gaúcho e dando maiores condições para a assinatura do tratado de paz de Ponche Verde.

Ainda hoje historiadores debatem sobre a possibilidade de que Canabarro tenha traído seus lanceiros negros num esquema armado com as próprias tropas imperiais. Outros defendem que esse comandante farroupilha foi alvo de difamação com o intuito de desmoralizá-lo. Não existe, até os dias de hoje, um consenso acerca do fato, escapando até mesmo do foco deste trabalho.

Donato (2001, p. 118) destaca que

a pacificação [da Revolução Farroupilha] foi confiada a Caxias. Agindo politicamente, atraiu próceres republicanos moderados ou cansados da guerra; aos patriotas brasileiros apontou ameaças estrangeiras avultando ao sul e ao oeste, e atuando com eficiência no terreno militar mudou a sorte do conflito.

A Paz de Ponche Verde foi assinada por Caxias e Canabarro em 28 de fevereiro de 1845, anistiando os farroupilhas, reajustando as taxações sobre o charque gaúcho, mantendo os oficiais (não generais) farrapos com o mesmo posto no exército imperial, dentre outras medidas.

Numa reflexão acerca da prolongada duração da Revolução Farroupilha, Mariante (1985, p. 81-82) a atribui à elevada moral do povo gaúcho, mesmo os farrapos tendo menores recursos e efetivos, chefes de menor vulto que os imperiais, marinha de guerra sucateada e sérias dificuldades de reabastecimento de armamento e munição.

3.4 A REVOLUÇÃO FARROUPILHA

A Revolução Farroupilha foi, na visão de muitos estudiosos, o mais importante episódio de luta interna, ao menos no período conhecido como “Brasil império”.

[A Revolução Farroupilha foi] a mais longa das revoluções brasileiras. Assim como a maioria delas, apresentou por justificativa protesto contra discriminações do poder centralizador da Corte. Havia, também, no campo rio-grandense, acentuados ressentimentos face à oligarquia urbana e lusitana. E, mais discretamente, em pequenos círculos cultos e politizados, o vago ideal da implantação de forma federal de governo. Pandiá

Calógeras¹⁶ observou que “federalistas, muito mais do que separatistas, os farrapos pelejavam pelas liberdades locais” (DONATO, 2001, p. 117).

Tratou-se de uma luta armada, entre grande parte dos cidadãos gaúchos e o governo central, ocorrido, em sua maioria, na província do Rio Grande do Sul.

3.4.1 Antecedentes e causas imediatas

A Revolução Farroupilha, como várias outras, não teve início de um instante para o outro. Foi um conjunto de insatisfações, situadas nos campos político, social e econômico, que conduziram os gaúchos a apanharem em armas.

A decisão do rompimento [dos farrapos com o Império] tomou vigor com nomeação do governo provincial e da sua burocracia, desatendendo às peculiaridades do Sul. Da sistemática oposição na Assembléia, os descontentes passaram à ação armada [...] (DONATO, 2001, p. 118).

Para Callage (1935, p. 14), a revolução de 35 já vinha sendo preparada desde anos anteriores. Esse autor afirma que ela “não foi obra de momento, de acaso”; sendo pensada desde o momento em que o povo gaúcho percebeu que estava sendo ludibriado em decorrência de maus governos da época.

Callage (1935, p. 15) elege a proclamação de Bento Gonçalves de 29 de agosto de 1838, já como Presidente da República Rio Grandense, como a melhor explicação das causas da revolução:

Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em nome de seus constituintes.
 [...] o povo rio-grandense não reconhece outro juiz sobre a terra além do autor da natureza, nem outras leis além daquelas que constituem o código das nações. Observa o estatuído princípio da mútua universal decência, provando à face de todas as repúblicas, príncipes e potentados aos quais se dirige que o ato de sua separação e desmembramento não foi obra da precipitação irrefletida, ou de um caprichoso desacerto, mas uma obrigação indispensável, um dever rigoroso de consultar a sua honra, felicidade e existência altamente ameaçadas, de attender por si mesmo a própria natural defesa de subtrair-se a um jugo insuportável, cruel e ignominioso, opondo a resistência à injúria, repelindo com a força a violência.
 [...] Provocações revoltantes, perseguição insuportável e ainda mais intoleráveis denegações de justiça precipitaram este bom povo no pavoroso

¹⁶ João Pandiá Calógeras (1870-1934) foi um político brasileiro, Ministro de Estado da Agricultura, Comércio e Indústria em 1914, Ministro de Estado da Fazenda em 1916 e Ministro da Guerra (1919-1922), quando fundou a EsAO.

anfiteatro onde hoje luta e se despedaça, assoberbado pelo mais exacrável abuso da força, pela mais horrorosa prepotência.

[...] O governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil tem consentido que se avilte o pavilhão brasileiro por uma covardia repreensível, pela má escolha de seus diplomatas e pela política falsária e indecorosa de que usa para com as nações estrangeiras.

Tem feito tratados com potências estrangeiras contrários aos interesses e dignidade da Nação.

Faz pesar sobre o povo gravosos impostos e não zela os dinheiros públicos. Tem contraído dívidas tais e por tal maneira que ameaçam a ruína da Nação.

Tem permitido contrabandos vergonhosos extremamente prejudiciais.

Faz leis sem utilidade pública e deixa de fazer outras de vital interesse para o povo.

[...] Não administra as províncias parcialmente.

[...] Tem posto em prática uma política feroz e covarde com respeito a estrangeiros e nacionais que chama rebeldes.

Tem desprezado e mesmo punido como a crimes, as mais justas e atendíveis representações do povo.

[...] Estes males, além de muitos outros, nós os temos suportado em comum com as outras províncias da união brasileira; amargamente os deplorávamos em silêncio, sem contudo sentirmos abalada a nossa constância, o nosso espírito de moderação e de ordem. Para que lançássemos mão das armas foi preciso a concorrência de outras causas, outros males que nos dizem respeito particularmente a nós, e que nos trouxeram a íntima convicção da impossibilidade de avançarmos na carreira da civilização e prosperidade, sujeitos a um governo que há formado o projeto inquo de nos submeter à mais abjeta escravidão, ao despotismo mais abominável.

[...] Sobre povo algum da terra carregou mais duro e mais pesado o tempestuoso aboletamento; transformou-se o Rio Grande numa estalagem do Império!

[...] Reduzida a oito mil homens a força de primeira linha do exército, só ao Rio Grande coube sustentar cinco corpos dessa força além de um corpo de guardas policiais.

Não nos pagou o Governo Imperial o que se nos tirou a título de compra ou de empréstimo, e muito menos ressarciu as nossas perdas ocasionadas por um estado de coisas de que só ele era culpado.

Uma administração sábia e paternal nos teria indenizado de sacrifícios tais e de tão pesadas cargas pela abolição de alguns impostos e direitos; o Governo Imperial pelo contrário esmagou a nossa principal indústria, vexando-a ainda mais.

A carne, o couro, o sebo, a graxa além de pagarem nas alfândegas do país o duplo do dízimo de que se propuseram aliviar-nos exibiam mais quinze por cento em qualquer dos portos do Império. Imprudentes legisladores nos puseram desde esse momento na linha dos povos estrangeiros; desnacionalizaram a nossa Província e de fato a separaram da comunhão brasileira.

[...] Perdidas pois as esperanças de concluírem com o Governo de Sua Majestade Imperial uma conciliação fundada nos princípios de justiça universal, os rio-grandenses reunidos às suas municipalidades solenemente proclamaram e juraram a sua independência política debaixo dos auspícios do Sistema republicano, dispostos todavia a federarem-se quando nisso se acorde às províncias irmãs que venham a adotar o mesmo sistema.

[...] Piratini, 29 de agosto de 1838. Bento Gonçalves da Silva – Presidente. Domingos José de Almeida – Ministro e Secretário de Interior (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1985, p. 280-290).

Fragoso (1939, p. 30-33) tece comentário acerca do manifesto de Bento Gonçalves aos seus compatriotas: infere que num primeiro momento os revolucionários não tinham a ambição de separarem-se do império, uma vez que demandavam, aparentemente, apenas a substituição do presidente da província.

A deposição do presidente da província é um ato de sedição, provocado por motivos políticos e queixas contra uma administração reputada intolerável, mas não se trata nem de violar a integridade do Império, nem de implantar a forma republicana (FRAGOSO, 1939, p. 33).

3.4.1.1 No campo político

De acordo com Bento e Giorgis (2016, p. 138), a Revolução Farroupilha foi resultado da insistência de uma insensibilidade política do governo perante a província do Rio Grande do Sul, que priorizavam os interesses portugueses, que ainda exerciam pesada influência no Brasil daquela época, antes dos interesses provinciais.

Para Pesavento (1985, p. 39),

a concessão, pelo Ato Adicional de 1834, de poder legislativo às províncias, não resolveu os problemas regionais, tais como a pouca representatividade do Rio Grande no legislativo central e a presença de presidentes de província desvinculados da realidade local.

Callage (1935, p. 31) afirma, ainda:

O movimento de 1835, não foi como vulgarmente se diz um movimento cujo ideal era tão somente a separação do Rio Grande do Brasil. Foi um movimento que tinha como finalidade, em primeiro lugar, a deposição do governo inepto do presidente [da província] Dr. Antonio Rodrigues Fernandes Braga, que vinha cometendo toda a sorte de injustiças contra as famílias tradicionais do Rio Grande, e desvirtuando completamente as suas funções de integralizar a terra gaúcha no espírito da ordem e da lei. Esse presidente que havia sido recebido em regozijo pelo povo, inaugurou em seguida um regime de perseguição e terror, que revoltou esse mesmo povo digno de melhor sorte.

3.4.1.2 No campo social

A sociedade gaúcha em muito se diferenciava do restante do Brasil. Os costumes, afazeres e ritos culturais mais se assemelhavam à realidade dos países platinos.

A vida no campo e as tradições hereditárias refletiam num grande orgulho que o gaúcho possuía (e ainda possui) por sua terra, sendo esta citada em versos, poesias e declamações.

Os heróis de outrora inspiravam a juventude do início do século XIX a lutar pelas suas causas, por seus ideais. E, aos olhos do povo gaúcho, principalmente os estancieiros, em 1835 o Rio Grande do Sul vinha sendo deixado de lado.

Em meio a tanta cultura e tradição, “o Rio Grande era relegado à posição de ‘estalagem do Império’: fornecia soldados, cavalos e alimento durante as lutas fronteiriças [...]” (PESAVENTO, 1985, p. 38).

Pesavento (1985, p. 38) ainda complementa: “[...] os altos comandos das tropas só eram dados a elementos do centro, enquanto que, na realidade, era o Rio Grande que sustentava a guerra”.

3.4.1.3 No campo econômico

No contexto da Revolução Farroupilha, Donato (2001, p. 117) afirma que “foi o fator econômico que preponderou quando a palavra guerra começou a ecoar”. Os pesados impostos sobre a venda do charque, recolhidos no local de comercialização, e não no local de produção, prejudicavam sobremaneira o charque gaúcho. Os proprietários de terra tinham como um de seus principais produtos justamente o charque.

A importação, para o nordeste do Império, do charque platino mais barato do que o rio-grandense e a pesada taxaço sobre o sal necessário às charqueadas foram duros golpes desferidos pelo governo contra o poder e a economia dos estancieiros. Seriam eles o cerne da revolução e os principais republicanos em 1836 (DONATO, 2001, p. 117-118).

Pesavento (1985, p. 38) afirma que na visão dos farrapos “o centro era acusado de ‘má gestão dos dinheiros públicos’, de relizar gastos supérfluos [...] e de onerar o Rio Grande do Sul com impostos, sem indenizá-lo por danos sofridos”.

Para agravar ainda mais a situação, o pouco retorno que a venda do charque trazia, era investido em melhorias, porém não em cidades gaúchas, e sim nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, por exemplo.

3.4.2 Desenvolvimento

A fim de estudar de forma mais didática os principais eventos ocorridos na Revolução Farroupilha, adotamos a divisão estratégica por fases sugerida por Bento e Giorgis (2016, p. 238), sendo elas: 1ª Fase: Vitória da Revolução Farroupilha (20 de setembro de 1835 a 15 de janeiro de 1836); 2ª Fase: A República Rio Grandense (15 de janeiro de 1836 a 28 de março de 1837); 3ª Fase: Retorno da República, vinda do Uruguai (28 de março de 1837 a 18 de julho de 1839); 4ª Fase: Declínio da República Rio Grandense (18 de julho de 1839 a dezembro de 1842); 5ª Fase: A pacificação do Rio Grande por Caxias (5 de novembro de 1842 a 1º de março de 1845).

Após dividir o estudo da Revolução Farroupilha nas 5 fases propostas por Bento (2003, p. 238-249) e por Bento e Giorgis (2016, p. 140-157), passamos a estudar os principais fatos históricos separados por ano, de 1835 a 1845, conforme proposto por Spalding (1963, p. 99-170).

Destaca-se que não tratamos apenas dos combates ocorridos na Revolução Farroupilha, mas dos fatos históricos de maior vulto. Isso se deu devido ao fato de que o estudo dos princípios de guerra se mostrou oportuno até mesmo em episódios fora do combate propriamente dito. Por vezes pudemos perceber a observância de um ou outro princípio de guerra justamente como forma de otimizar um ataque que ainda viria a ser realizado. Além do mais, mostrou-se oportuno narrar fatos não envolvidos diretamente com as batalhas para fornecer ao leitor uma visão mais adequada da Revolução Farroupilha como um todo, sem, contudo, deixar de destacar a óbvia importância das batalhas neste estudo.

3.4.2.1 1ª Fase: Vitória da Revolução Farroupilha (20/09/1835 – 15/01/1836)

É caracterizada por Bento (2003, p. 238-239) como o período que vai da tomada de posse da capital rio grandense, Porto Alegre, em 20 de setembro de

1835, até 15 de janeiro de 1836, assunção do governo de Araújo Ribeiro em Rio Grande.

3.4.2.1.1 1835

O ano de 1835 foi marcado como o primeiro da Revolução Farroupilha. Em seu decorrer se deram importantes eventos, como a tomada de Porto Alegre pelos revoltosos, na noite de 19 para 20 de setembro de 1835, bem como a chegada de Bento Gonçalves à capital gaúcha a fim de consolidar essa conquista em forma de proclamação aos seus habitantes, como veremos a seguir.

Para Forjaz (2005, p. 116), a revolução iniciou-se “com Bento Gonçalves da Silva manifestando-se publicamente contra medidas de Antônio Fernandes Braga, presidente da província, e contra o abandono do Rio Grande pela corte”.

Mariante (1985, p. 119) define esse episódio como sendo uma escaramuça ocorrida na Ponte da Azenha, em Porto Alegre, na qual uma pequena patrulha de reconhecimento farrapa consegue vencer uma patrulha legalista.

Dois chefes revolucionários – José Gomes de Vasconcelos Jardim e Onofre Pires da Silveira Canto, à frente de duzentos cavaleiros, concentrados na região de Viamão, aproximaram-se de Porto Alegre e estacionaram dia 19 de setembro de 1835, perto do bairro da Azenha (SOUZA, 2017, p. 54).

“Tomava corpo o movimento revolucionário para depor o presidente da Província, ocasião em que o governador achava-se quase isolado, e sua própria defesa passara-se para o outro lado” (SOUZA, 2017, p. 57).

Primeira ação, embora limitada, do decênio farroupilha. Cerca de 200 revoltados, sob o mando de Onofre Pires, concentram-se próximos da ponte [da Azenha] que dá acesso à capital e sobre as elevações vizinhas. O presidente Fernandes Braga envia, em observação armada, 17 homens, GN e oficiais, confiados ao Visconde de Camamu. O oficial farroupilha encarregado de custodiar a ponte, Gomes Jardim¹⁷, embosca 30 cavaleiros chefiados por Manuel Vieira da Rocha (Cabo Rocha). Três ou quatro outros posicionam-se sobre o piso da ponte. Às 23 h chega Camamu, tendo

¹⁷ José Gomes de Vasconcelos Jardim (1784-1854), nascido em 1784, na localidade de Santo Amaro, região do município de General Câmara, foi um dos principais conspiradores pela idéia republicana. Na sua estância de Pedras Brancas (hoje município de Guaíba), os líderes farroupilhas se reuniam e de lá saíram para invadir Porto Alegre em setembro de 1835. Gomes Jardim exerceu duas vezes a presidência da República Rio-grandense: foi interino de novembro de 1836 a dezembro de 1837 e, depois, de agosto de 1843 até o fim da guerra. Morreu em 1854 (URBIM, 2004, anexo).

partido do centro de Porto Alegre às 20. À distância, os seus disparam afoitamente contra os homens avistados sobre a ponte. Estes, montados, lança em punho, a meia rédea, carregam sobre os chegadiços, os quais recuam e se dispersam. A galopada dos fugitivos e perseguidores chega bem próxima da cidade. Morreram dois dos governistas, feridos outros cinco, inclusive o Visconde que, para salvar-se, abandonou espada, montaria e barretina. O resultado, levando estupor e desânimo ao governo provincial, marcou o início guerreiro do protesto farroupilha (DONATO, 2001, p. 200).

“Estavam abertas as portas da capital sul-rio-grandense, pois, o insucesso dos legais oportunizou a que os sediciosos acampassem nas imediações do Portão do entricheiramento de Porto Alegre” (MARIANTE, 1985, p. 28).

A 20 de setembro de 1835 ocorre a deposição do Presidente da Província, José Fernandes Braga. Assume Marciano Pereira Ribeiro. José de Araújo Ribeiro toma posse como Presidente na Câmara de Rio Grande.

Na manhã seguinte [à tomada de Porto Alegre], dia 20 de setembro, que registra oficialmente o início da Revolução Farroupilha, os rebeldes penetram triunfalmente na sede do governo provincial obtendo, de imediato, um importante reforço militar, pois que os Municipais Permanentes aderiram à revolução, com exceção apenas de cinco elementos, conforme relato do próprio presidente Braga ao descrever os acontecimentos que culminaram com sua retirada para Rio Grande e daí para a Corte, deixando a província à discrição dos insurretos (MARIANTE, 1985, p. 28).

Quanto à aceitação da revolução por parte dos habitantes de Porto Alegre, Jacques (19??, p. 93-94) relata:

O presidente Braga, ao saber do ocorrido, fugiu com a família e seus auxiliares para a cidade de Rio Grande, onde estabeleceu a sede do governo.
As forças imperiais aquarteladas na Praça do Portão aderiram ao movimento vitorioso.
Era vencida a primeira etapa da revolução.
No dia seguinte, as tropas comemoraram o feito. Os soldados, montando cavalos ágeis, desfilam pelas ruas. Ouvem-se gritos de “viva a revolução”. [...] Os chefes, à frente, trajando a campeiro, sorriem, satisfeitos, ante as aclamações do povo [...] (JACQUES, 19??, p. 93-94).

A 21 de setembro de 1835, Bento Gonçalves e os principais chefes farroupilhas entram na capital (FLORES, 1995, p. 47).

Bento Gonçalves chega à Capital e faz uma proclamação, na qual exalta a ação armada que derrubou o governo provincial (URBIM, 2004, anexo):

Habitantes da cidade de Porto Alegre! A Pátria já se acha livre de perigo; a vontade decidida e unânime do povo fez baquear a autoridade que tinha substituído a arbitrariedade ao império da lei. Querer apresentar-se e salvá-la foi obra de um só momento. Eis aqui, cidadãos, o poder da opinião. A tempestade foi passageira e a calma deve suceder em vossos corações. Em vão os inimigos de vosso sossego vos tenham amedontrado com as cenas do Pará e Cuiabá; os cidadãos que se acham armados são vossos irmãos, amam e respeitam a lei, e para fazê-la respeitar se viram obrigados a empunhar as armas. Com a fuga do ex-Presidente, o Dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga, a arbitrariedade desapareceu, e nas nossas mãos a oliveira substituiu a espada. Voltai às vossas pacíficas ocupações e tranqüilizai-vos, que são vossos patrícios os que velam pela vossa segurança. A acefalia em que vos deixou o ex-Presidente não vos espante; já oficiei à Câmara Municipal desta capital para que emposses na forma da lei o Vice-Presidente que deve administrar a Província até a chegada do Presidente que for nomeado pelo Governo Geral. Tranqüilizai-vos, eu vos peço novamente em nome dos bravos que para vosso bem e prosperidade bradaram: Viva a liberdade! Viva o nosso jovem Monarca Constitucional! Viva a constituição reformada! E vivam os corajosos rio-grandenses livres! Bento Gonçalves da Silva. (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1985, p. 265-266)

Nessa proclamação podemos perceber a disposição do líder da Revolução Farroupilha a ainda se submeter às decisões imperiais, tendo por intenção apenas, num primeiro momento, depor o Presidente da Província do Rio Grande do Sul, como o fez.

“Porto Alegre esteve sob o domínio dos revoltosos cerca de nove meses, de 20 de setembro de 1835 a 15 de junho de 1836 [...]” (MARIANTE, 1985, p. 21).

3.4.2.2 2ª Fase: A República Rio Grandense (15/01/1836 – 28/03/1837)

Bento (2003, p. 239-240) define essa etapa como se estendendo da assunção do cargo do Dr. Araújo Ribeiro como presidente legalista da província do Rio Grande do Sul até a migração de líderes farrapos para reorganização no Uruguai e a prisão do então presidente legalista, Antero Ferreira Brito, por Bento Manuel, dando novos ânimos aos farrapos.

3.4.2.2.1 1836

No conturbado ano de 1836 se deram eventos de grande vulto, tais como: a reconquista de Porto Alegre pelos imperiais, a 15 de junho; o início do cerco à capital gaúcha no final desse mesmo mês; a Batalha do Seival, seguida da Proclamação da República Rio Grandense pelos vitoriosos rebeldes; a prisão de Bento Gonçalves após sofrer derrota na Batalha da Ilha do Fanfa e até mesmo a

adoção de Piratini, em novembro, como capital da recém proclamada república, como observaremos a seguir.

A 15 de junho de 1836 se dá a reconquista de Porto Alegre. Souza (2017, p. 57) nos relata que “Por ordem do governo central [...] Porto Alegre foi retomada com combates travados por terra e pela baía do Guaíba, retirando-se Bento Gonçalves para Viamão”.

Ainda no mesmo mês, aos 27 dias, Bento Gonçalves encabeça o primeiro cerco à cidade de Porto Alegre. Mariante (1985, p. 21) comenta acerca da adoção de três sítios contra Porto Alegre ao longo dos dez anos de Revolução Farroupilha: “No decorrer do conflito [Porto Alegre] sofreu as agruras de três sítios: o primeiro, de 27 de junho a [...] setembro de 1836; o segundo, de [...] maio de 1837 a [...] fevereiro de 1838 e o último, [...] de junho de 1838 a [...] dezembro de 1840”.

Em 23 de agosto de 1836 se dá a Batalha de Viamão, também chamada Batalha do Forte do Junco, na qual os imperiais obtiveram discreta vitória:

O forte do Junco [situado nas proximidades de Viamão], na embocadura do Rio Guaíba, apoiava o exército farroupilha no cerco a Porto Alegre, recuperada para o governo imperial. O comando governista decide abrir caminho para a capital. O CT Guilherme Parker recebe essa incumbência. Sua flotilha constava do brigue-escuna *Leopoldina*, capitânia; patacho *Vênus* e seis canhoneiras. Leva consigo infantes ao mando do cel. Francisco Xavier da Cunha, os quais começam a ação tomando as instalações farroupilhas a cargo de Davi Alves Xavier. O forte do Junco, de quatro canhões, tem o apoio do vizinho, forte de Itapoã, de 12 peças, e ainda de 315 atiradores e dos fogos do brigue *Bento Gonçalves* e do patacho *20 de Setembro*. Os imperiais atacaram o Junco por água e terra e, perdendo três mortos e alguns feridos, ocuparam-no às 14:30 h. Os farrapos sofreram a morte de 19 dos seus, inclusive do comandante, Simeão Barreto. Deixaram os quatro canhões e um lanchão armado com caronada. Ficaram abertas as comunicações com Porto Alegre, as quais foram definitivamente franqueadas com a ocupação, no dia 28, do forte de Itapoã, abandonado pelos republicanos (DONATO, 2001, p. 336).

A Batalha do Seival ocorre, por sua vez, a 10 de setembro de 1836, sendo uma expressiva vitória dos farrapos, que criou terreno fértil para a proclamação da República Rio Grandense, que viria a ser feita no dia seguinte.

“No dia 10 de setembro de 1836, o chefe rebelde Antonio de Souza Neto, em rápida manobra, cerca os legalistas comandados por Silva Tavares e os derrota na Batalha do Seival” (SOUZA, 2017, p. 55).

Sobre a Batalha do Seival, Jacques (19??, p. 135) atesta:

A tropa encontrava-se formada em esquadrões, numa só frente. Estavam, ali, quatrocentos e poucos homens, mal armados. Não havia cem espingardas. O resto eram garruchas, lanças, espadas, bolas e laços. Entretanto, o desejo de triunfar armava-os com as mais poderosas armas – a vontade de vencer e a confiança em si próprios (JACQUES, 19??, p. 135).

Donato (2001, p. 531) acrescenta:

Visando a desafogar a pressão dos farroupilhas sobre a cidade e porto do Rio Grande, o ten.-cel. João da Silva Tavares leva 560 combatentes contra a retaguarda dos assediados. No Seival, proximidades do Rio Candiota, essa coluna foi interceptada por 430 farrapos de Antônio Souza Neto e completamente batida. Aproveitando-se da vitória e da situação política na província, no dia seguinte, no mesmo campo do Seival, Sousa Neto proclamou a província separada do Império, tornando-se a República Rio-Grandense (DONATO, 2001, p. 531).

Fragoso (1939, p. 75-76) nos explica, com maior riqueza de detalhes, como se deu essa importante batalha seguida da proclamação da República Rio-Grandense:

Do Estado Oriental, onde se haviam refugiado, Silva Tavares e Calderon volveram ao território rio-grandense. De seu lado Neto, após a operação feliz contra eles no Albardão, desistiu de atacar a cidade do Rio Grande e repassar o São Gonçalo.

Os chefes rivais procuraram-se, porém, mais uma vez, reforçando em caminho as suas hostes.

Estava Silva Tavares acampado na barra do Seival [...], quando recebeu a notícia de haver um [sic] força inimiga no passo do Lageado, no rio Jaguarão. Abalou logo em sua procura (10 de setembro de 1836). O chefe adversário, isto é, Neto, que se encontrava uma légua distante dele e mais ao norte [...], procede de modo idêntico. Os contendores divisam-se pelas pontas do Seival e finalmente travam combate.

Tavares espera o inimigo em cima da cochilha do Seival, à direita da estrada que leva de Bagé a Pelotas. Dá-se um choque violento de audazes cavaleiros. Os revolucionários, apesar de carregarem ascendendo a cochilha, logram romper a ala esquerda dos inimigos e colhem a vitória.

Conta Fernando Osório que Neto bradava aos seus, antes da peleja:

“Camaradas! Não quero ouvir um tiro! Seja a carga à espada e à lança”.

E assim cerca de 430 revolucionários batem em campo aberto uns 500 legalistas. Ficam na arena muitos mortos e feridos, de ambos os lados.

Tavares retirou na direção de Camacuã e Neto foi estacionar à margem do Jaguarão.

Ali toma o chefe farroupilha uma resolução inesperada: proclama a independência da província do Rio Grande do Sul, que passaria a constituir uma nova República (FRAGOSO, 1939, p. 75-76).

Jacques (19??, p. 143) explana acerca da oportunidade de proclamação da República:

Momento algum, após a vitória do Seival, parecia mais propício à realização dos verdadeiros ideais que norteavam os farroupilhas – a Independência, a

República e a Federação – do que o dia seguinte ao feito glorioso. O primeiro passo, nesse sentido, havia sido dado com o golpe de 20 de Setembro de 1835, que abalou a autoridade da Regência na Província. E, a partir daí, os esforços farrapos convergiram para a proclamação da Independência, como pressuposto da República, do mesmo modo que esta o era da Federação (JACQUES, 19??, p. 143).

“Os farroupilhas não eram separatistas, é verdade, mas devido à injustiça feita à causa da luta aos ideais republicanos e muitos combatentes mortos e, sobretudo, aos ideais do General Neto, não houve outra alternativa [...]” (SOUZA, 2017, p. 64).

“Mas se Netto não era separatista, mas brasileiro, por que proclamou, então, a República [Rio Grandense], desligando-se do resto do Brasil?” questiona Callage (1935, p. 68).

O próprio autor responde:

Ora, se o vitorioso de Seival era republicano, como quase todos os seus companheiros, nada mais natural que proclamasse a República, porque só assim, por esse modo, viriam satisfeitos os seus propósitos. Cansados de sofrer, de lutar em vão em prol da liberdade da Província, sempre empenhada pela tirania imperial, encontravam, dessa maneira, a única válvula que se lhes afigurava ótima a fim de pôr ordem e respeito à terra sulina (CALLAGE, 1935, p. 68).

Acerca da Proclamação da República Rio Grandense, Fragoso (1939, p. 76-77) relata:

[Após empolgante vitória no Seival,] na manhã de 11 de setembro de 1836, a sua tropa [Neto], denominada 1ª brigada, forma a cavalo, recebe-o com expansões de júbilo, depois apeia, dispõe-se em quadrado e ouve em silenciosa a leitura de uma proclamação.

Neto preludia esse documento recordando a vitória do dia anterior. Alude depois às injustiças do governo.

E sofreremos calados tanta infâmia? Pergunta.

Não, responde a si mesmo.

Os rio-grandenses não suportarão por mais tempo a prepotência de um governo tirano, arbitrário e cruel. E termina:

“Camaradas! Nós que compomos a 1ª Brigada do exército liberal, devemos ser os primeiros a proclamar, como proclamamos, a Independência desta província, a qual fica desligada das demais do Império, e forma um Estado livre e independente, com o título de República Riograndense e cujo manifesto às nações civilizadas se fará oportunamente. Camaradas! Gritemos pela primeira vez: Viva a República Riograndense! Viva a Independência! Viva o exército republicano rio-grandense!”

Fragoso (1939, p. 77) questiona, ainda: “porque Neto proclamou a República Rio Grandense nesse momento?”.

Existem teorias que versam sobre um possível comprometimento de Neto com Oribe, na época governante do Estado Oriental (Uruguai) da seguinte forma: Oribe forneceria cavalaria à Revolução¹⁸, porém não poderia fazê-lo enquanto não tivesse a garantia de um novo país vizinho, também republicano, desligado do Império brasileiro, a fim de fazerem frente a possíveis ameaças brasileiras (FRAGOSO, 1939, p. 77).

Para Pesavento (1985, p. 37-38), “o líder Bento Gonçalves justificou a posição assumida, enfatizando que a Proclamação da República fora o último recurso tentado ante o esgotamento das possibilidades de entendimento com o Império”, como relatamos no tópico referente aos antecedentes que originaram a Revolução Farroupilha.

Fragoso (1939, p. 37) diz não haver no supracitado manifesto de Bento Gonçalves traços de explanações acerca de doutrinas políticas, nem mesmo a justificação da superioridade do sistema republicano sobre o monárquico. Para o autor, o que existe, sim, na proclamação do líder farrapo é “a enumeração das queixas contra os arbítrios e injustiças sofridos, e a esperança de que a independência e a forma republicana tragam à província melhores dias”.

“A 20 de setembro a Câmara de Jaguarão aderiu à Proclamação da República investindo das altas funções o coronel Bento Gonçalves para convocar uma Assembleia constituinte nacional” (SOUZA, 2017, p. 58).

Os insurgentes, após a proclamação da república, instalaram a sede do governo primeiramente em Piratini, de 10 de novembro de 1836 a 14 de fevereiro de 1839. A seguir, Caçapava [...], de 14 de fevereiro de 1839 a 22 de março de 1840 e finalmente em Alegrete, dessa última data até o término da revolução (MARIANTE, 1985, p. 21).

No início de outubro de 1836, mais precisamente no 4º dia do mês, toma forma a Batalha da Ilha do Fanfa, na qual os imperiais conseguem importante vitória, seguida da prisão de Bento Gonçalves pelas mãos de Bento Manoel Ribeiro.

¹⁸ “[...] na época, no Rio Grande do Sul, a cavalaria era a arma de preferência dos gaúchos, sem que, entretanto, empregassem os chefes militares a estratégia dos grandes movimentos envolventes, preferindo a eficaz tática das guerrilhas e rápidas incursões de inquietação” (MARIANTE, 1985, p. 51).

“Ainda em 1836, na travessia do Rio Jacuí, de frente a Ilha do Fanfa, Bento Gonçalves era emboscado, batido e aprisionado por Bento Ribeiro, antigo companheiro de armas” (SOUZA, 2017, p. 56).

Sobre a Batalha da Ilha do Fanfa, Jacques (19??, p. 164) pormenoriza da seguinte forma: “Foi um assalto cruento. Os legalistas, em número três vezes maior, avançaram rastejando pelo chão, em todos os sentidos. [...] O ataque durou poucas horas. Os legalistas desfrutavam melhor posição tática”.

[Vindo, desde 02 de outubro de 1836, sendo] pressionado pela força de 1.000 homens de Bento Manoel Ribeiro; o chefe farroupilha Bento Gonçalves à frente de 1.100 combatentes ocupou aquelas posições [morro e ilhas fronteiras, no Rio Jacuí], pretendendo passar-se para a margem direita do rio. Apresentou-se, porém, a esquadilha de John Pascoe Grenfell, composta do vapor Liberal, canhoneiras números 3, 5, 6 e 7, posicionando-se de modo a impedir a travessia dos farrapos. No dia 3, primeiro da batalha do Fanfa, troca de tiros entre os canhões dos barcos e os dos farroupilhas instalados no morro e na ilha. [...]

Enquanto a esquadilha de John Pascoe Grenfell impedia o cruzamento do rio pelos farroupilhas de Bento Gonçalves e duelava com a artilharia republicana, Bento Manoel Ribeiro, o chefe imperial em ação, dispôs sua tropa para o ataque. O cel. Gabriel Gomes Lisboa, da GN, avançou subindo o morro ao tempo em que o cel. Francisco Xavier da Cunha levava sua gente para a ilha. O morro foi logo tomado, porém a resistência na ilha terminou somente à tarde, com a capitulação total dos farrapos. Entregaram-se aproximadamente 900 deles, entre os quais o seu chefe máximo, Bento Gonçalves da Silva, o cmte. Onofre Canto e o italiano conde Lívio Zambecari, liberal avançado e espécie de ideólogo da revolução. Ao todo, no morro e na ilha, os farrapos perderam 16 canhões (DONATO, 2001, p. 286-287).

Mesmo preso, Bento Gonçalves seria eleito, pela Câmara de Piratini, a 6 de novembro de 1836, Presidente da República Rio Grandense.

“Organizava-se a república e sua defesa na Vila de Piratini, elegendo-se aí os primeiros magistrados da República Rio-grandense, sobre [sic] a presidência de Bento Gonçalves que ainda se encontrava encarcerado no Forte do Mar, na Bahia” (SOUZA, 2017, p. 58).

Na impossibilidade da assunção do governo da República Rio Grandense por parte de Bento Gonçalves, Gomes Jardim assume interinamente essa função (URBIM, 2004, anexo).

“Foi dado um substituto para o general [Bento Gonçalves], que se achava em fortaleza inimiga, cujo cargo coube ao cidadão Vasconcelos Jardim que depôs o poder no seio da Assembléia constituinte [...]” (SOUZA, 2017, p. 58-59).

Fechando os principais eventos do ano, a 10 de novembro de 1836, Piratini torna-se a primeira capital da República Rio-Grandense (FLORES, 1995, p. 47).

3.4.2.3 3ª Fase: Retorno da República, vinda do Uruguai (28/03/1837 – 18/07/1839)

Marcada pela traição de Bento Manuel às causas imperiais, após desentendimentos com o presidente da província, Antero Ferreira Brito, seguida da prisão deste por aquele, até o término da efêmera República Juliana em solo catarinense e abandono da causa farroupilha por parte de Bento Manuel, passando-se à neutralidade (BENTO, 2003, p. 240-242).

“Eclodido em 1835, o movimento teve um ritmo ascensional até mais ou menos 1839, com a conquista de Pelotas e Rio Pardo e a invasão de Santa Catarina” (PESAVENTO, 1985, p. 39).

3.4.2.3.1 1837

O ano de 1837 é marcado, basicamente, pelo início do segundo cerco farrapo a Porto Alegre, pela fuga de Bento Gonçalves de seu encarceramento e pelo seu posterior retorno ao Rio Grande do Sul, aonde reassumiria o comando das tropas republicanas.

Em 07 de maio de 1837 se dá o segundo cerco a Porto Alegre (URBIM, 2004, anexo).

A 10 de setembro de 1837, ocorre a fuga de Bento Gonçalves de sua prisão na Bahia (Forte do Mar).

Finalmente, a 10 de novembro de 1837, Bento Gonçalves reassume o comando rebelde e se incorpora às tropas que cercam Porto Alegre (URBIM, 2004, anexo).

Bento Gonçalves, chegando ao Rio Grande, foi logo assumir a presidência da República, a instância dos demais chefes do movimento.

Coube a Neto, o proclamador, prestar-lhe as honras de chefe de Estado, acompanhando-o, com sua tropa, até a “muito leal e patriótica” Piratini. À gente de Neto incorporou-se grande número de moradores de municípios por onde passara a tropa. As famílias acompanhavam os voluntários na marcha triunfal. Todos ansiavam por seguir de perto o “chefe e protetor da República e liberdade rio-grandense” (JACQUES, 19??, p. 223).

3.4.2.3.2 1838

Em 1838 ocorreram dois eventos de maior importância para o presente estudo: a Batalha do Rio Pardo, no final de abril, e o início dos preparativos de Giuseppe Garibaldi para o investimento contra Santa Catarina, na busca por portos que atendessem às demandas da Revolução.

Em 30 de abril de 1838 se deu a Batalha do Rio Pardo, resultando em grandiosa vitória para os republicanos.

Sobre a Batalha do Rio Pardo, Jacques (19??, p. 164) relata:

Em abril de 1838, o general Antônio de Souza Neto, em obediência a um plano geral de ação, com as colunas de João Antônio da Silveira, Domingos Crescêncio e Marcelino do Carmo, subindo a mais de mil soldados, dirigia-se para Rio Pardo. Ali, o marechal de campo Sebastião Barreto Pereira Pinto e os brigadeiros Francisco Xavier da Cunha e Bonifácio Calderón, concentravam perto de mil e quinhentos homens.

[...] Os soldados em marcha, ainda que mal dormidos, mostravam-se alegres; distribuíam saúde.

O marechal de campo Sebastião Barreto, logo que soube da aproximação do inimigo, tratou de entrincheirar a sua gente nas proximidades da vila. Não estava disposto a atacar os republicanos.

[...] O primeiro ataque fê-lo João Antônio, com cerrada fuzilaria e pequenas escaramuças com os seus lanceiros experimentados. A gente do Barreto respondeu até com tiros de canhão, e, supondo o marechal que lutaria com uma só tropa, mandou avançar parte de suas forças. João Antônio retirou-se tiroteando, fazendo-o, assim, sair das trincheiras, astuciosamente. Crescêncio, então, caiu-lhe pela esquerda, como um vendaval inesperado, com terrível carga, desbaratando parte da gente do marechal. O resto, que conseguiu fugir, saiu, pela retaguarda, julgando livre o caminho, e encontrou, logo, o fogo vigoroso da artilharia de Marcelino do Carmo, que deu ensejo a João Antônio e Crescêncio de renovarem suas cargas, fazendo muitos mortos e feridos. Barreto, com seu estado-maior, logrou escapar numa lancha, que desceu o Rio Pardo, deixando os seus soldados entregues à magnanimidade dos vencedores (JACQUES, 19??, p. 237-241).

Mariante (1985, p. 52), resume:

Considerado por muitos historiadores como a maior vitória militar dos farrapos. Estes, com cerca de 2.500 homens, sob os comandos de Neto, Canabarro, Bento Manoel e João Antônio da Silveira, derrotaram os imperiais sob o comando do marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, que dispunha de mais ou menos 1.500 combatentes. Proporcionou aos rebeldes o domínio de importante posição estratégica (MARIANTE, 1985, p. 52).

Ainda sobre a Batalha de Rio Pardo, temos:

Frustrada a tentativa dos imperiais de separar e bater sucessivamente os grupos farroupilhas que hostilizavam Porto Alegre, o mar. Antônio Elzeário de Miranda e Brito, presidente da província, retornou à capital. Em Rio Pardo, deixou o mar. Sebastião Barreto. Na madrugada de 30, Antônio Neto, impetuoso chefe farroupilha, investiu e destruiu de forma completa os governistas. Por esse evento, Elzeário, Barreto e Calderon foram a conselho de guerra (DONATO, 2001, p. 473).

“Derrotados, os imperialistas perdem toda a sua infantaria e parte da cavalaria, 50 oficiais entre mortos, feridos e prisioneiros, e com grande desmoralização” (SOUZA, 2017, p. 60).

Já a 20 de maio de 1838, Giuseppe Garibaldi dá início à construção de dois lanchões no estaleiro farrapo, montado às margens do rio Camaquã (URBIM, 2004, anexo), focando uma expedição à cidade de Laguna, na Província de Santa Catarina.

3.4.2.3.3 1839

No início de 1839 temos a mudança da capital republicana para Caçapava, por motivos de segurança. Além disso, no mês de junho, Garibaldi dá início ao penoso deslocamento de seus lanchões, mirando o litoral.

A 14 de fevereiro de 1839, Caçapava foi elevada à condição de capital da República Rio Grandense (FLORES, 1995, p. 47).

“Com as constantes investidas das forças imperiais, o governo republicano deliberou por mandar a Capital para a Vila de Caçapava, uma vez que sua sede não oferecia muita segurança devido às proximidades das forças inimigas” (SOUZA, 2017, p. 60).

Já a 6 de junho de 1839, Garibaldi e Griggs iniciam o transporte por terra dos lanchões Rio Pardo e Seival das margens do Capivari até Tramandaí (FLORES, 1995, p. 47), de onde acessariam o Oceano Atlântico e, de lá, rumariam para a província de Santa Catarina.

Para Callage (1935, p. 50), “um dos acontecimentos que mais enchem de comovida beleza a história da grande revolução, foi, não há como negar, os famosos lanchões de Garibaldi”.

“Os acontecimentos se sucediam e os republicanos necessitavam novas táticas de guerra, visto que, na impossibilidade de conseguir um porto [...] para comunicar-se com o exterior, o governo lançou vistas para Santa Catarina” (SOUZA, 2017, p. 60).

“Garibaldi por água, depois de transportar seus lanchões por terra da Lagoa dos Patos à barra do Tramandaí, Canabarro e Teixeira Nunes por terra, chegaram finalmente a Santa Catarina, ocupando Laguna, Lajes e outros pontos” (SPALDING, 1963, p. 201).

O governo republicano, sob o comando de Canabarro, levava a efeito inspecionar Santa Catarina. Com a audácia tática de Josef Garibaldi, foi feita a travessia a partir da barra do Capivari, visto que a barra de Rio Grande estava sob o poder dos imperialistas [...].
Percorreu Garibaldi 18 léguas [aproximadamente 87 quilômetros], por terra, em seus lanchões montados sobre fortes eixos de madeira com grandes rodas até atingir o mar (SOUZA, 2017, p. 60-61).

3.4.2.4 4ª Fase: Declínio da República Rio Grandense (18/07/1839 – 12/1842)

Inicia-se com o retorno de lideranças farrapas após a malfadada investida contra Santa Catarina e da adoção de posicionamento neutro por parte de Bento Manuel prolongando-se até a nomeação de Caxias como Presidente da província do Rio Grande do Sul e Comandante das Armas na luta contra os farrapos, além da instalação da Assembléia Constituinte em Alegrete (BENTO, 2003, p. 242-244).

3.4.2.4.1 1839

Já na segunda metade de 1839, tivemos os seguintes eventos de maior vulto: a conquista de Laguna por Garibaldi e Canabarro, a proclamação da república Juliana e a retomada imperial daquela cidade, fazendo ruir as expectativas rebeldes de terem em Santa Catarina uma República Federada e acesso a um porto.

A 22 de julho de 1839 se dá a tomada de Laguna, na província de Santa Catarina, pelos farrapos, obtendo importante vitória, que permitiria a proclamação de outra república separada do império brasileiro: a República Juliana.

“Tomando Laguna [...] e apoderando-se de muito armamento, quatro escunas de guerra e 14 navios, a Câmara proclamou a independência de Santa Catarina [...], com Davi Canabarro sendo nomeado General em Chefe do Exército Catarinense” (SOUZA, 2017, p. 61).

Sobre a adesão de catarinenses ao movimento rebelde, Jacques (19??, p. 244) relata que:

Canabarro transpunha as fronteiras da República, penetrando na Província de S. Catarina, que se encontrava rebelada. Os brasileiros da Província viam no coronel farrapo o seu redentor. Por isso, ingressavam nas fileiras republicanas com toda a efusão que a ânsia de liberdade produz.

Já sobre a possibilidade de tornar Santa Catarina uma República, Jacques (19??, p. 244) complementa que os farrapos “exultavam, pois viam aproximar-se a realização do seu grande sonho – a união de todas as Províncias do Brasil, sob a proteção do governo republicano-federativo. Atrás de S. Catarina, viriam as outras”.

Sobre o combate, propriamente dito, Donato (2001, p. 340) relata:

Os farroupilhas atacam por terra chefiados por Davi Canabarro e por mar, com José Garibaldi, comandante da flotilha republicana, diminuída desde a partida do RS pelo naufrágio do *Rio Pardo* na barra do Araranguá. A bordo do Seival, Garibaldi apresou o lanchão *Lagunense* que subia o Rio Tubarão e no local chamado Carniça atacou o *Imperial Catarinense*, posicionado para defender a foz do rio. Sob ameaça de abordagem, a tripulação incendiou o lanchão e passou para terra. O comandante imperial da região, cel. Vicente de Paula de Oliveira Vilas Boas, decidindo abandonar a praça durante a noite, ordenou aos demais barcos saírem barra afora. A escuna *Itaparica*, do 2º ten. Ernesto Alves Branco Muniz Barreto, e o lanchão Santana, do 2º ten. Honorário Manuel José de Bessa, encaharam durante a manobra. Pela manhã de 23, atacados por Garibaldi, renderam-se. Com eles, os farrapos tomaram 14 barcos mercantes. Somente a escuna *Cometa*, ao mando do g.m. João Manuel de Moraes e Vale, conseguiu deixar Laguna. A 24 completou-se a ocupação e Laguna seria proclamada capital da República Juliana, extensão catarinense da república farroupilha (DONATO, 2001, p. 340).

Jacques (19??, p. 249-251) complementa, ainda:

Na manhã de 22 de Julho de 1839, as forças de terra e mar da República Riograndense sitiaram Laguna.

Canabarro, em terra, ia rompendo, pouco a pouco, a frente inimiga, enquanto Garibaldi no mar esgrimia vantajosamente com a esquadra imperial.

Canabarro, ao fim, ansioso por decidir a luta, que se prolongava demasiado, investiu com seus lanceiros contra o inimigo, que, diante da surpresa, fugiu, deixando a cidade abandonada. Garibaldi, à sua vez, deu violentas cargas com os lanchões sobre a esquadra imperial, que foi desbaratada.

Sobre a proclamação da República Juliana, Pesavento (1985, p. 39) afirma:

O que os revolucionários almejavam era a independência política com relação ao domínio do centro, mantendo contudo os laços econômicos com o resto do país, através da continuidade do fornecimento do charque ao mercado interno. Nesta medida, propunham federar-se às demais

províncias que, como eles, quisessem adotar a forma republicana. É neste sentido que deve ser entendida a projeção do movimento revolucionário até Santa Catarina, revelando ainda o interesse na aquisição de um porto (Laguna) para o escoamento da produção por via marítima.

Acerca da importância de um porto para os farrapos, Pesavento (1985, p. 39) complementa:

A barra do Rio Grande permaneceu, durante todo o tempo da revolução, fechada aos farrapos, ficando a cidade em mãos dos “legalistas”. Face a esta situação, foi só através das ligações com o Prata, das exportações por Montevideú e dos contínuos reforços em munições e cavalos, que chegavam da Banda Oriental, que os farrapos puderam sustentar 10 anos de lutas contra o Império.

Em 15 de novembro de 1839 se deu a derrocada farroupilha em terras catarinenses. Laguna fora reconquistada pelas tropas imperiais, impondo pesadas baixas aos gaúchos e grande perda de vidas e meios.

“[...] em novembro [a República Juliana] sofria o primeiro grande revés na [...] batalha naval da Laguna que culminou com a destruição completa da esquadra expedicionária farroupilha [...]” (SPALDING, 1963, p. 202).

3.4.2.4.2 1840

O ano de 1840 abrange os seguintes fatos de maior valor para o presente estudo: a escolha de Alegrete para ser a nova capital da República Rio Grandense, em março; a Batalha de Taquari, no início de maio, a Batalha de São José do Norte em meados de julho e, no Rio de Janeiro, o Golpe da Maioridade, que deu o título de imperador a Dom Pedro II, mesmo ainda não tendo alcançado a idade mínima para governar, marcando o final do período regencial brasileiro.

A fim de se afastar de áreas aonde vinham ocorrendo recorrentes embates, os republicanos optaram por transferir, a 22 de março de 1840, a capital da República Rio Grandense para Alegrete (FLORES, 1995, p. 47).

Em 3 de maio de 1840 se dá a Batalha de Taquari, embate que permaneceu sem definição de vencedores.

“Os dois exércitos voltaram a se encontrar [...], travando renhida batalha, talvez a mais sangrenta de toda a revolução” (SOUZA, 2017, p. 61).

“[No combate de Taquari] pelejaram 4.500 homens do exército brasileiro e cerca de 3.500 revolucionários” (MARIANTE, 1985, p. 52).

Das maiores batalhas do decênio. Bateram-se 4.500 imperiais sob o gen. Manoel Jorge Rodrigues e 3.400 republicanos de Bento Gonçalves da Silva. Ambos os chefes proclamaram-se vencedores, porém os farroupilhas viram-se obrigados a deixar o campo embora sem nenhuma perseguição dos contrários. Perdas: dos imperiais, 53 mortos, 125 feridos e quatro prisioneiros; dos republicanos, 35 mortos, 114 feridos e oito prisioneiros. Rodrigues recebeu o título de Barão de Taquari (DONATO, 2001, p. 541).

A 16 de julho de 1840 ocorre a Batalha de São José do Norte, na qual os imperiais obtêm a vitória.

“Os republicanos voltaram a Porto Alegre tomando posição nas proximidades de Viamão. Na sequência dos acontecimentos, Bento Gonçalves empreendeu [...] assalto à Vila de São José do Norte, forçando as trincheiras” (SOUZA, 2017, p. 61).

Apesar de 9 horas de duro combate, Bento Gonçalves não consegue obter sucesso em São José do Norte, sendo repellido pelos imperiais (SOUZA, 2017, p. 61), como veremos a seguir:

A república farroupilha buscava uma saída para o oceano. Bento Gonçalves encarregou-se da tentativa, conduzindo 1.200 farrapos ao ataque de São José do Norte, defendida pelos 599 GN do cel. Antonio Soares de Paiva. Já superada a segunda linha da resistência, chegaram, por terra e mar, reforços imperiais enviados da cidade de Rio Grande. Desta segunda fase da batalha por São José do Norte participou o lanchão Torres, CT Gama Rosa. Depois de nove horas de um dos mais ferozes combates da guerra, a defesa predominou, retirando-se os republicanos que ali perderam 181 mortos, 150 feridos e deixaram 18 prisioneiros. Os vencedores tiveram 72 mortos, 87 feridos, entre os quais Soares de Paiva, e 84 prisioneiros. Quatro dias depois Paiva enviou ao acampamento de Bento Gonçalves os remédios necessários ao atendimentos aos feridos farroupilhas (DONATO, 2001, p. 518).

Por fim, a 23 de julho de 1840, ocorre, no Rio de Janeiro, o Golpe da Maioridade de D. Pedro II, findando o período regencial e centralizando novamente o poder nas mãos do imperador, e não mais de um representante legal.

Em 23 de julho, quando se deu a maioridade de D. Pedro II e o fizeram Imperador sem, entretanto, atingir a idade legal, os liberais, motivados e estimulados, tiveram como objetivo propor um acordo com os correligionários do sul em prol da província. Malogradas as tentativas nesse propósito, o novo governo legalista reclamou mais 2000 homens para reforçar os 8000 que combatiam os 5000 farrapos (SOUZA, 2017, p. 61-62).

3.4.2.4.3 1841

O ano de 1841 foi, majoritariamente, de ações e eventos de menor vulto, restrito à defecção de José Garibaldi (Spalding, 1963, p. 143), às discretas vitórias nos Campos Neutrais por parte dos farrapos e à suposta assinatura de um tratado secreto de cooperação, entre a República Rio Grandense e a República Oriental do Uruguai, quanto ao fornecimento de armas desta para aquela.

3.4.2.5 5ª Fase: A pacificação do Rio Grande por Caxias (05/11/1842 – 01/03/1845)

Última fase da Revolução Farroupilha, é caracterizada por se estender desde a instalação da Assembléia Constituinte em Alegrete, coincidindo com a chegada de Caxias a Porto Alegre e prolongando-se até a assinatura do Tratado de Ponche Verde juntamente com o líder farrapo Davi Canabarro (BENTO, 2003, p. 245-247).

Após um período de relativa estabilização da guerra (1840-42), seguiu-se, a partir de 1843, o declínio farroupilha. Em nome do Império, Caxias ofereceu aos farrapos uma anistia geral e “paz honrosa”, resultando na assinatura, em 28 de fevereiro de 1845, da “Paz de Ponche Verde” (PESAVENTO, 1985, p. 39).

3.4.2.5.1 1842

O ano de 1842 se mostra de grande importância para este estudo já nos seus últimos meses, pois engloba a chegada de Caxias para pacificar a Revolução Farroupilha, abrangendo as medidas iniciais que este chefe militar adotaria para obter sucesso em seus planos.

A 9 de novembro de 1842, Caxias assume a presidência e o comando militar da província do Rio Grande do Sul (FLORES, 1995, p. 47).

Em 1842, vencidas a Balaiada e a Revolução Liberal, o Barão de Caxias era considerado o militar mais apto de sua época no Brasil e, depois de sete anos de lutas infrutíferas no sul, ele seguiria para aquele rincão a fim de debelar mais uma revolta e manter a integridade nacional (FORJAZ, 2005, p. 117).

Para Callage (1935, p. 86), Caxias “toma várias resoluções, uma das quais promove acordos com Manoel Oribe para impedir o refúgio dos revolucionários em território oriental”.

“Com energia reorganiza as forças de terra e mar, numa totalidade de 12.000 homens” (CALLAGE, 1935, p. 87).

Ao assumir o comando do exército, Caxias deu nova organização em preparativo para uma campanha decisiva contra os republicanos. Depois de haver tomado todas as providências, deslocou-se para a fronteira com o grosso do exército imperial (SOUZA, 2017, p. 63).

Mariante (1985, p. 78) complementa:

[...] quando Caxias assumiu o comando geral das forças legais em operações no sul do Império, já com a auréola de pacificador do Maranhão, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, com sua experiência e tino estratégico-tático tudo fez para reduzir ou extinguir os recursos dos farrapos, arma de suma importância que soube manejar com habilidade. Uma das suas primeiras medidas foi fazer com que suas forças usassem, também, do método à gaúcha de fazer a guerra, concomitantemente com o da guerra tradicional.

Conhecedor que era de eficiência da cavalaria no Rio Grande do Sul buscou, desde logo, aumentar o poderio desta arma no exército de seu comando. Determinou ao então tenente-coronel Manoel Luis Osório que adquirisse cavalaria, desincumbindo-se o futuro Marquês do Erval com sua costumeira habilidade, conseguindo cerca de cinco mil solípedes. Além dessa medida, transformou várias unidades de infantaria em corpos de caçadores a cavalo, a exemplo dos antigos dragões de extraordinária atuação nos primórdios da vida continental.

Reorganizou o exército e foi apertando o cerco onde quer que se encontrassem tropas adversárias. Não houve, durante o seu comando, uma batalha campal sequer, pois que os revolucionários, conhecedores de sua inferioridade de efetivos, de armamento e de recursos em geral e, principalmente, para continuarem fiéis à sua maneira de combater, somente aceitavam encontros rápidos, procurando cansar e enervar o adversário, com suas constantes marchas e contramarchas, entrando e saindo do Uruguai e tentando arrebanhar recursos dos imperiais, utilizando-se da velha tática da inquietação, o seu forte (MARIANTE, 1985, p. 78-79).

3.4.2.5.2 1843

O primeiro semestre de 1843 se mostrou de grande importância para o desenrolar dos fatos da Revolução Farroupilha, que já se aproximava do fim, vislumbrando a assinatura de tratados de paz com o Império.

Caxias iniciaria sua campanha, propriamente dita, no 11^o dia do mês de janeiro. Em fevereiro, como consequência de desentendimentos internos, a República Rio Grandense não consegue acordar um projeto constitucional. Em abril

notamos a existência de combates de menor vulto. Culminaremos o estudo deste ano de 1843 com a Batalha de Ponche Verde, no final de maio, entendido por muitos historiadores como a última grande batalha da Revolução.

Como dito, em 11 de janeiro de 1843, o Barão de Caxias deu início à marcha que o levaria aos campos de batalha (URBIM, 2004, anexo).

Caxias relata ao Ministro da Guerra como se deu este deslocamento e o que pretende fazer após ter contato mais cerrado com os revoltosos:

Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro José Clemente Pereira, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra - Ilmo. e Exmo. Sr. Tenho a satisfação de participar a V. Excia. que no dia 11 do mês p.p. dei comêço às operações, atravessando o Rio S. Gonçalo no passo da Barra com uma coluna ligeira composta de mil e oitocentos homens, sendo mil de Infantaria e oitocentos de Cavalaria a fim de conduzir cinco mil cavalos que me foi possível reunir no Rincão dos Touros. Este movimento que todos os práticos da Província julgavam muito arriscado se levou a efeito sem que o inimigo o pressentisse senão quando a coluna já havia atravessado o Camaquã até onde poderia ser atacada por êle com alguma vantagem pois que de então para cá a marcha foi coberta à esquerda pela Serra do Erval e à direita pela Lagoa dos Patos. O inimigo foi completamente iludido com as aparências que apresentei de passar o Rio S. Gonçalo nos Canudos, e seguir na direção de Piratinim para fazer junção com o Exército que aparentou mover-se nesse sentido e por isso fêz levantar tôdas as cavalhadas que existiam dêsse lado, e Neto me esperou naquelas imediações conservando-se Canavarro de observação ao grosso do Exército. Os cavalos que tirei aos particulares do Arroio Chuí para dentro reunidos aos que existem nos Distritos de Taquari, Santo Amaro, etc., que também mandei tirar aos particulares pagando-se-lhes seus justos valores; com os que existem invernados aqui, e no Exército creio que chegarão a nove mil com os quais vou abrir a campanha. Deixei guarnecido o Rio de S. Gonçalo até a Lagoa Mirim e o Jacuí até êste ponto com Lanchões e Canhoneiras. No Rio Grande ficarão dois Batalhões de Caçadores, cem Artilheiros, e cem homens de Cavalaria. Em Pôrto Alegre, além do Batalhão do Depósito deixei um Batalhão de Caçadores, o casco do Corpo de Artilharia a Cavallo, o Corpo Policial da Província, e trezentos cavaleiros divididos em partidas a fim de percorrerem os Distritos de Santo Antônio da Patrulha, Taquari, Sto. Amaro, Capela de Viamão, Aldeia, e Belém. Em São José do Norte existe um destacamento de cem infantes, e um outro de Cavalaria do Corpo Policial que chega até Mostardas, o fim principal destas fôrças é perseguir os desertores tanto do nosso Exército como dos Rebeldes, que em crescido número infestam os matos dêsses Distritos praticando tôda a sorte de insultos; e obstar qualquer reunião que os rebeldes possam intentar fazer por aquêles lados. Segundo as últimas notícias que tenho colhido, o inimigo ainda não tem plano fixo e apenas mostra disposição de imigrar para o Estado Oriental logo que o Exército o persiga, conserva-se por ora em duas colunas, uma Comandada por Neto nas imediações de Piratinim, como já disse, e a outra por Davi Canavarro no passo da Juliana, seis a oito léguas além de S. Lourenço, onde ainda se acha o grosso do nosso Exército. O plano de operações que projeto seguir pouco variará do que já comuniquei a V. Excia. logo depois da minha chegada a esta Província, e consiste em aproximar-me da fronteira com o Exército tentando um golpe violento sôbre o grosso dos rebeldes, de acôrdo com os partidários de Bento Manuel, que muito prometem fazer no

Município de Alegrete, logo que eu dali me aproxime. Tenho dado tôdas as providências para que me não faltem cavalhadas na Campanha, como já participei a V. Excia., e além de dois depósitos que deixo, um no Rincão dos Touros, e outro no Rincão Nacional, perto desta Vila, mandei emissários para todos os pontos da fronteira, e espero que me não faltarão uma única partida composta de sete rebeldes, que durante a minha marcha ousou aproximar-se caiu em uma emboscada que ordenei, ficando em nosso poder cinco prisioneiros, e os competentes cavalos arreitados. Deus Guarde a V. Excia. Quartel-General em marcha na Vila do Rio Pardo, 5 de fevereiro de 1843 (BRASIL, 1950, p. 11-12).

Enxergando a necessidade de uma maior e melhor cavalhada, a ser empregada na luta contra os farrapos, Caxias redige o seguinte ofício, insistindo na entrega desses animais:

Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro José Clemente Pereira, ministro da Guerra – Ilmo. e Exmo. Sr. – Participo a V. Excia. que dos oito mil cavalos contratados pelo meu Antecessor para remonta do Exército, os quais deviam entrar pela fronteira do Chuí, apenas Pedro Nunes Fagundes, um dos contratadores, entregou quinhentos e setenta e nove que imediatamente foram reunidos por terem os necessários requisitos, e me acompanharam na marcha do Rio São Gonçalo até este ponto. Deus guarde V. Excia. Quartel-General em Marcha na Vila do Rio Pardo, 5 de fevereiro de 1843 – Barão de Caxias (BRASIL, 1950, p. 10).

No tocante à vida política da República Rio Grandense, destaca-se que a Assembleia Constituinte teve que encerrar seus trabalhos sem votar o projeto constitucional (FLORES, 1995, p. 47), tamanha era a segregação entre os líderes farrapos.

A 10 de fevereiro de 1843 a Constituinte encerrou seus trabalhos com funestos resultados e em consequência do assassinato do vice-presidente da República. Sob acusação de participação nesse crime Bento Gonçalves reagiu propondo duelo ao seu desafeto em que este, Onofre Pires, recebeu ferimento mortal [a 27 de fevereiro de 1844, como veremos adiante] (SOUZA, 2017, p. 62).

Caxias, por sua vez, seguia coordenando para que sua tropa tenha meios para combater. Como exemplo, segue a seguir um ofício enviado ao Diretor do Arsenal de Guerra:

Sr. Ten. Cel. Joaquim Procópio Pinto Chixorro, Diretor do Arsenal de Guerra - Existindo neste Acampamento mais de oitocentos homens sem Ponches, no entretanto que crescido número dêles se acham manufaturados nesse Arsenal, e reiteradas vêzes se tem ordenado a sua remessa para aqui: determino que V.S. sem perda de tempo, faça embarcar prontos em uma

das barcas de Vapor que deverá para êsse fim requisitar todos quantos houverem ficando na inteligência de que o responsabilizo por qualquer demora que haja a tal respeito. Deus Guarde a V.S. Quartel-General em S. Lourenço, 12 de fevereiro de 1843 - Barão de Caxias (BRASIL, 1950, p. 13)

A 11 de abril de 1843 ocorre um combate de menor valor, porém que cabe ser destacado, pois apresenta um dos poucos episódios em que as tropas imperiais foram acometidas após 1842.

Nas proximidades de São Gabriel, com os animais da tropa imperial em pastoreio, surgem os farrapos e dizimam os legalistas que lá se encontravam.

Em 26 de maio de 1843 se deu a Batalha de Ponche Verde, tida por muitos estudiosos como a última grande batalha do decênio revoltoso, como nos afirma Souza (2017, p. 63) em: “A vitória de Ponche Verde foi o último grande feito das armas republicanas”.

Os republicanos Bento Gonçalves e Neto, comandando 2.800 combatentes, defrontaram os 1.425 imperiais chefiados por Bento Manuel Ribeiro e tomaram a iniciativa do ataque aproveitando a superioridade em cavalaria. Bento Manuel apresentou sua infantaria em sólidos quadrados que não se quebraram diante das cargas republicanas. Resultado indeciso com ambos os contendores proclamando haver levado a melhor (DONATO, 2001, p. 413-414).

Jacques (19??, p. 273-278) narra a grandiosa batalha em maiores detalhes:

O Tenente-Coronel republicano Jacinto Guedes da Luz, à frente de sua brigada de cavalaria ligeira, em meados de Maio de 1843, deixava-se perseguir pela divisão imperial do Brigadeiro Bento Manuel Ribeiro, com o fito de arrastá-la a Poncho Verde, nas canchadas de Bagé, onde o General Bento Gonçalves da Silva, comandando mais de dois mil republicanos, aguardava o destemido e irredutível sorocabano, para desferrar-se do inesquecível desastre do Fanfa. Bento Manuel não contava com a cilada, pois estava certo de que o grosso das tropas farrapas ali não podia encontrar-se. Todavia, Bento Gonçalves, pondo em execução o seu plano de encurralar o “traidor”, determinara [que] para lá convergissem as colunas dos Generais Antônio de Souza Neto e João Antônio da Silveira, que andavam em perseguição do Tenente-Coronel Francisco Pedro de Abreu [...], e a do Coronel Davi Canabarro.

O exército republicano, ao transpor o arroio Poncho Verde, afluente da margem esquerda do Santa Maria, tomou posição nos campos de Manoel Vieira da Cunha. O General Bento Gonçalves, então, ordenou ao Tenente-Coronel Manuel Lucas de Lima que fosse reconhecer as cercanias, visto como Bento Manuel não estaria longe.

O Brigadeiro imperial, todavia, marchava, tranquilo, no rasto de Jacinto Guedes, sem suspeitar da tocaia que lhe armavam. Na manhã de 26 de Maio de 1843, entretanto, foi surpreendido com a notícia, que lhe transmitia a sua vanguarda [...], de que começava a tirotear com a tropa inimiga, que parecia numerosa.

Bento Manuel, a seguir, distribuiu a tropa como lhe pareceu mais certo, deixando os seus batalhões de infantaria, ao centro, e, nas flanco-guardas, os regimentos de cavalaria, num total de mais de mil e quatrocentos homens. Nessa ordem de batalha acelerou a marcha, pois havia mister reduzir os efeitos da surpresa.

[...] Por volta de onze horas, soou o clarim no campo republicano. Bento Gonçalves, galopando [...] por toda a frente da infantaria de Neto, ordenou o ataque, ao mesmo tempo que expediu oficiais de ligação aos flancos, determinando que carregassem contra as posições imperiais.

[...] Entrementes, Bento Manuel procura recompor os seus esquadrões, e faz carregar seus infantes, dispostos em quadrado. A cavalaria republicana começa a sentir o peso da infantaria imperial, inexpugnável “muralha humana”, e detêm-se na investida ciclópica.

[...] Os infantes republicanos, ao contrário, pouco podiam fazer, dado o seu pequeno número diante dos batalhões imperiais. Bento Gonçalves, após haver contido João Antônio, tornou ao centro das linhas republicanas [...].

Após uma série de investidas de ambos os lados, a batalha encontrou desfecho da seguinte forma, de acordo com Jacques (19??, p. 280-281):

Bento Gonçalves, diante da retirada do inimigo e dos troféus que deixa no campo de batalha – cavalos, carretas de víveres, estandartes e a própria bagagem do general em chefe – ordenou a cessação da luta, que já se prolongava por mais de seis horas [...].

Nas fileiras imperiais, contudo, as perdas foram menores, porque Bento Manuel, embora não se poupasse, sabia poupar a sua gente. [...] Prisioneiros, houve-os de parte a parte.

[...] [A Batalha de Ponche Verde] não teve, na realidade, vencedores, nem vencidos.

Callage (1935, p. 87) afirma que foi na Batalha de Ponche Verde que o “general Davi Canabarro derrotou uma das colunas de Caxias, que tinha, como seu comandante, Bento Manoel Ribeiro”.

Nesse combate de Ponche Verde (hoje D. Pedrito) verificado a 26 de Maio e que durou cerca de duas horas “as cavalarias imperiais foram levadas de rojo, em debandada, e teriam sido completamente destroçadas se não as salvasse a infantaria, abrigando-as sob os seus quadrados” (CALLAGE, 1935, p. 87).

Caxias, em ofício remetido ao Ministro da Guerra, comenta sobre o episódio:

Ilmo. e Exmo. Sr. Marechal Salvador José Maciel, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra Ilmo. e Exmo. Sr. - Tenho a satisfação de participar a V. Excia. para que se digne levar ao conhecimento de S. M. o Imperador que a 2ª Divisão do Exército de meu comando forte de mil e seiscentos homens que manobrava pela margem esquerda do Santa Maria, foi ontem atacada nos campos de próximos ao Arroio Poncho Verde por toda a fôrça rebelde em número de dois mil e quinhentos homens ao mando do caudilho Bento Gonçalves, Neto, Canavarro, Guedes, e João Antônio, a

qual depois de um renhido combate que durou mais de duas horas, se retirou deixando-nos senhores do campo de batalha. Todos os corpos que compunham a referida Divisão obraram prodígios de valor, mas é inegável que o ganho de semelhante ação, entre forças tão desproporcionadas se deve em grande parte ao denodo que despregaram o 3º Batalhão de Fuzileiros, e o 9º Batalhão de Caçadores, únicos corpos de Infantaria que nela se achavam. A falta de tempo me não permite dar a V. Excia. todos os pormenores de tão distinto feito de armas o que farei logo que se me proporcione ocasião; no entretanto posso afiançar a V. Excia. de que excede de cem o número dos rebeldes mortos, e de duzentos o de feridos entre os quais figuram muitos dos intitulados oficiais das forças rebeldes: no entretanto que de nossa parte apenas tivemos trinta mortos, cinquenta feridos entre êstes últimos o Brigadeiro Bento Manuel Ribeiro, Comandante da referida Divisão, que foi levemente ferido em um braço e peito esquerdo. [...] Deus Guarde a V. Excia. Quartel-General nas pontas do Santa Maria Chica, em marcha, 27 de maio de 1843 - Barão de Caxias (BRASIL, 1950, p. 44-45).

“Muitos dão por vitorioso o exército imperial dirigido por Francisco Pedro de Abreu coadjuvado por Bento Manuel Ribeiro que voltara às hostes do império. Entretanto a vitória não foi deles, como também não foi dos republicanos [...]” (SPALDING, 1963, p. 148).

3.4.2.5.3 1844

O ano de 1844 é marcado por três eventos de maior importância para a presente pesquisa: a morte de Onofre Pires, no final de fevereiro, como parte das rivalidades existentes dentre os próprios líderes republicanos; o início das negociações de paz, no início de outubro e, por fim, a sangrenta Batalha de Porongos, ocorrida em meados de novembro.

A 27 de fevereiro de 1844, morria Onofre Pires em duelo contra Bento Gonçalves (FLORES, 1995, p. 47).

Sob acusação de ter participado do assassinato do vice Presidente da república, Bento Gonçalves propõe um duelo a seu desafeto Onofre Pires (SOUZA, 2017, p. 62).

Ilmo. Sr. Coronel Onofre Pires da Silveira Canto. Havendo chegado ao meu conhecimento que V. Sa. em princípios do corrente mês em presença de vários indivíduos do exército, quando vinha este em marcha, avançara proposições ofensivas a minha honra e ousara até chamar-me de ladrão, sufocando os impulsos de meu coração e aquele brio que em minha longa carreira militar guiara sempre minhas ações por amor de minha posição e mais que tudo da crise em que se acha este país que me é tão caro,

sufocando, digo, aquele ardor com que em todos os tempos busquei o desagravo de minha honra, recorri os meios legais, únicos exequíveis nas presentes circunstâncias; como porém sua posição de deputado o põe a coberto desse meio e deva eu em tal caso lançar mão do que me resta como homem de honra, quisera que com a honra que deve caracterizar um homem na posição de V. Sa. houvesse de dizer-me com urgência por escrito se é verdadeiro ou falso o que a respeito se me informou. Deixo de fazer a V. Sa. quaisquer reflexões a respeito. V. Sa. as deve perfeitamente compreender. Campo, 26 de fevereiro de 1844. Bento Gonçalves da Silva (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1985, p. 245).

Onofre Pires, confirmando sua visão negativa sobre Bento Gonçalves, responde:

Cidadão General Bento Gonçalves da Silva. Ladrão da fortuna, ladrão da vida, ladrão da honra e ladrão da liberdade é o brado ingente que contra vós levanta a Nação Rio-Grandense, ao qual já sabeis que junto a minha convicção não pela a geral execração de que sois credor, o que lamento, mas sim pelos os documentos justificativos que conservo. Não deveis pois, Sr. general, ter em dúvida a conversa que a respeito tive, quando dela vos impôs tão prontamente esse correio tão vosso... Deixai de afligir-vos por haverdes esgotado os meios legais em desafronta dessa honra, como dizeis; minha posição não tolhe que façais a escolha do mais conveniente para o que sempre me encontrareis. Fica assim contestada vossa carta de ontem. Campo, 27 de fevereiro de 1844. Vosso admirador Onofre Pires da Silveira Canto (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1985, p. 245).

Para Callage (1935, p. 86), as divergências existentes entre as lideranças republicanas foi um dos motivos que acabou levando a revolução ao fim.

A 2 de outubro de 1844 começam as negociações de paz (FLORES, 1995, p. 47).

Nessa fase da Revolução os rebeldes passam a cogitar com maior intensidade e aceitação à pacificação proposta pelo império brasileiro.

Com a derradeira fase da revolução, vieram os anseios da pacificação, aliás, tantas vezes tentada pelos representantes do governo imperial. Os esforços de Caxias, nesse sentido, foram grandes, principalmente porque, nesse meio tempo, o ditador [argentino] Rosas ameaçava a integridade do Brasil. Ante esse perigo iminente, os republicanos que eram, antes de tudo, patriotas, bons brasileiros, resolveram calar as suas armas. Os farrapos davam assim uma admirável lição de civismo e provavam que não eram separatistas, que não queriam a formação de um novo Estado, dentro da América, mas sim, a grandeza, a glória do Brasil. Esse é, sem dúvida, o seu maior título de honra (CALLAGE, 1935, p. 89).

Em correspondência de 13 de outubro de 1844, de Bento Gonçalves a Caxias, já podemos notar, de forma explícita, o desejo de conciliação:

Neste momento me foi entregue o salvo-conduto que V. Exa. Se dignou enviar-me por intermédio de Ismael Soares da Silva, comissionado por amigos meus para manifestar a V. Exa. nosso vivo empenho de levar a efeito uma conciliação que ponha termos aos males que afligem a este belo país [...].

Acredite V. Exa. que não há um instante a perder-se a vista da atitude imponente do tirano Rosas de quem será presa o continente se continuam a dilacerar-se mutuamente seus filhos destruindo os poucos elementos que restam para disputar o passo ao déspota audaz que nos ameaça com aguerridas hostes [...].

Sou com respeito e consideração. 13 de outubro de 1844. Do General Bento Gonçalves da Silva ao Barão de Caxias (ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1985, p. 252).

Em meio às negociações de paz, a 14 de novembro de 1844, porém com as armas ainda em riste, os imperiais vitimaram pesadamente as tropas de Davi Canabarro na Surpresa de Porongos.

Para Souza (2017, p. 63), “Canabarro foi colhido de surpresa, cujo exército de 1000 homens ficou totalmente destruído”.

Jacques (19??, p. 301), contextualiza o início da batalha alegando que os homens de Canabarro não se encontravam nas melhores condições de combate:

[...] mil e poucos homens de Canabarro, Neto e João Antônio, acampavam nas proximidades do cerro dos Porongos. As tropas esfalfadas pelas marchas contínuas, readquiriam energia, entregues à alimentação e ao sono. Supunham os guerreiros que as tropas do Barão de Caxias andavam longe, pois criam que, com as suas manobras, lhe haviam escapado à perseguição. Também, as negociações de paz iam adiantadas. Por isso, entregavam-se à toda sorte de ócio [...].

Donato (2001, p. 415-416) complementa:

Os 1.200 republicanos do mando de Neto e Silveira, respondendo ao comando do gen. Canabarro, acampavam nos serros de Porongos, entre as cabeceiras dos arroios Torrinhas e Grande. Durante a madrugada foram cercados, investidos e completamente batidos pelos 1.170 imperiais conduzidos pelo cel. Francisco Pedro de Abreu¹⁹. Este, com apenas quatro

¹⁹ O porto-alegrense Francisco Pedro de Abreu, nascido em 1811, foi um dos mais temidos adversários dos farroupilhas durante a guerra. Coronel do exército imperial, também era conhecido como Chico Pedro ou Chico Moringue ou simplesmente Moringue [...]. Especialista em ataques de surpresa, Moringue infligiu várias derrotas aos farrapos. Sempre fiel ao Império, recebeu o título de

feridos e contusos entre os seus, infligiu aos farroupilhas uma das duas maiores derrotas do decênio, provocando 110 baixas, aprisionando 333 homens, dos quais 35 oficiais, cinco estandartes, um canhão, quase todas as armas, bagagens, arquivos e mais de 1.000 cavalos. Tal resultado teria apressado o fim da guerra e mereceu de Caxias o comentário: “É sem dúvida a primeira vez que David Canabarro é surpreendido, o que até agora parecia impossível pela sua incansável vigilância”.

Callage (1935, p. 46), por sua vez, descreve o episódio de Porongos com maior profundidade:

Depois de muitas lutas, fadigas, contrariedades, David Canabarro, com a sua gente, em 1844, acampou nos serros de Porongos. Mas, um seu feroz inimigo o coronel Chico Pedro, por alcunha “Moringue”, de longe vinha acompanhando os seus passos, espreitando todos os seus movimentos, pois, na impossibilidade de pegá-lo de frente, queria, ao menos, abatê-lo de emboscada.

Canabarro, que não possuía nessa ocasião, mais de 600 homens, não suspeitava de nada que lhe estava reservado, e mesmo porque tratava-se no momento da pacificação. Entretanto, o general Antônio Netto, o proclamador da República do Seival, receando um ataque imprevisto por parte de Chico Pedro, foi à sua barraca e lhe fez ver os seus receios e previsões.

Com bonhomia, ótima disposição de espírito, Canabarro batendo-lhe no ombro, ao despedir-se, disse:

- “Não há perigo, general. O “Moringue”, sentindo a minha cantiga, não vem cá”!

Mas, uma noite – 14 de Novembro daquele ano – deu-se o desastre. [...] Chico Pedro aproveita a ocasião e com sua gente, 1.170 soldados, cai de surpresa sobre o acampamento daqueles bravos que sossegadamente dormiam, e os abate, sem dó nem piedade.

Foi uma carnificina horrível, sem nome. O chão ficou juncado de cadáveres e feridos. Quando Canabarro, surpreendido pelos gritos da soldadesca, surgiu [...] só teve tempo de saltar para um baio ruano e com o resto de sua gente tratou de debandar, incontinente, para os lados das forças onde se encontrava Antônio Netto. [...]

Nesse combate travado a socapa, as forças de Chico Pedro fizeram 390 prisioneiros inclusive 35 oficiais, toda a bagagem, abarracamento e armamento de infantaria, mais de 2.000 cartuchos, a última peça de artilharia que possuíam, mais de 1.000 cavalos, muitos deles encilhados, cinco estandartes e o arquivo completo do general Canabarro.

Jacques (19??, p. 307-310), complementa, ainda, citando os momentos em que as tropas farrapas foram dizimadas:

Não chegara, ainda, a aurora de 14 de Novembro de 1844, quando a gente de Francisco Pedro de Abreu, conhecido por Chico Pedro, detemido coronel

barão do Jacuí e lutou na Guerra do Paraguai. Morreu aos 80 anos, em Porto Alegre (URBIM, 2004, anexo).

imperial, mais tarde, Barão do Jacuí, atacava o cerro dos Porongos. Canabarro não o esperava. A surpresa era brutal.

Aos primeiros tiros dos imperiais, a gente de Neto, que fazia a vanguarda, começou a alvoroçar-se. Os que estavam mais espertos tomaram a direção da defesa, sem atender aos postos e atribuições. Os outros, meio dormitantes e semi-acordados, obedeciam-lhes cegamente, sem saber o que faziam. Poucos foram os que conseguiram encilhar cavalo. A própria cavahada, que se encontrava sem ronda, disparara bruscamente [...].

Canabarro, logo aos primeiros tiros, saltou do leito. Igual atitude tomou João Antônio. O estado-maior e demais auxiliares não tardaram a assumir os postos. Os soldados, após o pânico, começaram a lutar conscientemente, assegurando a retirada.

[...] Os esquadrões de Chico Pedro atacavam impetuosamente. De um lado e de outro caíam soldados.

Canabarro e demais chefes, à frente de alguns soldados, lograram escapar. Muitos ficaram traspassados nas pontas das lanças inimigas. Outros foram presos por Chico Pedro [...].

Para Fragoso (1939, p. 259), o episódio de Porongos, que dizimou tropas farrapas, “foi para estes [rebeldes] um desastre irremediável; provou-lhes de modo exuberante a inutilidade de prosseguirem na luta armada contra um adversário que dispunha de recursos extraordinários”.

3.4.2.5.4 1845

O ano de 1845 findaria a Revolução Farroupilha no final de fevereiro, com a assinatura da Paz de Ponche Verde, selada entre Caxias e Canabarro, que nesta data representava Bento Gonçalves na liderança farroupilha.

A 28 de fevereiro de 1845 se deu a assinatura do acordo de paz em Ponche Verde, município de Dom Pedrito (FLORES, 1995, p. 47).

Nesta época Caxias já vinha se empenhando em concretizar a paz com os farrapos, o que também era de interesse destes.

De acordo com Callage (1935, p. 98), “o Rio Grande, que estava com a sua vida completamente paralisada, ansiava por este momento, a fim de que todas as suas forças econômicas retomassem o seu ritmo natural”.

Nessa ocasião, em Ponche Verde, região sediada em Dom Pedrito, os termos dos documentos examinados pelos republicanos em final de fevereiro de 1845 e assinado pelo barão de Caxias intitulado a *Convenção de Ponche Verde*, foi estabelecido o acordo de paz com a anistia geral aos farroupilhas, que ficou chamado de *Paz de Ponche Verde* (SOUZA, 2017, p. 63).

Jacques (19??, p. 310-311) acrescenta, que em 28 de fevereiro de 1845 era assinada “a Paz de Poncho Verde. O Rio Grande reconhecia o governo imperial na pessoa de S. M., o Sr. D. Pedro II, e este conferia aos republicanos todos os direitos de cidadãos brasileiros e as honras militares a seus condutores”.

Ficam estabelecidos, dessa forma, os seguintes artigos da chamada “Paz Honrosa”:

Convenção de Paz entre o Brasil e os Republicanos.

Art. 1º - Fica nomeado Presidente da Província o indivíduo que for indicado pelos republicanos.

Art. 2º - Pleno e inteiro esquecimento de todos os atos praticados pelos republicanos durante a luta, sem ser, em nenhum caso, permitida a instauração de processos contra eles, nem mesmo para reivindicação de interesses privados.

Art. 3º - Dar-se-á pronta liberdade a todos os prisioneiros e serão estes, às custas do Governo Imperial, transportados ao seio de suas famílias, inclusive os que estejam como praça no Exército ou na Armada.

Art. 4º - Fica garantida a Dívida Pública, segundo o quadro que dela se apresenta, em um prazo preventório.

Art. 5º - Serão revalidados os atos civis das autoridades republicanas, sempre que nestes se observem as leis vigentes.

Art. 6º - Serão revalidados os atos do Vigário Apostólico.

Art. 7º - Está garantida pelo Governo Imperial a liberdade dos escravos que tenham servido nas fileiras republicanas, ou nelas existam.

Art. 8º - Os oficiais republicanos não serão constrangidos a serviço militar algum; e quando, espontaneamente, queiram servir, serão admitidos em seus postos.

Art. 9º - Os soldados republicanos ficam dispensados do recrutamento.

Art. 10º - Só os Generais deixam de ser admitidos em seus postos, porém, em tudo mais, gozarão da imunidade concedida aos oficiais.

Art. 11º - O direito de propriedade é garantido em toda plenitude.

Art. 12º - Ficam perdoados os desertores do Exército Imperial.

(ass.) O Barão de Caxias (WIEDERSPAHN, 1980, p. 11).

O supracitado documento

garantia anistia geral aos revoltosos, incorporação dos oficiais farroupilhas ao exército imperial; devolução das terras ocupadas aos antigos proprietários; taxação de 25% sobre o charque platino e liberação dos escravos que lutaram na revolução. Fez também parte do acordo de paz, a encampação das dívidas contraídas pelos governos, criadas pelos revolucionários. Por sua importante atuação, Caxias recebeu o título de “Pacificador do Império” (SOUZA, 2017, p. 58).

Canabarro difunde aos gaúchos a assinatura da Paz de Ponche Verde:

Concidadãos! Competentemente autorizado pelo Magistrado civil a quem obedecíamos, e na qualidade de Comandante-em-Chefe, contando com a unânime vontade de todos os oficiais da força de meu Comando, vos declaro que a guerra civil, que há mais de nove anos devasta este belo país, está acabada. A cadeia de sucessos, por que passam todas as revoluções, tem transviado o fim político a que nos dirigíamos, e hoje a continuação de uma guerra tal seria o ultimatum da destruição e do aniquilamento de nossa terra. Um poder estranho ameaça a integridade do Império e tão estólida ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será teatro de suas iniquidades, nós partilharemos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos, no bem geral do Brasil.

Concidadãos! Ao desprender-me do grau que me havia confiado o poder que dirigia a revolução, cumpre assegurar-vos que podeis volver tranquilos ao seio das vossas famílias. Vossa segurança individual e de propriedade está garantida pela palavra sagrada do Monarca, e o apreço de vossas virtudes confiada ao seu magnânimo coração. União, fraternidade, respeito às Leis e eterna gratidão ao ínclito Presidente da Província, o Ilmo. e Exmo. Sr. Barão de Caxias, pelos afanosos esforços, que há feito na pacificação da Província.

Campo em Ponche Verde, 28 de fevereiro de 1845.

(ass.) Davi Canabarro (WIEDERSPAHN, 1980, p. 101-102).

Aos olhos de Pesavento (1985, p. 39), “essa atitude do Império [assinatura da “paz honrosa” oferecendo anistia geral] deve ser interpretada a partir do rumo que tomava a política no Prata”.

A supracitada autora se referiu à ameaça de Oribe e Rosas, que vinham tomando maior vulto nos últimos anos da Revolução Farroupilha.

Cientes desse risco, D. Pedro II e mesmo Caxias trataram de manter boas relações com os farrapos, que futuramente ainda viriam a combater lado a lado contra a ameaça uruguaia e argentina.

A 1º de março de 1845, o Barão de Caxias declararia pacificada a província rio-grandense (FLORES, 1995, p. 47).

Caxias difunde a pacificação da Revolução Farroupilha:

Rio-grandenses! É sem dúvida para mim de inexplicável prazer o ter de anunciar-vos que a guerra civil que por mais de nove anos devastou esta bela província, está terminada. Os irmãos contra quem combatíamos, estão hoje congratulados conosco, e já obedecem ao legítimo governo do Império Brasileiro. Sua Majestade o Imperador ordenou por Decreto de 18 de dezembro de 1844 o esquecimento do passado e mui positivamente recomenda no mesmo decreto que tais brasileiros não sejam judicialmente nem por outra qualquer maneira inquietados, pelos atos que tenham sido praticados durante o tempo da revolução. Esta magnânime deliberação do Monarca Brasileiro há de ser religiosamente cumprida. Eu o prometo sob minha palavra de honra. Uma só vontade nos una Rio-grandenses,

maldição eterna a quem recordar-se das nossas dissensões. União e tranquilidade seja de hoje em diante nossa divisa. Viva a Religião. Viva o Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil! Viva a integridade do Império!

Quartel-General da Presidência e do Comando-em-Chefe do Exército na costa do Santa Maria, campo de Alexandre Simões, a 1º de março de 1845. (ass.) Barão de Caxias (WIEDERSPAHN, 1980, p. 102).

Caxias distribuiu, ainda, a seguinte Circular aos Comandantes das Guarnições da Província:

Pela leitura da proclamação inclusa, ficará V. Excia. ciente de estar terminada a guerra civil nesta Província; e por isso ordeno que ponha em liberdade a todos os indivíduos que por motivo da revolução aí se acharem presos. Fazendo recolher todas as forças que porventura ainda estiverem empregadas em operações [...]. Quartel-General da Pr. e do Com. em Chefe do Exército no Campo do Alexandre Simões, Costa de Santa Maria, 1 de Março de 1845 – Barão de Caxias (BRASIL, 1950, p. 168).

3.4.3 Consequências

A assinatura do Tratado de Ponche Verde deu lugar à chamada “Paz Honrosa”, na qual diversos farroupilhas foram anistiados. Vários deles lutariam novamente em terras gaúchas, mas dessa vez em campanhas externas, contra Oribe e Rosas e, futuramente, contra Solano López na chamada Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Nessas campanhas ombreariam com antigos rivais imperiais, posteriormente aliados, como o próprio Caxias.

A Revolução Farroupilha foi um exemplo e uma lição que, infelizmente, nem sempre foi escutado, contra a prepotência. Desatendido em suas reivindicações, tornou-se necessário o uso de medida extrema. E essa medida foi o grito de Liberdade ou Morte do General Antônio de Sousa Neto nos campos do Seival, proclamando a Independência e a República do Rio Grande livre. Só assim o Brasil começou, depois de muita campanha inútil, a meditar em seu destino. Foi preciso que os farroupilhas, numa peleja titânica, de quase dez anos propagassem aos quatro ventos seus anseios de liberdade e dissessem ao Brasil que dele se separavam, como se separaram, enquanto não lhes fosse concedido quanto desejavam e que era, simplesmente, Igualdade e Justiça.

Por isso foi que lutaram. Lutaram e venceram. A paz de Ponche Verde, ainda que honrosa, não se poderá considerar vitória política, mas foi, sem dúvida, enorme vitória moral e, sobretudo, patriótica.

Caxias foi o único dos Brasileiros, inclusive alguns Rio-Grandenses, que compreendeu os legendários farroupilhas. Foi o único que penetrou no seu íntimo, que sondou as feridas, e que soube procurar o remédio para curá-las e aplicá-lo no devido momento. É que Caxias, além de guerreiro, era diplomata e patriota e, além disso, psicólogo” (SPALDING, 1963, p. 166).

O Rio Grande do Sul, por ocasião do término da Revolução Farroupilha, se viu atendido em sua principal demanda: uma mais justa taxaço do comércio do charque nas demais províncias brasileiras.

Caxias, por sua vez, foi eleito Senador representando a província do Rio Grande do Sul, por escolha de seus outrora rivais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Terminada a revisão da bibliografia e a consulta documental, coube, em nossa pesquisa, a obtenção de resultados que direcionaram o presente trabalho para uma conclusão que responda ao problema aqui estudado.

A adequada análise da Revolução Farroupilha nos serviu de ferramenta e embasamento para analisarmos, especificamente, de que forma se deu a aplicação dos Princípios de Guerra da atual DMT brasileira naquele conflito, como resposta às questões de estudo aqui apresentadas.

Dessa forma, pudemos identificar os Princípios de Guerra que foram valorizados (ou mesmo negligenciados) por ambos os lados do embate, sem nos apegarmos a ideologias, posicionamentos políticos ou mesmo a personagens históricos. Para tanto analisamos os eventos de maior relevância da Revolução Farroupilha que nos conduziram a essa identificação, numa mescla de estudo histórico e observação doutrinária.

Cumprindo o exposto acima, tivemos condições de relacionar os resultados advindos de cada um dos eventos estudados e a observância (ou inobservância) dos Princípios de Guerra da atual DMT brasileira, na Revolução Farroupilha.

4.1 ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DE GUERRA

Coube-nos, então, a partir deste momento, analisar os princípios de guerra de forma isolada, estudando-os como elementos que foram ou não observados por ambos os lados contendores durante a Revolução Farroupilha.

Destaca-se que essa análise encontra-se em forma de tabela-resumo no apêndice “A” deste trabalho.

4.1.1 Objetivo

Esse princípio de guerra, ligado à definição de objetivos claramente definidos e atingíveis, foi observado em diversos momentos da Revolução Farroupilha, principalmente nos episódios da tomada de Porto Alegre pelos farrapos, da construção dos lanchões de Canabarro e na Batalha de São José do Norte.

Num primeiro momento da Revolução Farroupilha, Bento Gonçalves proclama aos cidadãos porto alegrenses acerca do sucesso inicial da Revolução, na tomada da capital gaúcha, porém ainda se mostra disposto a subordinar-se à coroa brasileira. Isso traz a dúvida aos rebeldes se o objetivo inicial era apenas a deposição do presidente da Província. Ou os objetivos seriam outros, ainda a serem atingidos?

Após ver retomada pelos imperiais a capital gaúcha, surge a demanda farrapa de um novo objetivo, que dessa vez seria mais bem definido: buscar a retomada de Porto Alegre, por meio de um cerco à cidade.

Já em 20 de maio de 1838, com o início da construção dos lanchões por Garibaldi, podemos perceber que a falta de portos fez com que os farroupilhas definissem um novo objetivo prioritário: tomar Laguna, em Santa Catarina.

Em 1840, na Batalha de São José do Norte, podemos destacar a observância do princípio de guerra do objetivo, por parte dos farrapos. A importante e incessante busca por uma saída para o oceano acabou sendo um dos mais destacados objetivos dos liberais.

4.1.2 Ofensiva

Esse princípio de guerra, ligado à condução da ação bélica até o inimigo, na busca pela obtenção e manutenção da iniciativa das ações e da determinação do curso do combate, foi observado em diversos momentos da Revolução Farroupilha, principalmente nos episódios da Batalha do Rio Pardo, na tomada de Laguna, na falta de ofensiva de 1840 a 1842 e na adoção da guerra à gaúcha até mesmo pelas tropas de Caxias.

Por ocasião da Batalha do Rio Pardo, percebe-se que as tropas de Sebastião Barreto, do lado imperial, receberam ordens para construir trincheiras, adotando uma ação mais defensiva. Essa postura de Barreto, aqui entendida como falta de uma atitude ofensiva, acabaria por colaborar para que os farroupilhas vencessem a batalha, por terem observado outros princípios, como o moral, por exemplo.

As tropas de Neto, por sua vez, ainda em Rio Pardo, souberam empregar o princípio da ofensiva, destruindo completamente os imperiais.

Quanto à campanha de Garibaldi na tomada de Laguna, em Santa Catarina, podemos apontar que os farroupilhas poderiam ter adotado uma postura menos agressiva, porém naquele momento eles vislumbraram que o acesso ao mar era uma prioridade. Essa visão fez com que a Revolução, como um todo, adotasse essa postura ofensiva, conquistando até mesmo partes da Província de Santa Catarina, ao norte.

Já no assalto a Laguna, percebe-se que Canabarro ansiava pelo término da luta, que já vinha se prolongando. Dessa ânsia veio a decisão de atacar com maior poder ofensivo, empregando seus lanceiros contra as tropas imperiais, que se viram até mesmo surpreendidas e obrigadas a abandonar a cidade.

Nos anos de 1840 a 1842 notamos uma discreta estabilização da guerra, seja pela exaustão dos rebeldes, seja por sua falta de meios. A esse período de menor vulto na história da Revolução Farroupilha, podemos atribuir a inobservância do princípio da ofensiva. O mesmo pode ser dito do período que Caxias dedicou à reorganização das forças, antes de se lançar para as marchas que o conduziram aos campos de batalha.

Já em 1843, a decisão de Caxias de empregar o método gaúcho de fazer a guerra, concomitantemente com a guerra tradicional, também demonstra uma postura mais ofensiva sobre os farrapos. Isso também se deveu à vasta cavalaria que se preocupou em providenciar. Essa postura lhe permitiu apertar o cerco sobre os liberais de forma que não vinha sendo feita anteriormente.

4.1.3 Simplicidade

Esse princípio de guerra, ligado à preparação e execução de ordens e planos facilmente inteligíveis, minimizando as chances de incompreensão, foi observado em diversos momentos da Revolução Farroupilha, principalmente nos episódios da Batalha do Rio Pardo, na tomada de Laguna e no emprego da “guerra à gaúcha”.

A simplicidade pode ser subentendida pela correta execução de um plano geral de ação por ocasião da Batalha do Rio Pardo, por parte dos farrapos.

A busca por novos portos, por exemplo, que acabou conduzindo os farrapos a assediarem Laguna, serve como exemplo de um plano simples que acabou sendo

bem executado por Garibaldi, apesar de diversos percalços em sua execução. A missão seria buscar o acesso ao Oceano Atlântico e, de lá, buscar tomar Laguna.

A forma de combater dos farrapos era chamada de “guerra à gaúcha”, que consistia em realizar ataques rápidos e pontuais, tendo a capacidade de inquietar a tropa imperial. Graças à baixa demanda por recursos dessa forma de combater, podemos destacar que o princípio da simplicidade fora observado pelos liberais, o que chegou a lhes render certa vantagem em certos momentos da revolução.

4.1.4 Surpresa

Esse princípio de guerra, ligado à aplicação da força em local e momento inesperados pelo oponente, foi observado em diversos momentos da Revolução Farroupilha, principalmente nos episódios do ataque da Ponte da Azenha, da Batalha do Seival, no emprego da “guerra à gaúcha”, na Batalha do Fanfa, na Batalha de Laguna, na Batalha de Ponche Verde e na Surpresa de Porongos.

Já na primeira ação de combate da Revolução Farroupilha, no chamado ataque da Ponte da Azenha, podemos notar a aplicação do princípio da Surpresa por parte dos farrapos. Como os combates ainda não haviam tido início, a guarda da cidade se limitava às ações quase que rotineiras, não estando preparadas para o enfrentamento que viria.

Quanto à Batalha do Seival, vencida pelas tropas do farroupilha Neto, podemos perceber que Silva Tavares buscou valer-se do princípio da segurança ao tentar um ataque contra a retaguarda farrapa, sendo, porém, infeliz em sua investida; acabando por ser derrotado.

A cavahada farrapa, por sua vez, não tendo sido empregada nos grandes movimentos de envolvimento, e sim na chamada “guerra à gaúcha”, com traços de guerrilha, colaborava para a observância do princípio da Surpresa, uma vez que o foco era inquietar, de forma inesperada, o inimigo.

Na Batalha do Fanfa também podemos observar a atenção imperial dada ao princípio da surpresa, uma vez que, ao avançarem rastejando, foram capazes de emboscar e aprisionar o maior comandante farroupilha, Bento Gonçalves.

Já na Batalha de Laguna percebe-se a importância do princípio da Surpresa quando nos referimos ao emprego dos lanceiros de Canabarro, algo que os

imperiais não esperavam e que acabou levando as tropas legalistas à derrota e debandada.

A guerra adotada pelos farrapos, particularmente após a chegada de Caxias e a proximidade da exaustão dos meios republicanos, colaborava para a surpresa, baseada em encontros rápidos e inquietantes. Apesar dessa observância do princípio da surpresa, os farrapos não mais teriam condições de desenvolver uma luta campal de maior vulto contra as tropas de Caxias. Com isso acabaram deixando de observar outros princípios, como o da Manobra e o da Ofensiva, por exemplo.

Já em Maio de 1843 os farrapos foram exitosos na obtenção da surpresa sobre as tropas imperiais, na Batalha de Ponche Verde, apesar desta não ter tido vencedores bem definidos.

Em outubro de 1844 deu-se, talvez, a maior surpresa da revolução. Trata-se da Surpresa de Porongos, que muitos autores sequer chamam de “Batalha”, pois assim não a consideram. Como já explorado no capítulo anterior, esse sangrento episódio se deu em meio às negociações de paz com o império, o que pode ter feito com que Canabarro relaxasse suas medidas de vigilância contra eventuais tentativas de emboscadas inimigas. Isso sem levarmos em conta versões historiográficas que sugerem que Canabarro havia-se deixado surpreender. De uma forma ou de outra, o fato é que o princípio da surpresa foi observado pelos imperiais, que dizimaram as tropas farroupilhas que pernoitavam no cerro de Porongos, liquidando qualquer chance de reação por parte dos liberais. Poucos foram os sobreviventes das tropas farrapas, particularmente entre os Lanceiros Negros.

4.1.5 Segurança

Esse princípio de guerra, ligado à negação ao inimigo do uso da surpresa, foi observado em diversos momentos da Revolução Farroupilha, principalmente nos episódios da tomada de Porto Alegre pelos farrapos, da Batalha do Fanfa, da Batalha do Rio Pardo, das transferências da capital republicana, do acordo de Caxias e Oribe e da Surpresa de Porongos.

Já nas primeiras jornadas da Revolução, o presidente da Província do Rio Grande do Sul se encontrava isolado, uma vez que sua própria defesa vinha se passando para o lado dos farrapos, caracterizando uma falta de atenção à

segurança física da pessoa do governador e, ainda mais grave, à segurança da capital da Província, Porto Alegre, que acabou sendo tomada pelos farrapos.

A Batalha do Fanfa foi um episódio em que podemos notar uma desatenção quanto à segurança farrapa, uma vez que se deixou emboscar pelos imperiais e terem a Bento Gonçalves como prisioneiro.

Na Batalha do Rio Pardo, ao ordenar que suas tropas se entricheirassem, Sebastião Barreto demonstra estar preocupado com a segurança, porém deixa de adotar uma postura ofensiva, que acaba ferindo esse outro princípio de guerra e colaborando para a derrota dos imperiais.

Além desses episódios, o princípio da Segurança pode ser observado na decisão farroupilha de transferirem a capital da República Rio Grandense para Caçapava, no início de 1839, aonde existia menor chance de ser assediada pelos imperiais.

Já Caxias buscou atrapalhar a obtenção da segurança dos farrapos ao assinar um acordo com Oribe no qual ficava acertado o impedimento do refúgio de tropas farrapas no território oriental.

Como tratado no tópico anterior, a Surpresa de Porongos se caracterizou como um verdadeiro banho de sangue por parte do relaxamento das tropas farrapas de Canabarro ao pernoitarem no cerro de Porongos em outubro de 1844. Destaca-se que essa surpresa devastadora poderia ter sido evitada se o princípio da segurança tivesse sido observado pelos liberais, principalmente em se empregando medidas de vigilância contra as tentativas de emboscadas imperiais. Tal derramamento de sangue impactou até mesmo o moral das tropas, tamanha a dizimação de soldados farroupilhas.

4.1.6 Economia de forças ou de meios

Esse princípio de guerra, ligado ao uso econômico das forças e meios, foi observado em diversos momentos da Revolução Farroupilha, principalmente nos episódios da tomada de Laguna e da Batalha de Ponche Verde.

Por ocasião do assalto a Laguna, os farrapos tiveram que atentar para a economia de meios e foram obrigados a economizar no emprego de suas forças, tudo decorrente do naufrágio do lanchão “Rio Pardo” no Araranguá.

Essa economia de meios e de forças também pode ser percebida quando em se tratando da decisão de Canabarro de findar de uma vez por todas a luta por Laguna, que já vinha se prolongando em demasia. Esse comandante farrapo optou por empregar seus lanceiros a fim de concluir o embate de ainda se sucedia, o que acabou se concretizando como sucesso para as tropas rebeldes.

Após pesadas baixas de ambos os lados, na Batalha de Ponche Verde, ficou caracterizado que a ordem de retirada emanada por Bento Manuel para seus soldados imperiais, em 1843, pode ser caracterizada como uma forma de economizar forças e meios. É cabível imaginar que esse chefe militar tenha notado que suas tropas já estavam exaustas e quiçá em posição de desvantagem, e que novas lutas ainda viriam. Possivelmente com isso em mente, retira-se do campo de batalha de Ponche Verde, apesar de ter sofrido menos baixas que os farrapos.

4.1.7 Massa

Esse princípio de guerra, ligado à concentração de forças em um momento e local decisivos, foi observado em diversos momentos da Revolução Farroupilha, principalmente nos episódios da tomada da Ponte da Azenha, do cerco contra Porto Alegre, da Batalha do Seival, da Batalha da Ilha do Fanfa, da Batalha de Laguna e da Batalha de Ponche Verde.

Os farrapos tiveram condições de sobrepujar as forças legalistas no combate da Ponte da Azenha devido, também, à observância do princípio da Massa, uma vez que empregou um efetivo de 200 homens nesse episódio. Apesar de não se tratar de um número expressivo para os embates que ainda viriam a acontecer, o foi para o supracitado evento.

Quanto ao cerco montado contra Porto Alegre após sua reconquista pelos imperiais, pode-se elencar que houve pouca aplicação do princípio da Massa, uma vez que diversos movimentos farrapos vinham se desenvolvendo paralelamente à montagem e manutenção do cerco, que acabou não sendo eficaz.

Já no tocante à Batalha do Seival, podemos perceber a tentativa do emprego da massa imperial contra a retaguarda de Neto, valoroso comandante farroupilha. Apesar da tentativa de investir seus 560 combatentes contra as tropas rebeldes,

Silva Tavares viu-se surpreendido e derrotado, talvez pela observância gaúcha dos princípios do moral, da surpresa e mesmo da segurança.

A Batalha da Ilha do Fanfa, por sua vez, contou com uma importante aplicação do princípio da Massa pelos imperiais, que emboscaram diversas tropas farrapas mesmo em poucas horas de combate. Os imperiais contavam com, aproximadamente, três vezes mais homens que os farrapos.

Quanto ao emprego dos lanceiros de Canabarro no momento decisivo da Batalha de Laguna, trata-se de mais um exemplo do correto emprego do princípio da Massa.

Também na Batalha de Ponche Verde, por ocasião da ordem que Bento Gonçalves emitiu para que suas frentes principais e sua cavalaria dos flancos atacassem sobre um mesmo ponto, no momento decisivo, podemos entender como uma correta aplicação do princípio da massa.

Por outro lado, Bento Manuel também optou por enviar sua infantaria carregar, em forma de quadrado, contra os republicanos. Isso deteve o avanço farrapo, uma vez que a infantaria liberal possuía menor efetivo.

4.1.8 Manobra

Esse princípio de guerra, ligado à vantajosa movimentação e disposição das tropas no campo de batalha, foi observado em diversos momentos da Revolução Farroupilha, principalmente nos episódios da conquista de Porto Alegre, da Batalha do Seival, da Batalha do Fanfa, da tomada de Laguna e da Batalha de Ponche Verde.

O sucesso inicial dos farrapos na conquista de Porto Alegre foi efêmero, tendo prolongando-se até 15 de junho de 1836, data em que tropas imperiais a reconquistaram. Tal episódio foi marcado por uma ágil coordenação entre tropas terrestres e outras vindas do rio Guaíba.

A Batalha do Seival, por sua vez, importante vitória farrapa, foi um dos episódios em que podemos estudar uma rápida evolução das tropas liberais, carregando cochila acima, dando condições para que Neto cercasse os imperiais, colaborando sobremaneira para a obtenção da vitória republicana nessa batalha.

Quanto ao uso da cavallhada pelos rebeldes, destacamos que ela poderia ter sido de forma que valorizasse em maior grau o princípio da Manobra, uma vez que os grandes movimentos de flanquamento e envolvimento não eram observados, via de regra, pelos farrapos, que se limitavam a táticas de guerrilha, com rápidas e inquietantes incursões sobre os legalistas.

Já na Batalha do Fanfa, os imperiais souberam se posicionar de forma mais adequada no terreno, executando movimentos táticos que facilitaram a obtenção da vitória.

Quanto à campanha que conduziu Garibaldi, por mar, e Canabarro por terra, para Laguna, podemos notar que o emprego dessas duas tropas de forma simultânea, atacando a partir de diferentes plataformas de combate, por exemplo, caracterizou-se como uma forma de manobrar as forças. Esse apoio mútuo notado entre os comandantes foi essencial para que Laguna fosse tomada pelos farrapos.

Já no Combate de Ponche Verde, podemos destacar a atuação de Bento Manuel, já auxiliando Caxias na campanha contra os farrapos. Esse chefe militar, após tomar conhecimento do sucesso inicial dos farrapos em surpreender tropas liberais, distribuiu e manobrou a tropa de forma que um grande desastre foi evitado. Isso foi obtido por meio do posicionamento dos batalhões de infantaria ao centro e os regimentos de cavalaria nas flancoguardas, seguido da ordem de acelerar a marcha.

4.1.9 Moral

Esse princípio de guerra, ligado ao adequado estado de ânimo da tropa, foi observado em diversos momentos da Revolução Farroupilha, principalmente nos episódios relativos ao início da revolução, da tomada de Porto Alegre, da Batalha de Viamão, da Batalha do Seival, da Batalha do Rio Pardo, da tentativa farrapa de tomar Laguna, da chegada de Caxias e da Surpresa de Porongos.

Nos primórdios da Revolução, conforme as insatisfações gaúchas iam crescendo, tomava forma o movimento revolucionário. Esse aspecto, por si só, e numa visão coletiva de sociedade, chegou a contagiar diversos simpatizantes à causa, podendo ser caracterizado como fator de elevação do moral do que futuramente viria a ser o Exército Farroupilha.

Na manhã seguinte à tomada da capital gaúcha, já no dia 20 de setembro, percebe-se uma elevação do moral da tropa farrapa, consequência do sucesso inicial da Revolução, sendo reforçados pelas tropas municipais remanescentes. As tropas, orgulhosas, desfilavam pelas ruas, aonde eram aclamadas pelo povo.

Já na Batalha de Viamão, talvez por decorrência da morte de seu comandante no episódio, Simeão Barreto, os farrapos sentem o moral se abater, seja esse abatimento como causa ou mesmo consequência da derrota para os imperiais.

Na Batalha do Seival, por sua vez, nota-se que a tropa, já de moral elevado, foi capaz de bater os imperiais e, no dia seguinte, verem-no se elevar ainda mais com a Proclamação da República Juliana por Neto.

Por ocasião da pesada derrota sofrida em Rio Pardo, que acabaria por levar alguns dos comandantes imperiais ao conselho de guerra, somado a diversas baixas entre a infantaria, a cavalaria e diversos oficiais imperiais, o moral da tropa governista se abateu pesadamente.

Já em junho de 1839, podemos apontar a penosa marcha de Garibaldi e seus homens no transporte dos lanchões até o litoral como um destacado episódio em que o moral da tropa foi de essencial importância. Talvez movidos pelo exemplo da figura do comandante, numa valorização do princípio da unidade de comando, os homens deslocaram-se por longo trecho de terra, movendo as embarcações sobre pesados troncos, para atingir os novos objetivos apontados pelo comandante rebelde.

Malfadada que fora a expedição a Santa Catarina, que obrigou os farrapos a atuarem apenas no Teatro de Operações do Rio Grande do Sul, abalou-se o moral da tropa rebelde. Aliado a isso temos a declaração de neutralidade de Bento Manoel, que se caracterizava com um grande desfalque para os farrapos.

Já nos últimos meses de 1842, com a chegada de Caxias para assumir o comando das tropas imperiais, percebemos um novo ânimo nos soldados do império. Seja pelo seu nome, que o precedia, seja pelas medidas iniciais que tomou, como reestruturação da tropa, os legalistas agora teriam novo ânimo para combater.

Como já visto, em diversos momentos o moral de uma ou outra tropa esteve abalado em decorrência de uma derrota nos campos de batalha, porém talvez a maior delas tenha sido a decorrente da Surpresa de Porongos, como já tratado

anteriormente. Após esse importante fato histórico, o moral das tropas de Canabarro e até mesmo dos farrapos em geral despencou. Seria difícil reconquistar a confiança dos soldados farrapos, ainda mais com as ofertas de pacificação de Caxias se mostrando cada vez mais honrosas e tentadoras para os gaúchos.

4.1.10 Exploração

Esse princípio de guerra, ligado à continuidade e ampliação de sucessos obtidos em momentos anteriores, foi observado em diversos momentos da Revolução Farroupilha, principalmente nos episódios do combate da Ponte da Azenha, do combate do Forte do Junco, da Batalha do Seival, da Batalha do Fanfa, da tomada e posterior retomada de Laguna, da Batalha de Taquari e da Batalha de Ponche Verde.

Já no combate da Ponte da Azenha podemos perceber que os farrapos souberam se aproveitar de uma vitória para obter conquistas secundárias, posteriores ao sucesso inicial. Percebemos o exposto ao notarmos que a carga farrapa iniciada na referida ponte não se limitou apenas àquela região, e sim se prolongou até regiões da própria cidade de Porto Alegre, capital da província.

Os imperiais, por sua vez, souberam se aproveitar da vitória obtida no Forte do Junco, tendo condições de reabrir a comunicação com a capital gaúcha e ocupar o Forte Itapoã, abandonado pelos rebeldes.

Quanto à vitória de Antônio de Souza Neto na Batalha do Seival, pode-se entender a posterior proclamação da República Rio Grandense como uma observância ao princípio da exploração, vendo-se ampliado o sucesso obtido anteriormente pelos farrapos, podendo ser traduzido como um aproveitamento da vitória militar obtida e da situação política na Província do Rio Grande do Sul e na Bacia do Rio da Prata.

Por outro lado, ainda no tocante à vitória no Seival, questiona-se se Neto não deveria ter buscado perseguir as tropas retirantes de Silva Tavares, que se dirigiam à região de Camacuã. Talvez devido ao acirramento do combate, que também custou muito às tropas rebeldes, não possamos verificar a observância da exploração das tropas de Neto nesse sentido.

Quanto à Batalha do Fanfa, os imperiais souberam explorar a vitória obtida no campo de batalha ao aprisionar e enviar Bento Gonçalves ao Rio de Janeiro, ferindo até mesmo o moral e a unidade de comando dos rebeldes.

Na tomada de Laguna, no Rio Grande do Sul, podemos destacar que os farrapos obtiveram vitórias iniciais seguidas de outros sucessos menores, decorrentes daquelas, como o apoderamento de muito material bélico que viria a ser útil no prosseguimento dos combates. Além disso, a própria proclamação da República Juliana pode ser considerada como um aproveitamento do sucesso inicial, que abriu as portas para esse evento de maior vulto.

Os imperiais, por sua vez, em novembro de 1839, souberam fazer bom uso do princípio da exploração ao retomarem Laguna, uma vez que além de obterem a vitória na Batalha Naval de Laguna, ainda foram bem sucedidos na total destruição da esquadra expedicionária farroupilha.

Já em 1840, notamos a falta do emprego do princípio da exploração por parte dos imperiais, ao estudarmos o desfecho da Batalha de Taquari, na qual ambos os lados sofreram pesadas baixas. Os farrapos se viram obrigados a deixar o campo de batalha, porém devido ao equilíbrio de forças que ali se havia notado, os legalistas não tiveram condições de perseguir os liberais, perdendo a oportunidade da exploração de uma suposta vitória.

Fato parecido viria a ocorrer em 1843, na Batalha de Ponche Verde, quando os imperiais vinham se retirando dos campos de batalha após ranhida luta. Naquela ocasião os farrapos não tiveram condições de persegui-los em busca de um aproveitamento do relativo sucesso inicial.

4.1.11 Prontidão

Esse princípio de guerra, ligado ao estado de predisposição que uma tropa tem para atender determinada demanda, foi observado em diversos momentos da Revolução Farroupilha, principalmente nos episódios da Batalha do Seival, da suposta colaboração de Oribe com os farrapos no tocante à disponibilização de cavalaria, da Batalha do Rio Pardo, da tomada de Laguna, da chegada de Caxias, de seu acordo com Oribe e da Surpresa de Porongos.

Na Batalha do Seival, que acabou resultando numa importante vitória para os farrapos, podemos atestar uma falta de prontidão da tropa rebelde, que possivelmente foi superada pela observância de outros fatores, como moral e unidade de comando, por exemplo. Destaca-se que, nesse episódio, o material dos rebeldes era insuficiente em quantidade e mesmo em qualidade, caracterizando uma inobservância do princípio da prontidão da tropa farrapa.

Quanto às teorias existentes de que Oribe forneceria cavalaria a Neto, não nos coube questionar a verossimilhança, porém destacar que, se de fato isso ocorreu, colaborou para a velocidade e mobilidade da tropa rebelde, elevando sua prontidão para o combate.

Por ocasião da Batalha do Rio Pardo percebe-se que o princípio da Prontidão teve que ser deixado em segundo plano por parte dos farrapos, ao empregarem soldados exaustos de sucessivas marchas, porém entende-se que eram imposições dos deslocamentos da época. Além disso, nesse episódio, percebe-se que o moral da tropa foi capaz de superar a falta de prontidão apresentada, resultando na vitória farroupilha.

No tocante à adesão de tropas catarinenses à causa farroupilha, podemos entender como uma prontidão já preexistente para a luta contra as tropas imperiais. A própria figura de Canabarro influenciaria para que aqueles combatentes aderissem às fileiras rebeldes do sul.

Já em 1841, podemos destacar a suposta existência de um acordo existente entre a República Oriental do Uruguai e a República Rio Grandense, no qual aquela forneceria armas para esta, aumentando a prontidão da tropa farrapa contra os imperiais.

No final de 1842, com a chegada de Caxias no Rio Grande do Sul seguida de suas medidas iniciais para reestruturação e reorganização da tropa, percebe-se uma grande atenção ao princípio da prontidão, uma vez que a disciplina, o uniforme e mesmo a saúde dos militares foram alvo de preocupação por parte daquele que viria a ser o patrono do Exército Brasileiro, dando a seus homens melhores condições para combater e obter a vitória.

Ao acordar com Oribe que tropas farrapas não poderiam buscar refúgio em território oriental, Caxias vai além da observância do princípio da segurança, como já destacado. Ao impedir que os farrapos tivessem acesso a esse retiro, também

acabou atrapalhando sua reorganização e recomposição, atacando também sua prontidão para o combate.

Por outro lado, em 1843, Caxias já contava com mais recursos e principalmente cavalaria que os farrapos. Essa vantagem poderia ser sentida nos campos de batalha e nas vitórias que viriam.

No final de 1844, com a pesada derrota sofrida pelos farrapos na Surpresa de Porongos, ainda cabe destacar que a citada dizimação ainda serviu para dar um triste choque de realidade nos farrapos: de que adiantaria prosseguir na luta contra os imperiais, que agora dispunham de recursos infinitamente superiores? Essa falta de prontidão farrapa coincidente com uma abundante prontidão da tropa imperial foi um dos fatores que mais contribuiu para a assinatura da “Paz Honrosa”.

4.1.12 Unidade de comando

Esse princípio de guerra, ligado à atribuição da autoridade centralizada em uma só pessoa, foi observado em diversos momentos da Revolução Farroupilha, principalmente nos episódios do combate da Ponte da Azenha, do Forte do Junco, da Batalha do Seival, da escolha de Bento Gonçalves como presidente da República Rio Grandense, da tomada de Laguna e da nomeação de Caxias como presidente da Província e Comandante das Armas do Rio Grande do Sul.

Já no combate da Ponte da Azenha podemos notar a concentração de rebeldes nas proximidades do bairro de mesmo nome, todos sob comando de Onofre Pires. Tal forma de comando, baseado na hierarquia e centrado na figura do comandante, caracteriza-se como atenção farrapa dada à unidade de comando, pelo menos nesse evento específico.

Ressalta-se, também, o episódio do Forte do Junco, no qual os farrapos sentiram o peso da perda da unidade de comando, uma vez que seu comandante no local, Simeão Barreto, fora morto; colaborando para a derrota farrapa na Batalha de Viamão.

Na Batalha do Seival, por sua vez, podemos notar que Neto era o comandante de maior prestígio e hierarquia entre os farrapos, sendo até mesmo o proclamador da República Rio Grandense no dia seguinte à vitória. Tal autoridade

centralizada na figura da pessoa do comandante atende ao princípio da Unidade de Comando.

Quanto a Bento Gonçalves, pode-se dizer que exerceu o papel de maior autoridade durante a maior parte da Revolução, sendo eleito Presidente da República Rio Grandense mesmo preso e reassumindo o comando das tropas republicanas quando de sua fuga da prisão.

Já nos eventos da campanha que resultou na tomada de Laguna por Garibaldi, ressaltamos que cada comandante farrapo tinha suas atribuições bem especificadas, de forma que pudessem atuar simultaneamente em busca do objetivo farrapo. No caso, Garibaldi era o comandante por água, enquanto Davi Canabarro comandava as tropas de terra. Essa atenção dada pelos farrapos à Unidade de Comando foi essencial para a coordenação e controle das batalhas que ocorreriam. Por ocasião da proclamação da República Juliana, Canabarro acabaria sendo nomeado General em Chefe.

Talvez o maior exemplo de atenção ao princípio da Unidade de Comando tenha vindo dos imperiais ao nomearem, em 1842, Caxias como Presidente da Província do Rio Grande do Sul e Comandante das Armas de forma simultânea, o que lhe facilitaria sobremaneira a organização das tropas e a condução da campanha até a pacificação.

4.1.13 Legitimidade

Esse princípio de guerra, ligado à desejosa atuação alinhada com diplomas legais, aliado à aprovação da sociedade e da opinião pública, ainda mais importante nos dias atuais, foi observado em diversos momentos da Revolução Farroupilha, principalmente nos episódios de manifestações e proclamações de Bento Gonçalves, de Caxias, da proclamação das Repúblicas Rio Grandense e Juliana e da assinatura da “Paz Honrosa”.

A busca pela legitimidade das ações militares já pode ser percebida desde os primórdios da Revolução Farroupilha, quando Bento Gonçalves manifesta-se publicamente condenando as medidas do então presidente da Província, Antônio Fernandes Braga.

Ainda como forma de buscar legitimar seu ataque às tropas imperiais, Bento Gonçalves faz uma proclamação após ter tomado a capital gaúcha, na qual eleva seus companheiros farrapos e trata de tranquilizar os cidadãos porto alegrenses no tocante à segurança pública.

Neto, por sua vez, também buscou legitimar suas ações contra o poder imperial ao proclamar, após a vitória na Batalha do Seival, a República Rio Grandense, declarando-a separada do Império do Brasil. Buscava, dessa maneira, findar o tratamento, a seu ver injusto, que o Rio Grande do Sul vinha sofrendo do poder central.

Quanto à organização política da República Rio Grandense, essa também se preocupou em manter-se legítima perante os olhos do cidadão gaúcho, uma vez que desencadeou eleições de magistrados republicanos, tornou Piratini a primeira capital da República Rio Grandense, dentre outros atos administrativos.

A própria transferência da capital farroupilha para a Vila de Caçapava, em 14 de fevereiro de 1839, também se reveste de uma tentativa de alcançar a legitimidade. Todos os processos burocráticos e administrativos dessa mudança visavam, entre outras coisas, fazer com que a máquina pública farroupilha funcionasse de forma organizada. E a isso a sociedade deveria estar atenta.

Quanto à Proclamação da República Juliana, aponta-se o que já havia sido destacado acerca da Proclamação da República Rio Grandense, no tocante à busca pela legitimidade. Buscava-se organizar a área conquistada até mesmo no tocante à política e administração pública, de forma que o cidadão sentisse que apesar de estarem sob novo governo, não se encontravam num estado de anarquia.

Ainda em se tratando da Proclamação da República Juliana, tratou-se de um episódio revestido de simbolismos rebeldes, uma vez que também representava a união das Províncias do Brasil sob a bandeira republicana, rompendo com o poder central imperial. Essa união serviria como legitimação ao prosseguimento das campanhas e à definição de novos objetivos da Revolução.

No Combate de Taquari, após acirrada luta, ambos os contendores se declararam vitoriosos, seja por talvez de fato acreditarem que o foram, seja como forma de legitimarem os enormes esforços despendidos naquele episódio, em busca da constante aceitação da tropa e da aprovação sociedade.

A própria nomeação de Caxias para pacificar a Província do Rio Grande do Sul pode ser encarada como observância do princípio da legitimidade por parte do império brasileiro, uma vez que a decisão foi baseada em diplomas legais e também teve impacto na opinião pública à época, devido ao vulto que o nome de Caxias já vinha ganhando após tantas campanhas vitoriosas.

Já exausto da guerra, o povo gaúcho começa a sinalizar, em outubro de 1844, um maior anseio pela paz na Província do Rio Grande do Sul. A pacificação ocorreria, porém o império e Caxias preocuparam-se em fazê-la de forma documentada, amparada em documentos legais. Soma-se a isso a opinião pública que começava a enxergar Rosas como uma ameaça que não custaria a adentrar o solo gaúcho. Essa visão foi, inclusive, difundida pelo próprio Caxias em suas correspondências e proclamações ao povo gaúcho e a algumas lideranças farroupilhas.

Por fim, é assinado, em 28 de fevereiro de 1845, o acordo de paz de Ponche Verde, também conhecido como “Paz Honrosa”. Esse diploma legal, acompanhado de vasta aceitação da opinião pública da época, caracterizam uma grande preocupação e aplicação do princípio da legitimidade por parte de Caxias.

5 CONCLUSÃO

O estudo dos Princípios de Guerra mostra-se de enorme importância, uma vez que orientam a decisão de chefes militares baseados, principalmente, em experiências passadas e na doutrina vigente.

Esta pesquisa foi realizada com o propósito de solucionar o seguinte problema: que aprendizados podemos colher, à luz dos princípios de guerra da atual DMT brasileira, das ações das tropas legalistas e dos farrapos na Revolução Farroupilha?

A fim de cumprir o supracitado, buscou-se analisar os principais eventos da Revolução Farroupilha, estudando-os à luz dos princípios de guerra da atual DMT brasileira, a fim de corroborar o correto emprego de cada um deles como fator de aproximação com a vitória nos campos de batalha.

Dessa forma, o leitor terá melhores condições de, partindo do exemplo real do emprego de tropas na Revolução Farroupilha, visualizar os momentos em que os princípios de guerra foram empregados, de que forma e em que contexto o foram, etc.

As respostas às questões de estudo foram sendo dadas no desenvolvimento do trabalho, com o intuito de direcionar o leitor à compreensão da análise que fizemos no Capítulo 4.

Dessa análise, destacamos que ambos os lados contendores observaram com maior destaque os princípios da Surpresa e da Legitimidade, mesmo este sendo de maior impacto nos atuais conflitos da Era da Informação, em que a opinião pública é capaz de definir os rumos da guerra, haja vista a derrota dos Estados Unidos da América na Guerra do Vietnã, por exemplo.

Por outro lado, os farrapos sofreram pesadas baixas ao deixarem de observar, principalmente, em um ou outro momento, os princípios da ofensiva, da segurança, do moral, da exploração e da prontidão, por exemplo. Obviamente esses princípios não deixaram de ser observados em todos os eventos, nem de forma intencional, porém devido às imposições da época que se lhes apresentaram aos farrapos, tais como escassos recursos, grande dependência uruguaia, segregações

internas, etc. Além disso, destaca-se que a doutrina militar da época era rudimentar, praticamente inexistente, devendo os chefes militares tomar suas decisões baseados no bom senso e em memórias escritas, sem a formalização de uma doutrina militar.

Os imperiais, por sua vez, deixaram de observar (basicamente pelos mesmos motivos dos farrapos, excetuando-se a escassez de recursos, e não de forma intencional), em um ou outro evento, o princípio da ofensiva e, em um episódio, o da exploração.

A coleta de dados históricos no Arquivo Histórico do Exército foi de grande contribuição para que alcançássemos os objetivos a que nos propusemos, uma vez que naquele local nos deparamos com diversas fontes que facilitaram a compreensão dos eventos da Revolução Farroupilha e nos permitiram concluir acerca do emprego das tropas farrapas e legalistas. Tal fato nos mostra que a metodologia empregada foi apropriada e eficaz.

A presente pesquisa buscou ser de grande importância ao realizar a conexão do prático (fatos históricos da Revolução Farroupilha) com o doutrinário (princípios de guerra).

Como o assunto aqui estudado é vasto, tanto no tocante à História Militar quanto no referente à Doutrina Militar Terrestre, sugere-se que estudos futuros busquem compreender quais princípios de guerra foram observados em outros episódios de grande vulto da historiografia militar brasileira, tais como a Sabinada, a Balaiada, as Revoltas Liberais de São Paulo e Minas Gerais, a Guerra de Canudos, etc.

Por fim, esse trabalho, por possuir questões de estudo e não se propor à elaboração de notas doutrinárias ou mesmo manuais, busca deixar como legado o próprio conhecimento aqui adquirido, baseado na experiência de fatos históricos e na compilação e apreciação de estudos aqui realizada.

Fernando Augusto de **Paiva Rodrigues**
Capitão de Comunicações

REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Coletânea de Documentos de Bento Gonçalves da Silva 1835/1845. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985. 335 p.

BATISTA, Weslei Jardim; LEONI, Roberto Campos. **Dicas para a elaboração de Artigos Científicos**. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2018. 47 p.

BENTO, Claudio Moreira. **Caxias e a Unidade Nacional**. 1. ed. Porto Alegre: Genesis, 2003. 332 p.

_____. **Como estudar e pesquisar a história do Exército Brasileiro**. 2. ed. rev. Resende: Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 1999a.

_____.; GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **Brasil Lutas Internas (1500 – 1916): em defesa de sua unidade e integridade**. Resende: FAHIMTB, 2016. 524 p.

_____. **O exército farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999b. 1 v.

BRASIL. Carta de Lei de 25 de março de 1824. Manda observar a Constituição Política do Imperio, oferecida e jurada por Sua Magestade o Imperador. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm#art71>. Acesso em: 08 dez. 2018.

_____. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições á Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM16.htm>. Acesso em: 08 dez. 2018.

_____. Lei nº 105, de 12 de maio de 1840. Interpreta alguns artigos da Reforma Constitucional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM105.htm>. Acesso em: 08 dez. 2018.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **EB20-MF-10.102**: doutrina militar terrestre. 1. ed., Brasília, DF, 2014a.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Portaria nº 255, de 04 de julho de 2016**. Aprova a Diretriz para a Implantação do Projeto Raízes, Valores e Tradições do Exército Brasileiro. 2016.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Portaria nº 1.507, de 15 de dezembro de 2014**. Aprova o Plano Estratégico do Exército 2016-2019,

integrante da Sistemática de Planejamento Estratégico do Exército e dá outras providências. 2014b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD51-M-04: Doutrina Militar de Defesa**. 1. ed. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Guerra. Secretaria Geral. **Primeira Exposição Geral do Exército - Ofícios do Barão De Caxias**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1950. 176 p.

CALLAGE, Fernando. **Episodios Historicos da Revolução dos Farrapos**. São Paulo: Record, 1935. 113 p.

CARVALHO, Affonso de. **Caxias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1991. 305 p.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção nacional: 1830-1889**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. 2 v, 328 p.

CRESWELL, John W.. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

DONATO, Hernâni. **Dicionário das Batalhas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001. 593 p.

DRUMMOND, Aristoteles. **Minas: história, estórias, evocações, cultura, personalidades e economia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004. 248 p.

ESPAÑA, Ministerio de Defensa. Ejército de Tierra. **PD1-001 Empleo de las Fuerzas Terrestres**. 3. ed. Madrid, 2011.

ESPAÑA. Ministerio de Defensa. **PDC-01(A) Doctrina para el empleo de las FAS**. Madrid, 2018.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Joint Chiefs of Staff. **Joint Publication 3-0 Joint Operations**. 2012.

FARIA, Durland Puppim de. **Introdução à História Militar Brasileira**. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2015. 392 p.

FLORES, Moacyr. **Guerras e Revoluções Brasileiras: revolução dos farrapos**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Modelo político dos farrapos: as idéias políticas da revolução farroupilha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978. 208 p.

FORJAZ, Cláudio Ricardo Hehl. **Espada Caxias**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005. 325 p.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **A Revolução Farroupilha (1835-1845)**: narrativa sintética das operações militares. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Emp. Almanak Laemmert, 1939.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 206 p.

JACQUES, Paulino. **A Guerra dos Farrapos**. Rio de Janeiro: Reper Editora, 19??. 323 p.

JOMINI, Antoine Henri. **A Arte da Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1947. 152 p.

LANNING, Michael Lee. **Chefes, Líderes e Pensadores Militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999. 472 p.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

MARIANTE, Hélio Moro. **Farrapos: guerra à gaúcha**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985. 155 p.

MARINHO, José Antônio. **História da revolução de 1842**. Brasília: Senado Federal, 1978. 12 v, 420 p.

MARIZ, Vasco. **Pelos caminhos da história: nos bastidores do Brasil Colônia, Império e República**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 294 p.

MOREIRA, Igor Antônio Gomes. **O espaço Rio-Grandense**. Porto Alegre: Ática, 2004. 96 p.

MURRAY, Williamsom; SINNREICH, Richard Hart. **O passado como prólogo: a importância da história para a profissão militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2017. 440p.

NEVES, Eduardo Borba; DOMINGUES, Clayton Amaral. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Pessoal, 2007. 204 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; **História do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 142 p.

RODRIGUES, Claudio Magni. **A Revolução Farroupilha – a ação de Caxias: ensinamentos colhidos e contribuições para a evolução da arte da guerra**. 1996. 55 p. Monografia – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1996.

RODRIGUES, Maria das Graças Villela. **Metodologia da Pesquisa Científica: elaboração de projetos, trabalhos acadêmicos e dissertações em Ciências Militares**. 3.ed. Rio de Janeiro: EsAO, 2006. 130 p.

SANTOS, Julio Ricardo Quevedo; SANTOS, José Carlos Tamanquevis. **Rio Grande do Sul**: aspectos da história. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989. 102 p.

SOUZA, Arioaldo Pereira de. **Síntese histórica do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2017. 200 p.

SPALDING, Walter. **A epopéia farroupilha**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993. 112 p.

URBIM, Carlos. **Os farrapos**. 3. ed. Porto Alegre: Zero Hora, 2003. 192 p.

VILLAS BÔAS, Eduardo Dias da Costa. **Guerra do Atlântico Sul (Falklands/Malvinas)**: aplicação dos princípios de guerra. 1989. 60 p. Monografia – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1989.

WIEDERSPAHN, Henrique O. **O Convênio de Ponche Verde**. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1980. 137 p.

APÊNDICE A – TABELA RESUMO DA (IN)OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DE GUERRA DA ATUAL DMT BRASILEIRA NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Princípio de Guerra	Orientação do Manual de DMT	Considerações acerca da (in)observância do Princípio de Guerra
Objetivo	“Dirija cada operação militar para um objetivo claramente definido, decisivo e tangível” (BRASIL, 2014a, p. 5-3).	<u>Tomada de Porto Alegre pelos farrapos</u> – indefinição de objetivos. <u>Construção dos lanchões de Canabarro</u> – objetivou Laguna – SC. <u>Batalha de São José do Norte</u> – objetivou uma saída para o mar.
Ofensiva	“Pela ofensiva conquiste, mantenha e explore a iniciativa das ações” (BRASIL, 2014a, p. 5-3).	<u>Batalha do Rio Pardo</u> – ação defensiva imperial, sem postura ofensiva. <u>Tomada de Laguna</u> – postura ofensiva farrapa, buscando expansão. <u>Falta de ofensiva de 1840 a 1842</u> – estabilização da guerra. <u>Reorganização das tropas imperiais</u> – falta de postura ofensiva. <u>Adoção da “guerra à gaúcha” até mesmo pelas tropas de Caxias</u> – postura ofensiva, empregando vasta cavalaria.
Simplicidade	“Prepare planos claros e descomplicados e ordens concisas para garantir seu completo entendimento” (BRASIL, 2014a, p. 5-3).	<u>Batalha do Rio Pardo</u> – correta execução farrapa de um plano geral de ação. <u>Tomada de Laguna</u> – busca pelo litoral e, de lá, Laguna. <u>Emprego da “guerra à gaúcha”</u> – menos movimento e manobras e menor demanda por recursos.
Surpresa	“Atinja o inimigo num tempo, local ou maneira para os quais ele esteja despreparado” (BRASIL, 2014a, p. 5-3).	<u>Ataque da Ponte da Azenha</u> – primeira ação farrapa. <u>Batalha do Seival</u> – tentativa frustrada de tropas imperiais (Silva Tavares). <u>Emprego da “guerra à gaúcha”</u> – inquietação das tropas imperiais. <u>Batalha do Fanfa</u> – avanço imperial rastejando resultando na prisão de Bento Gonçalves. <u>Batalha de Laguna</u> – emprego inesperado dos Lanceiros Negros. <u>Batalha de Ponche Verde</u> – farrapos inquietam imperiais. Sem vencedores bem definidos. <u>Surpresa de Porongos</u> – relaxamento da vigilância. Dizimação da tropa.
Segurança	“Nunca permita que	<u>Batalha do Fanfa</u> – negligência farrapa resulta

	o inimigo obtenha uma vantagem inesperada” (BRASIL, 2014a, p. 5-4).	em emboscada imperial. <u>Batalha do Rio Pardo</u> – tropas imperiais entricheiradas, porém derrotadas. <u>Transferências da capital republicana</u> – locais mais distantes dos combates. <u>Acordo de Caxias e Oribe</u> – impedimento de refúgio farrapo no Uruguai. <u>Surpresa de Porongos</u> - relaxamento da vigilância. Dizimação da tropa.
Economia de forças ou de meios	“Empregue todo o poder de combate disponível, de maneira mais eficaz possível, destine o mínimo indispensável de poder de combate para as ações secundárias” (BRASIL, 2014a, p. 5-4).	<u>Tomada de Laguna</u> – naufrágio do “Rio Pardo” e campanha “externa”. <u>Batalha de Ponche Verde</u> - Encerramento abrupto do combate, que já vinha se estendendo, por ordem de Canabarro de empregar os Lanceiros Negros.
Massa	“Emasse um poder de combate esmagador no momento e local decisivos” (BRASIL, 2014a, p. 5-4).	<u>Tomada da Ponte da Azenha</u> – 200 farrapos num local e momento decisivos. <u>Cerco contra Porto Alegre</u> – ações farrapas secundárias foram roçadas ao cerco. <u>Batalha do Seival</u> – tentativa frustrada dos imperiais, devido ao moral rival. <u>Batalha da Ilha do Fanfa</u> – emboscadas imperiais sucessivas. 3x mais tropa. <u>Batalha de Laguna</u> – emprego dos Lanceiros Negros no momento e local decisivos. <u>Batalha de Ponche Verde</u> - Ataque Principal e flancos sobre um mesmo ponto.
Manobra	“Coloque o inimigo numa posição desvantajosa, pela aplicação flexível do poder de combate” (BRASIL, 2014a, p. 5-4).	<u>Reconquista de Porto Alegre</u> – coordenação imperial terra-rio Guaíba. <u>Batalha do Seival</u> – rápida evolução da tropas liberal. Carga cochila acima possibilita o cerco de Netto sobre os imperiais. <u>Batalha do Fanfa</u> – melhor posicionamento e movimento imperial. <u>Tomada de Laguna</u> – coordenação farrapa terra-mar. <u>Batalha de Ponche Verde</u> – reposicionamento das tropas imperiais. Inf ao centro e Cav nas flancoguardas.
Moral	“O contínuo aprimoramento e a manutenção de um moral elevado são	<u>Tomada de Porto Alegre</u> – 1ª investida farrapa motivada por mudanças. <u>Batalha de Viamão</u> – morte do Cmt liberal (Simeão Barreto). Tropa abalada.

	essenciais ao sucesso na guerra” (BRASIL, 2014a, p. 5-5).	<u>Batalha do Seival</u> – personalidade do Cmt Netto, seguida da proclamação. <u>Batalha do Rio Pardo</u> – pesada derrota imperial impacta na tropa. <u>Tentativa farrapa de tomar Laguna</u> – transporte dos lanchões. <u>Chegada de Caxias</u> – renomado Cmt, além da reorganização da tropa. <u>Surpresa de Porongos</u> – devastação do moral da tropa após pesada derrota.
Exploração	“A exploração permite tirar vantagem de oportunidades e, conseqüentemente, empregar as forças em toda extensão de sua capacidade, obtendo efeitos desejados que possam facilitar a consecução do propósito final” (BRASIL, 2014a, p. 5-5).	<u>Combate da Ponte da Azenha</u> – sucesso seguido de deposição do PP. <u>Batalha do Seival</u> – proclamação da República posterior à vitória militar. <u>Tomada de Laguna</u> – proclamação da República posterior à vitória militar. <u>Retomada de Laguna</u> – retomada de Laguna e destruição da esquadra expedicionária farroupilha posterior à vitória militar (batalha naval). <u>Batalha de Taquari</u> – imperiais incapazes de perseguir os farrapos. <u>Batalha de Ponche Verde</u> – farrapos incapazes de perseguir os imperiais.
Prontidão	“Com a prontidão, as forças estão providas dos meios essenciais e organizadas para operações de combate. Isso envolve o preparo antes das hostilidades e, continuamente, no decorrer da guerra” (BRASIL, 2014a, p. 5-5).	<u>Batalha do Seival</u> – farrapos carentes de material, porém vitoriosos. <u>Suposta colaboração de Oribe com os farrapos</u> – fornecimento de cavalos. <u>Batalha do Rio Pardo</u> – tropa farrapa exausta da marcha, porém vitoriosa. <u>Tomada de Laguna</u> – tropas catarinenses aderem à causa farroupilha. <u>Chegada de Caxias</u> – reestruturação e reorganização da tropa imperial. <u>Acordo de Caxias com Oribe</u> – compromete a reorganização farrapa. <u>Surpresa de Porongos</u> – falta de prontidão antes e de recursos após.
Unidade de Comando	“Para cada operação, a obtenção da unidade de comando e unidade de esforços é condição essencial para o êxito” (BRASIL, 2014a, p. 5-5).	<u>Combate da Ponte da Azenha</u> – Onofre Pires comanda a ação farrapa. <u>Combate do Forte do Junco</u> – morte do Cmt farrapo (Simeão Barreto). <u>Batalha do Seival</u> – Netto como chefe militar e proclamador da República. <u>Bento Gonçalves como presidente da República Rio Grandense</u> – Maior vulto da Revolução e figura decisor político. <u>Tomada de Laguna</u> – Garibaldi pelo mar e

		Canabarro por terra. <u>Nomeação de Caxias</u> – Comandante das Armas e Presidente da Província.
Legitimidade	“A legitimidade para o emprego das forças deve ser constantemente buscada” (BRASIL, 2014a, p. 5-6).	<u>Manifestações e proclamações de Bento Gonçalves</u> – condenação das medidas do Presidente da Província seguida de satisfação à população. <u>Manifestações e proclamações de Caxias</u> – legalidade imperial acompanhada da busca pela opinião pública favorável. <u>Proclamação das Repúblicas Rio Grandense e Juliana</u> – ato formal que justificasse as medidas tomadas e elevasse o moral. Luta pelo ideal farrapo. <u>Assinatura da “Paz Honrosa”</u> – formalização das cláusulas da pacificação.